UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SALATIEL DE LIMA BARBOSA

O EXTRATIVISMO E COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL NO MUNICÍPIO DE TEFÉ – MÉDIO SOLIMÕES/AM

MANAUS-AM
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SALATIEL DE LIMA BARBOSA

O EXTRATIVISMO E COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL NO MUNICÍPIO DE TEFÉ – MÉDIO SOLIMÕES/AM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de Concentração: Espaço, Território e Cultura na Amazônia, sob a orientação da Professora Dra. Ivani Ferreira de Faria.

MANAUS-AM
2017

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Barbosa, Salatiel de Lima
B238e O extrativismo e comercialização da castanha-do-brasil no município de Tefé - Médio Solimões/AM / Salatiel de Lima Barbosa. 2017
136 f.: 31 cm.

Orientadora: Ivani Ferreira de Faria
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Extrativismo. 2. Castanha-do-brasil. 3. Território. 4. Colocados. I. Faria, Ivani Ferreira de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

TERMO DE APROVAÇÃO

SALATIEL DE LIMA BARBOSA

Dissertação de Mestrado apresentada em: ___/___/___ para a obtenção do grau de Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Ivani Ferreira de Faria – Presidente - UFAM

Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz – Membro Titular - UFAM

Prof. Dr. Rinaldo Sena Fernandes – Membro Titular – IFAM/Manaus

---

Profª. Dra. Ana Paulina Aguiar Soares – Membro Titular– UEA/Manaus

DEDICATÓRIA

A meu pai Antônio da Costa Barbosa (in memorian) e minha mãe Izabel de Lima Barbosa meus primeiros educadores. A minha esposa Rosa Maria Ferreira dos Santos Barbosa e aos meus filhos Samuel dos Santos Barbosa e Silas dos Santos Barbosa pela compreensão, paciência, apoio e incentivo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer ao Deus vivo que é manifesto na presença de Jesus Cristo mediante o Espírito Santo na minha vida, que esteve presente nas horas das dificuldades dando-me força, perseverança para chegar nesse momento.

Agradeço ao programa de pós-graduação na pessoa da professora Dra. Ivani Ferreira de Faria que se dispôs a orientar-me durante a execução desta dissertação e pela oportunidade de acompanhar durante o estágio supervisionado na disciplina Ensino Via Pesquisa que hoje denominada Aprendizagem Pela Pesquisa, na qual me fez refletir mais uma vez sobre o processo de aprendizagem escolar e no meu papel como educador.

Aos professores do programa na qual obtive os créditos para chegar até aqui, deixo registrado meus agradecimentos prof. Dr. José Aldemir, Prof. Dr. Manoel de Jesus Masulo e prof (a) Amélia Regina.

A secretária do programa Dona Graça Luzeiro pelo apoio e orientações dadas durante este mestrado.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, pelos vinte meses de bolsa de estudos.

Aos meus irmãos Adiel, Karla e Keila pelas orações.

Aos meus primos David de Lima Santos e Débora de Lima Santos, pela simplicidade, amizade e apoio do início ao término deste mestrado.

Ao meu amigo professor Msc. Sebastião Sampaio de Queiroz pelo incentivo para participar da seleção do mestrado em outubro de 2015 que sempre acreditou em mim.

A parceria da gestora da escola estadual prof. (a) Nazira Litaiff professora Marcilene e dos professores Euclides Zurra e Elenilson companheiros de luta da geografia.

Aos comunitários de Jutica e Marajó em nome do Sr. Carlos Russo que esteve presente em todas as atividades de campo, pois sem ele esse trabalho se tornaria mais difícil.

Aos comerciantes nos flutuantes que aceitaram espontaneamente a participação por meio das entrevistas realizadas.

RESUMO

O município de Tefé é um grande produtor de castanha-do-brasil, essa atividade influenciou na formação e organização do município dando origem a diversas comunidades, portanto a pesquisa tem o objetivo de compreender o processo de extração e comercialização da castanha-do-brasil ***(Bertolletia excelsa* H.B.K*)*** no município de Tefé – Médio Solimões (AM) nas comunidades do Jutica e Marajó, mediante o processo produção e reprodução do capital, identificando o território da castanha-do-brasil, demonstrando os sujeitos sociais envolvidos e descrevendo as técnicas de exploração dos castanhais. A base teórica e metodológica fundamenta-se na pesquisa participante, com realização de levantamento bibliográfico e documental sobre o extrativismo comercialização da castanha-do-brasil, levantamento de fontes primárias com trabalho de campo cujos procedimentos baseados em entrevistas abertas com castanheiros e comerciantes, e observação participante e direta nos castanhais afim de descrever e documentar a prática de manejo por meio de registros fotográficos. A escolha pelas comunidades do Jutica e Marajó ocorreu devido as suas características bem distintas em relação a extração e comercialização da castanha-do-brasil. Na comunidade do Jutica o território de exploração da castanha é de propriedade privada, nesse caso, o proprietário possui 12 colocações (são áreas de maiores concentrações de castanheiras denominados de castanhais), geralmente o proprietário designa o chefe da unidade familiar a tomar conta de uma colocação, em uma relação de pertencimento como a colocação o morador se diz dono, e com ajuda da família desempenham a exploração de maneira autônoma, muitos deles, são colocados há mais de 30 anos e adquiriam o direito de usufruto por meio de seus pais que o indicaram a serem os novos colocados. A renda familiar dos colocados está contida na quantidade de castanha que conseguem coletar. A relação de trabalho passa pelo processo de subordinação, mediante a posse da propriedade, em uma espécie de sujeição e subordinação repassam toda a produção para o proprietário, que controla a produção e comercializa por meio de uma empresa sediada na própria comunidade. Na comunidade do Marajó, as áreas de concentração das castanheiras são áreas de uso comum de livre acesso aos comunitários, qualquer morador da comunidade pode realizar a coleta das castanhas. Além dessas áreas, os moradores também realizam a atividade de coleta no Distrito de Caiambé limitado apenas pelo lago do Jutica, evidenciando o interesse de usufruto comum. Na comercialização da castanha-do-brasil, é caracterizado pela monopolização do território pelo capital, foram identificados dois principais comerciantes, o primeiro o proprietário do Jutica e o segundo, um comerciante da cidade de Tefé que atua como intermediário, a produção deste é destinada a uma empresa paraense. Os comerciantes conseguem se apropriar da produção por meio da arregimentação de moradores da própria comunidade, continuando a exploração capitalista da apropriação do território pelo capital.

Palavras chaves: Extrativismo; Castanha-do-brasil; Território**;** Colocados.

RESUMO

El municipio de Tefé es un gran productor de castañas de Brasil, esta actividad influenció en la formación y organización del municipio dando origen a diversas comunidades, por lo que la investigación tiene el objetivo de comprender el proceso de extracción y comercialización de la castaña de Brasil (Bertolletia excelsa HBK) en el municipio de Tefé - Medio Solimões (AM) en las comunidades del Jutica y Marajó, mediante el proceso producción y reproducción del capital, identificando el territorio de la castaña de Brasil, demostrando los sujetos sociales involucrados y describiendo las técnicas de explotación de los castaños. La base teórica y metodológica se fundamenta en la investigación participante, con realización de levantamiento bibliográfico y documental sobre el extractivismo comercialización de la castaña del Brasil, levantamiento de fuentes primarias con trabajo de campo cuyos procedimientos basados en entrevistas abiertas con castaños y comerciantes, y Y en el caso de que se produzca un cambio en la calidad del producto. La elección por las comunidades del Jutica y Marajó ocurrió debido a sus características bien distintas en relación a la extracción y comercialización de la castaña de Brasil. En la comunidad del Jutica el territorio de explotación de la castaña es de propiedad privada, en cuyo caso, el propietario posee 12 colocaciones (son áreas de mayores concentraciones de castañas denominadas de castaña), generalmente el propietario designa al jefe de la unidad familiar a cuidar de una En una relación de pertenencia como la colocación el morador se dice dueño, y con ayuda de la familia desempeñan la explotación de manera autónoma, muchos de ellos, se colocan desde hace más de 30 años y adquieren el derecho de uso fruto por medio de sus padres Que lo indicaron a ser los nuevos puestos. La renta familiar de los colocados está contenida en la cantidad de castañas que consiguen recoger. La relación de trabajo pasa por el proceso de subordinación, mediante la posesión de la propiedad, en una especie de sujeción y subordinación repasan toda la producción para el propietario, que controla la producción y comercializa por medio de una empresa con sede en la propia comunidad. En la comunidad de Marajó, las áreas de concentración de las castañas son áreas de uso común de libre acceso a los comunitarios, cualquier morador de la comunidad puede realizar la recolección de las castañas, además de esas áreas, los habitantes también realizan la actividad de recolección en el Distrito de Caiambé limitado Sólo por el lago del Jutica, evidenciando el interés de uso fruto común. En la comercialización de la castanha-do-brasil, se caracteriza por la monopolización del territorio por el capital, se identificaron dos principales comerciantes, el primero el propietario del Jutica y el segundo, un comerciante de la ciudad de Tefé que actúa como intermediario, la producción de éste se destina Hay una empresa paraense. Los comerciantes consiguen apropiarse de la producción a través de la arregimentación de moradores de la propia comunidad, continuando la explotación capitalista de la apropiación del territorio por el capital.

Palabras claves: Extractivismo; Castaña de Brasil; Territorio; Colocados.

LISTAS DE SIGLA

ACS – Agente Comunitário de Saúde

ALICEWEB- Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FLONA – Florestas Nacionais

GIZ – Cooperação Técnica Alemã

GPS – Sistema de Posicionamento Global

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas

IDESP – Instituto de Desenvolvimento Social do Pará

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MMA – Ministério de Meio Ambiente

ONG's – Organizações Não Governamentais

PAE – Programa de Apoio à Comercialização e Fomento da Produção Extrativa

PCTAFs – Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares

PFNM – Produtos Florestais Não Madeireiros

PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos

PIN – Plano de Integração Nacional

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX – Reservas Extrativistas

SEDUC – Secretaria de Estado e Educação e Qualidade de Ensino

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SIVEP – Sistema de Vigilância Epidemiológica

UC's – Unidades de Conservações

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Produtos extrativos com preço mínimo..... 53
Quadro 2: Demonstrativo da comercialização de peixe liso (2016 – R$)..... 82
Quadro 3: Demonstrativo dos castanheiros por colocações na comunidade do Jutica... 90
Quadro 4: Comercialização da castanha-do-brasil pelos principais comerciantes (2016).. 115
Quadro 5: Quantidade de castanha-do-brasil comercializada na área estudada..... 115
Quadro 6: Possíveis desfeixos entre os sujeitos envolvidos na comercialização da castanha-do-brasil..... 119

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1: Produção e condição do produtor de castanha-do-brasil no Brasil (2006) 48
Tabela 2: Exportações da Castanha-do-Brasil (1997 a 10/2016)..... 50
Tabela 3: Produção da castanha-do-brasil (2010 -2015)..... 54
Tabela 4: Produção da castanha-do-brasil no município de Tefé-AM..... 60

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: O extrativista na Amazônia 20

Figura 2: Ciclo extrativo vegetal na Amazônia..... 39

Figura 3: Distribuição da castanheira-do-brasil na Amazônia..... 41

Figura 4: Ouriço da castanha-do-brasil e semente com casca..... 44

Figura 5: Amazônia Legal – Mesorregiões produtoras de castanha-do-brasil (2015)..... 49

Figura 6: Etapas críticas de contaminação por aflatoxina da castanha-do-brasil..... 51

Figura 7: Município produtores de castanha-do-brasil no Amazonas..... 56

Figura 8: Polos produtores de castanha-do-brasil no Amazonas..... 57

Figura 9: Produção da castanha-do-brasil no Amazonas..... 58

Figura 10: O castanheiro 61

Figura 11: Localização do município de Tefé-AM..... 62

Figura 12: Comunidades produtoras de castanha no município de Tefé..... 64

Figura 13: Localização das comunidades do Jutica e Marajó..... 66

Figura 14: Paisagens do período da cheia e seca na comunidade do Jutica..... 68

Figura 15: Escola Municipal Imaculada Conceição - Comunidade do Jutica..... 69

Figura 16: Paisagem da chegada na comunidade de Marajó – Lago do Jutica..... 71

Figura 17: Escola Municipal Augustinho de Castro – Comunidade do Marajó..... 72

Figura 18: Comunidade Marajó – Alimentação no dia do ajuri..... 75

Figura 19: Trabalho familiar na produção de Farinha de mandioca..... 76

Figura 20: Máquina elétrica utilizada no processo produtivo de farinha de Mandioca na Comunidade do Jutica..... 77

Figura 21: Materiais utilizados para apoio e logística da pesca – camponês fazendo calafete das canoas..... 81

Figura 22: Paisagens dos castanhais na colocação no lado do Jutica/Tefé-AM..... 85

Figura 23: Cartograma das comunidades e das colocações na área estudada..... 89

Figura 24: Ouriços coletados por uma unidade familiar – Comunidade do Marajó..... 92

Figura 25: Árvore obstruindo a passagem da canoa (Igarapé do Jutica Grande) 95

Figura 26: Barraca na colocação do Limão – Igarapé da Onça..... 96
Figura 27: Utensílios utilizados na barraca nas colocações..... 97
Figura 28: Paneiro utilizado para a coleta de castanha..... 98
Figura 29: Fluxograma do processo produtivo da castanha-do-brasil..... 99
Figura 30: Camponês coletando castanha 100
Figura 31: Seleção e quebra dos ouriços (Colocação do Limão) 101
Figura 32: Castanheiro com o paneiro cheio de sementes de castanha..... 102
Figura 33: Deslocamento em áreas alagadas 103
Figura 34: Manuseio da canoa no igarapé 104
Figura 35: Bertholletias excelsa 105
Figura 36: Sistema de aviamento da borracha e da castanha-do-brasil..... 106
Figura 37: Flutuante utilizado para comercialização e armazenamento da castanha-do-brasil e farinha de mandioca..... 113

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14
CAPÍTULO 1: O EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA E A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO 20
1.1 O TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA AMAZÔNIA 20
1.2 O EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA 35
1.3 A EXPLORAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL NA AMAZÔNIA 40
CAPÍTULO 2: ENTRE RIOS, TERRAS E TRABALHO: O MUNICÍPIO DE TEFÉ E OS SUJEITOS PRODUTORES DE CASTANHA-DO-BRASIL 61
2.1 DA PRODUÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA (MANIHOT ESCULENTA CRANTZ) E O TRABALHO DE AJUDA MÚTUA 73
2.2 A PESCA DE PEIXES LISOS 79
2.3 RESISTÊNCIA E PERSISTÊNCIA - RELAÇÕES EM TORNO DA EXPLORAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL 83
2.3.1 Etapas de exploração dos castanhais – a extração da castanha-do-brasil 93
CAPÍTULO 3: A COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL EM TEFÉ 105
3.1 DO PROCESSO DE SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO NA EXTRAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL 105
3.2 A COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL: DO INTERMEDIÁRIO AO BENEFICIADOR 112
CONSIDERAÇÕES FINAIS 120
REFERÊNCIAS 123
APÊNDICE 129
ANEXOS 134

INTRODUÇÃO

O extrativismo da castanha-do-brasil acontece praticamente em toda Amazônia Legal e em alguns países da América do Sul. Esse produto tem sua importância para as comunidades camponesas que se estabeleceram a partir de diferentes períodos e políticas de ocupação, orientada pelo processo de reprodução do capital na Amazônia. Sua exploração e comercialização foram baseadas aos moldes do sistema de aviamento, influenciado pelo declínio da exploração da borracha, pois toda a estrutura utilizada para esse sistema foi transferida para exploração da castanha-do-brasil conforme destaca Emmi (1987).

No contexto atual, com processo de mundialização do capital e a busca pelo crescimento econômico, continua o avanço de caráter predatório e insustentável, ou seja, exploração intensiva de recursos naturais, crescimento do desmatamento, explosão de periferias urbanas, concentração da renda, entre outros.

Pesquisadores como Leff (2009), Diegues (2003) concordam que o momento atual é especialmente favorável para o aproveitamento da rica biodiversidade regional em bases equitativas, ambientalmente sustentáveis e economicamente dinâmicas, valorizando principalmente o conhecimento das populações e povos locais. Porém, é importante identificar, descrever, conhecer, implementar alternativas para o desenvolvimento da região que permitam aproveitar as potencialidades naturais do território e sustentação de seus sujeitos locais, garantindo-os melhores condições de acesso a saúde, educação e renda.

Portanto, a extração e comercialização da castanha-do-brasil é uma temática fruto de investigação que começou no ano de 2007, quando este pesquisador trabalhava como professor na comunidade de Marajó (Lago do Jutica) e residia na comunidade do Jutica/Rio Solimões. Nesse período três atividades importantes entre os moradores foram observadas: a pesca de peixe liso (diversas espécies de *siluriformes*) no Rio Solimões com arrastões, que são grandes redes de pesca; a presença massiva de trabalhos comunais (Ajuri) atreladas ao cultivo da mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) e a extração e comercialização da castanha-do-brasil (*Bertolletia excelsa H.B.K*).

A pesquisa tem o objetivo de compreender como ocorre a extração e comercialização da castanha-do-brasil no município de Tefé – Médio Solimões (AM) nas comunidades do Jutica e Marajó mediante o processo reprodução do capital. Essas populações foram identificadas nesse estudo como populações camponesas que é caracterizada pelas suas combinações de atividades, baseada na unidade doméstica familiar, donos dos próprios meios de produção e na comercialização. Essas populações ao se constituírem reproduzem seu modo

de vida como uma estratégia de existência e permanência e profundo conhecimento dos recursos naturais e dos ecossistemas.

As comunidades acima citadas, não são comunidades indígenas e nem estão em área Unidades de Conservações, mas estão diretamente ligadas com o extrativismo da castanha-do-brasil.

As relações em torno da extração da castanha-do-brasil na área de estudo acontecem com características bem distintas: A comunidade do Jutica é uma propriedade privada, onde o proprietário designa um morador, a trabalhar nas áreas onde estão localizados os castanhais, esse recebe o nome de colocado, que geralmente é o chefe da unidade familiar. O trabalho de coleta dos ouriços da castanheira acontece no período de dezembro a abril, podendo ser mais curto ou mais longo, dependendo da oferta natural das castanheiras.

A comunidade do Jutica possui atualmente 192 pessoas, que estão distribuídas em 39 casas e 48 famílias. Foram identificadas 12 colocações pertencentes ao proprietário do Jutica Medeiros (2007), localizados em diferentes áreas: Remanso (Rio Solimões); São Martin, Barreirinha, Lambança e Ripa (Igarapé do Jutica Grande); Ariramba e Capoeira Grande (Lago do Jutica); Uirapuru, Santo Antônio, Limão e Cruz (Igarapé da onça).

Na comunidade do Marajó não foi possível identificar o proprietário, pelo desconhecimento dos moradores mais antigo ou pelo simples fato de os mesmos não o reconhecerem como sendo uma propriedade e sim terras devolutas, sendo que os moradores mais antigos declaram ter a posse da terra há décadas. Essa comunidade possui 258 pessoas, 50 casas e 78 famílias, qualquer morador da comunidade pode coletar castanha nos castanhais da comunidade, sendo área de acesso livre de uso comum dos comunitários. Alguns moradores, declaram que coletam castanha em área pertencente ao distrito de Caiambé, que se limita da comunidade pelo lago do Jutica.

Esta pesquisa utiliza o método dialético, baseada na pesquisa participante. Brandão (1982) apud Faria (2008) adverte sobre a possibilidade da pesquisa participante se tornar apenas um envolvimento aparente entre objeto de estudo e pesquisador. Neste caso, o pesquisador não rompe a relação sujeito-objeto, mas disfarça para executar melhor sua pesquisa.

Para identificar o território da castanha-do-brasil nas comunidades do Jutica e Marajó demonstrando as formas de apropriação dos castanhais; realizamos trabalhos de campo para levantamento de fontes primárias, acompanhamos os extrativistas nas áreas dos castanhais.

A observação direta e participante foi uma técnica importante ao longo da pesquisa de campo, por meio dela pode-se descrever as técnicas de manejo, as formas de exploração dos castanhais, identificar os sujeitos envolvidos, quem coleta, quem compra, os intermediários, quais as formas de relação de trabalho no processo extrativo e na comercialização. Outros recursos utilizados foram entrevistas, que na sua maioria forma gravadas e a utilização da câmera fotográfica para registrar todos os procedimentos.

Foi possível acompanhar os trabalhadores em apenas duas colocações, primeiro pela falta de disponibilidade e tempo destes colocados para entrar nas áreas dos castanhais nas doze colocações, pois são área distantes e de difícil acesso. Para sanar a dificuldade de identificação dos castanhais foi construído um cartograma. Para Faria (2015), o cartograma tem como um dos objetivos o conhecimento do território concreto, esse cartograma possibilitou a identificação das comunidades, dos principais igarapés e das colocações, bem como os castanhais que são área de acesso livre e uso comum.

Dois trabalhos de campo foram realizados, um em março/2016 e outro em outubro/2016. Para a coleta de dados foram feitas 20 (vinte) entrevistas abertas, sendo 02 (duas) com os representantes de cada comunidade, 04 (quatro) com compradores de castanha (intermediário), 01 (uma) gerente da empresa Jutica Produtos da Amazônia com sede na Comunidade do Jutica e 10 (dez) com moradores (a maior parte das entrevistas foram gravadas, tendo duração média de 30 minutos). Os dados estatísticos oficiais desta pesquisa foram obtidos pelo IBGE-SIDRA, ALICEWEB - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Secretaria de Comércio, dentre outros.

De acordo com as entrevistas realizadas a maioria das pessoas, tanto da comunidade do Jutica como da comunidade de Marajó nasceram nas próprias comunidades. Apesar dessa atividade não compor a base econômica familiar durante todo ano por ser um produto sazonal, ele tem grande importância para as populações, pois, por meio da coleta da castanha, os moradores podem contar anualmente com uma renda relacionada ao extrativismo, ainda mais por antecipar as festas mais tradicionais das comunidades: o Festejo do Divino Espírito Santo no Jutica e a Festa do Trabalhador na comunidade do Marajó, onde vem pessoas de outras comunidades e até de municípios vizinhos para prestigiar essas festas.

No primeiro capítulo foi realizada a fundamentação teórica sobre o conceito de território, articulado à exploração dos recursos naturais na Amazônia, portanto, o território aparece como essencial para a manutenção das populações e povos ao longo da história da humanidade, muito mais agora com o atual estágio capitalista, em que o território passa a ser

disputado pelo capital, subordinação dos bens e dos recursos naturais e pela luta e manutenção das populações camponesas.

Estabelece ainda neste capítulo a origem do campesinato, essas populações acumularam saberes e conhecimentos dos diversos ecossistemas amazônicos nas suas mais diversas formas de re (existir) como estratégias de sobrevivência e permanência na região, fundamentada em conhecimentos profundos dos recursos naturais, criando assim um modo de vida particular que garante a extração dos recursos naturais necessária para sua existência, com destaque para o extrativismo da castanha-do-brasil na Amazônia, identificando os estados produtores e a produção do estado do Amazonas e do município de Tefé/AM.

No segundo capítulo realiza-se uma caracterização da área de estudo, apresentamos um breve histórico das comunidades envolvidas. Essas comunidades foram constituídas no final do século XIX e início do século XX. As primeiras pessoas se fixaram de forma estratégica da foz do igarapé denominado Jutica que está localizado na margem direita do rio Solimões, desenvolvendo atividades extrativas como a castanha, sorva, pesca, exploração de madeira, etc.

Discute ainda nesse capítulo as combinações de atividades realizada nas comunidades do Jutica e Marajó e como o capital tem se apropriado dessa produção, dentre elas, estão a produção da farinha de mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), a pesca de peixes lisos (diversas espécies de siluriformes) e o extrativismo da castanha-do-brasil (Bertolletia Excelsa H.B. K), todas essas atividades estão centradas na força de trabalho da unidade familiar.

No caso da produção de farinha de mandioca, apesar de cada unidade familiar possuir sua roça individualmente, esses têm a colaboração dos moradores por meio do trabalho de ajuda mútua, conhecido na região como ajuri. O ajuri é realizado quando o morador não possui a força necessária na unidade doméstica familiar para determinadas atividades, então, convoca-se outros moradores para ajudá-lo na tarefa. Essa prática é um fator socioeconômico importantíssimo nas comunidades, das 78 famílias da comunidade do Marajó 75 realizaram o ajuri no ano de 2016, segundo o morador mais antigo da comunidade, que possui uma caderneta de controle dos ajuris. Como as comunidades do Jutica e Marajó estão muito próximas e seus moradores possuem relações de parentescos, essa forma de organização produtiva envolvem moradores das duas comunidades.

A pesca de peixe liso tem ganhado destaque nas comunidades fazendo parte do modo de vida, principalmente pelo envolvimento maciço dos Jovens, que ao contrário do que acontece na produção de farinha, que leva um período de aproximadamente de 01 ano da

preparação do solo até a planta ficar madura para iniciar o processo do primeiro beneficiamento de produção, assim como as dificuldades de acesso aos castanhais para coleta de castanha, veem na pesca a oportunidade de um rendimento mais vantajoso e menos desgastante, pelo fato de terem moradores donos de flutuantes que são arregimentados por frigoríficos maiores que compram a produção, sendo assim, os adolescentes e jovens não tem nenhuma despesa para realizar essa atividade, pois os camponeses donos dos flutuantes possuem toda estrutura para a pesca de peixes liso, que acontece no Rio Solimões.

Foram identificados oito (08) camponeses donos de flutuante que combinam suas atividades com pesca de peixes lisos, essa atividade também é realizada por meio do trabalho familiar. Dentre eles, foram identificados seis (06) considerados nas comunidades como patrão de pesca, nesse caso, o camponês que possui instrumentos próprios para a prática de pesca voltada para a comercialização, que geralmente é arregimentado por frigoríficos maiores, sendo que essa estrutura permite envolver outras pessoas.

Para melhor entendimento sobre o processo de produção e comercialização de peixe liso, nas últimas décadas Cruz (2007, p. 175) assinala que "[...] acarretaram várias mudanças e alterações no modo de pescar no rio e, consequentemente, na forma de negociar a produção do pescado [...]". Essas mudanças provocaram o surgimento e formação de novas territorialidades, pois como reafirma, "[...] nessa ocasião, uma **concorrência** tanto na captura, quanto na **comercialização das espécies** consideradas lisas". Cruz (2007, p. 175, grifo nosso).

O terceiro capítulo procura discutir o processo de comercialização e apropriação do território pelo capital na produção da castanha-do-brasil. Sobre a apropriação da produção camponesa Cruz (2007, p. 2) destaca que:

> O capital contraditoriamente monopoliza o território sem, contudo, territorializar-se, isso significa que o capitalismo se expande de forma contraditória, todavia o camponês permanece como principal sujeito da produção, não expropria os camponeses, porém, os transforma e efetua a metamorfose da renda da terra em capital (CRUZ, 2007, p. 2).

Dessa forma, a exploração e comercialização da castanha-do-brasil se dá de diferentes maneiras, principalmente por se tratar com diferentes sujeitos envolvidos. Para os camponeses agem com um certo grau de autonomia, mesmo que se inscreva numa situação trágica e conflituosa. Trágica no sentido de que a recusa da relação pode significar a revolta ou a morte para uma das partes, revolta principalmente por parte dos camponeses que geralmente

repassam sua produção sem a necessária valorização, como apontada por Paulino (2006), sem o valor de trabalho nele contido.

Ainda sobre essa produção camponesa Queiroz (2012, p. 106) destaca a importância dos camponeses inseridos diretamente nesse processo produtivo como podemos ver a seguir:

> Os camponeses são inseridos no processo como parte integrante. A eles é designada a responsabilidade de prover o mercado com os produtos in natura. Dessa forma, o capital tem a possibilidade de inferir valor à produção camponesa, extraindo assim, uma parcela significativa da renda da terra gerada pelo trabalho. (QUEIROZ, 2012, p. 106).

Para Paulino (2006, p. 124) "[...] as empresas travam entre si uma luta ferrenha para a demarcação dos respectivos limites de atuação. Entretanto, como em qualquer situação em que está em jogo o controle sobre o território".

Esse controle do território é caracterizado pela monopolização do território pelo capital, na região estudada foram identificados dois principais comerciantes que atuam na comercialização da castanha, vale ressaltar que o mesmo mecanismo utilizado na aquisição da castanha-do-brasil é também utilizado para a farinha de mandioca, cada um possuem estratégias distintas, a primeira, passa pelo processo de subordinação dos camponeses mediante a posse da propriedade, em uma espécie de sujeição e subordinação, e a segunda, pelo processo de arregimentação dos moradores, ambos atuando com agentes do capital. Apesar da existência de associação comunitária, não há uma organização quando se trata da comercialização da castanha-do-Brasil, sendo que o capital se apropria dessa produção por meio da comercialização direta com o coletor.

CAPÍTULO 1: O EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA E A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

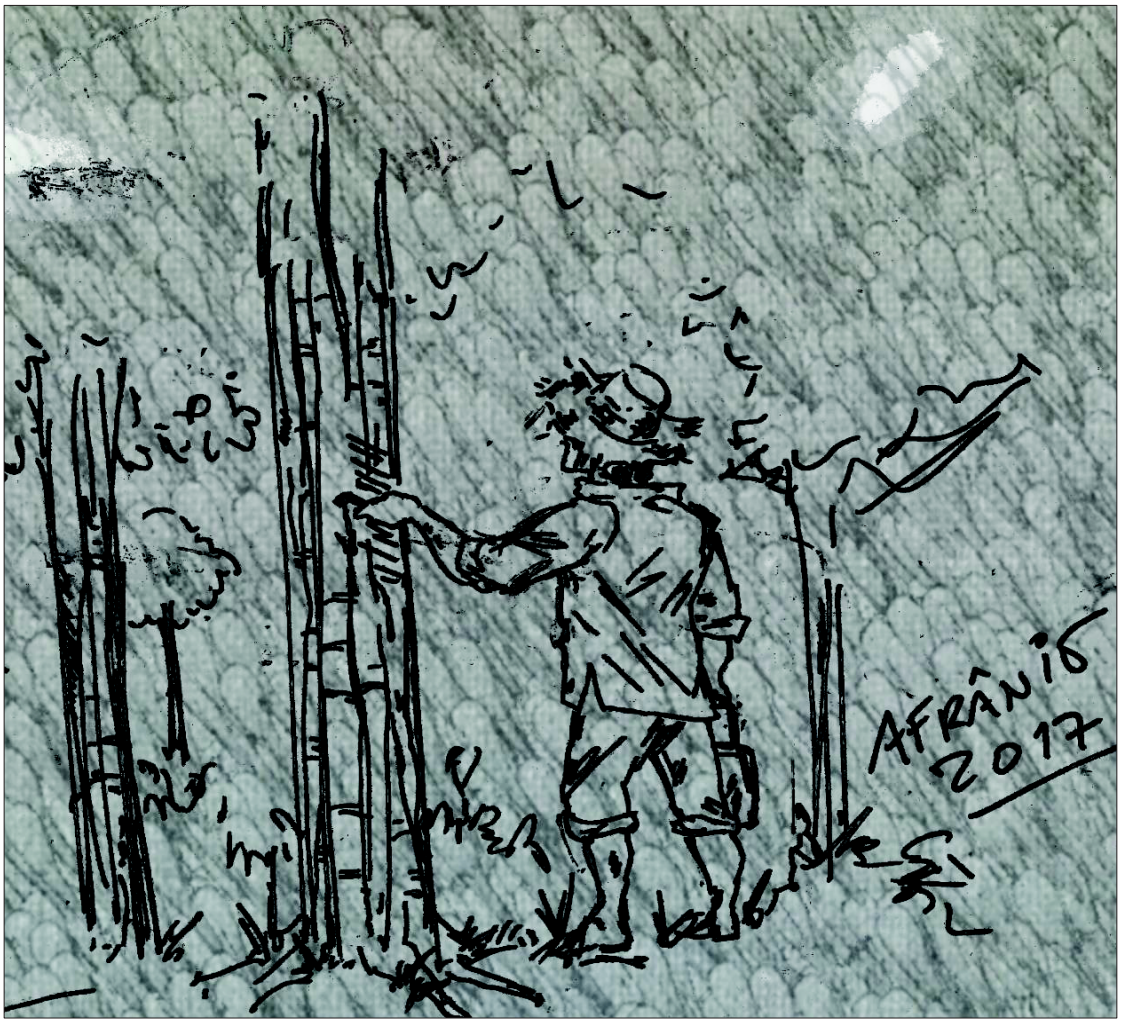


Figura 1: O extrativista na Amazônia
Fonte: Exposição no evento Contos Amazônicos na Escola Estadual Profª Nazira Litaiff Moriz – Tefé (AM). Acervo do autor (2017)

1.1 O TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA AMAZÔNIA

O território sempre foi essencial para a manutenção das populações e povos ao longo da história da humanidade, muito mais agora com o atual estágio capitalista, em que o território passa por meio de uma disputa de acumulação de capital, da subordinação dos bens e dos recursos naturais e pela luta e manutenção das populações tradicionais e camponesas.

Essa acumulação não é um sistema simples, mas de acumulação ampliada à força motriz deste modo de produção, conforme destaca Paulino (2008, p.214).

> [...] que supõe uma avidez progressiva sobre quaisquer bens passíveis de converterem-se em mercadorias, atentar para a ordenação do território ganha relevância ímpar, porque é este que comporta as ações de produção, circulação e consumo, o tripé da valorização capitalista que culmina na apropriação desigual da riqueza socialmente produzida. (PAULINO, 2008, p.214).

Raffestin (1993) entende que o território se forma a partir da noção de espaço, e se dá pelas relações de produção, em que consequentemente estão relacionadas com as questões de poder.

Essas relações de poder que podem determinar o território, consequentemente, esse território se enquadra em um determinado espaço, as quais ocorrem em redes, em uma troca constante de energia e informação, conforme assinado por Raffestin (1993) que é realizado por meio do trabalho relacionado a qualquer energia empregada com um determinado conhecimento, em todos os níveis de relações.

Portanto, falar em território implica caracterizá-lo a partir de espaços delimitados e suas relações de poder, sendo assim o seu conceito pode ser entendido também como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento.

Neste sentido Fernandes (2008, p. 279) explica que "quando o território aparece como propriedade particular individual ou comunitária destaca que o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia de seus proprietários na tomada de decisões a respeito do desenvolvimento desses territórios".

Assim, para Raffestin (1993) o uso da palavra território implica entender, em primeiro momento uma noção de limite, destacando as relações que cada grupo mantém como sua porção do espaço.

> Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como e em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém como uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação. [...] isso nos conduz a considerar os limites não somente do ponto de vista linear, mas também do ponto de vista zonal. [...] muitos limites são zonais na medida em que a área delimitada não é, necessariamente sede de uma soberania fixada de forma rígida, mas a sede de uma atividade econômica ou cultural que não se esgota bruscamente no território, mas de maneira progressiva. É suficiente dizer que as tessituras se superpõem se cortam e se recortam sem cessar. (RAFFESTIN, 1993, p.153,154).

O território é, portanto, criação social, histórica e cultural. À medida que envolve identidades culturais e territoriais, bem como influência sobre determinados povos e populações e porções do espaço. E nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa a necessidade de organizar o campo operatório de sua ação (Raffestin, 1993), sendo, pois todos nós sujeitos, uma relação de dependência em que produzimos territórios, em nossa problemática relacional criando territorialidade.

A territorialidade é construída pelas relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade. [...] a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas Raffestin (1993) sendo assim, cada território tem sua territorialidade, as relações e interações dos tipos de território, nos mostram as múltiplas territorialidades.

Neste sentido, Faria (2015) entende territorialidade a partir das relações de identidades criadas a partir DE e COM o território. É subjetiva e depende das relações das culturas com o meio para sua criação. Cultura e Território não estão separados, mas estão inter-relacionados, se interagem e esta relação reciproca de interação criam as territorialidades a partir de suas concepções culturais, históricas, sociais com um dado povo, grupo, população etc. com o território. Não deve ser confundida com territorialização que é o controle ou a apropriação de um determinado espaço por um grupo, população, povo, empresa etc. O território, portanto, é produzido a partir das relações culturais, cuja identidade produzida, são as territorialidades.

Para Sack (1986) a territorialidade serve para os "seres humanos como estratégia geográfica para restringir (assegurar) acesso de população e limitar o uso de coisas por área controlada". E ainda "territorialidade é antes de tudo uma expressão geográfica de poder social". A territorialidade é, portanto segundo este autor, normativa, pois é cheia de regras e normas associativas.

Ainda para Sack (1986) o conceito de territorialidade faz referências às tentativas de indivíduos ou de grupos sociais criarem estratégias com o intuído de influenciar pessoas e defender acessos de grupos sociais localizados aos recursos naturais. E que esses territórios, requerem esforços constantes para estabelecer e mantê-los.

Neste sentido podemos destacar que o território está relacionado às categorias de existência, diferença, divisão, identidade e reconhecimento. Ao trabalharmos com a categoria território, estamos nos reportando ao tempo, o que nos leva a uma compreensão de espaço-tempo, mobilidade física e carga simbólica, fato este que torna complexo a formação de território, lugares e identidades.

Na Geografia Clássica, o Estado é o responsável por definir o território. Faria (2012), destaca que para o Estado, o território é um suporte material onde se encontra a nação, forjada a partir dos ideais burgueses da revolução francesa. Os conceitos de *nação, território e autodeterminação* estão ligados ao conceito de Estado Moderno, em que:

> A luz da teoria do Estado e dos princípios positivistas da revolução burguesa, a constituição de um Estado Nacional pressupõe a existência de um território, de uma nação, de um governo soberano. Nessa perspectiva, a concepção de território é para os governantes e, para os militares, uma categoria jurídico-política, abrangendo o espaço aéreo, marítimo e terrestre (subsolo), que permite a reprodução básica das condições de existência da nação organizada e administrada pelo Estado. SILVA (1981) apud FARIA (2012, p. 190).

Portanto, o território é elemento para a existência do Estado. Para Faria (2012) o território carece do conteúdo humano, cultural e do próprio sentido de territorialidade. Em que a associação dialética entre cultura e território resulta na territorialidade. E esta cria uma identidade específica para cada lugar e território.

A construção de território remete-nos a própria construção social e por sua vez, está intrinsecamente ligado à territorialidade, que é entendida como a identidade sobre o território. É esse o sentido de território, quando se busca a partir do seu entendimento, perceber como os homens constroem seus lugares de relacionamentos.

A territorialidade humana, portanto, é a manifestação dos sujeitos sociais sobre o território. Para Sack (1986, p. 3) a territorialidade está relacionada " como as pessoas usam a terra e como elas se organizam no espaço, e como elas dão sentido ao lugar".

Para Faria (2012, p. 62) " o que difere um lugar do outro é a forma de ocupação e os sujeitos sociais engajados nesse processo que produzem o espaço de acordo com seus costumes, valores, tradições, ou seja, a cultura".

A organização do território é importante, como estratégia de existência e permanência, criando e recriando seus modos de vida, e isso pode ser vislumbrada pelas diversidades dos elementos da paisagem que estão presente no território conforme apontado por Fernandes (2008. p. 286).

> A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias,

> produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses (FERNANDES, 2008. p. 286).

A produção do território amazônico esteve atrelada à exploração dos recursos naturais, mesmo antes da chegada dos europeus. Estas eram realizadas pelas populações que habitam na região a milhares de anos, e eram baseadas nas relações do homem com natureza, onde o que era retirado ou produzido era o necessário para a sobrevivência do grupo, e estes tinham um vasto território para realizar essas atividades.

Neste entendimento, Leff (2009) expõe que na Amazônia, antes das conquistas destes povos, sua organização social e produtiva havia-se ajustado com harmonia às estruturas ecológicas.

Sendo que os conhecimentos sobre a utilização dos recursos naturais possibilitaram o desenvolvimento de técnicas agrícolas adaptados às condições dos ecossistemas de seus territórios.

De acordo com Homma (2003, p. 12) "A paleontóloga Anna Curtennis Reoosevelt constatou em Monte Alegre/PA a presença dos primeiros paleoíndios há cerca de 11.200 anos, que viviam da coleta de frutas e da pesca". E por volta de 3.500 anos, há indícios que o cultivo da mandioca passou a ser uma prática adotada e possivelmente domesticada pelos tupis na Bacia Amazônica.

> As identificações arqueológicas atuais e em vários pontos do território evidenciam que a Amazônia foi ocupada nas terras firmes, várzeas, matas e campos, desmitificando a "aptidão" ribeirinha dos povos amazônicos e indicando a grande expansão e variedade do meio ambiente ocupado. A demografia histórica avalia em 6.800.000 habitantes em toda a área amazônica, dos quais 5.000.000 na bacia Amazônica e 3.625.000 para a área correspondente hoje a Amazônia Brasileira (BESSA FREIRE, 1987 apud FREITAS, 2009 p. 22).

Para Freitas (2009, p. 22) "[...] os homens da Amazônia pré-colonial não eram só caçadores e coletadores, mas desenvolviam diversas técnicas, como forma de apropriação do território [...]". Essas técnicas constituíam-se das habilidades necessária para sua sobrevivência, demonstrando um nível de conhecimento para sua sobrevivência e de seu grupo.

Freitas (2009, p. 22) ainda destaca que estes homens eram " [...] artesãos, navegadores e possuidores de um nível técnico capaz de dar conta das necessidades de reprodução de grandes contingentes humanos e de domínio cultural sobre os territórios litorâneos [...]".

Sobretudo, sabemos que os povos viviam aqui despertaram os interesses dos europeus, pois quando esses chegaram, em 1492, estes povos tinham conhecimento da cultura da mandioca, do aproveitamento de centenas de frutas nativas, plantas medicinais, técnicas de caça e pesca, corantes, oleaginosas, aromáticas, tóxicas, etc.

A Amazônia passa a ser vista deste então, como fonte de recursos naturais, passou a ser desejada e explorada por interesses e agentes externos. Sobre o início desse flagelo, Oliveira (1983, p. 169) enfatiza que: " [...] no século XVIII, mediante a procura das chamadas Drogas do Sertão, cacau, salsaparrilha, urucu, cravo, canela, anil, as sementes oleaginosas, raízes aromáticas, puxuri, a baunilha e também madeiras ". Essas especiarias eram adquiridas pelos indígenas subordinados aos missionários.

Mais tarde, surgiria um dos primeiros planos de intervenção do território, com as políticas Pombalinas e instituição do Diretório, que expulsaram os missionários. Os indígenas e caboclos foram incentivados as atividades relacionadas à pecuária e agricultura, produtos como - cacau, café, algodão, localizadas nas margens dos grandes rios, além da distribuição de terras e isenção de impostos, ferramentas grátis beneficiando principalmente os colonos.

Para Harris (2006 p. 81) esse período " garantiria a afirmação do domínio imperial português sobre a região e a criação de um comércio de mercadorias de exportação, nenhuma, das quais, particularmente bem-sucedida".

O período que mais representou mudanças na região foi o da extração da borracha, com o a exploração do látex, houve tanto o enriquecimento de uma pequena burguesia, como o incentivo da migração regional. De acordo com Gonçalves (2005, p. 18) esse período "correspondeu uma realidade drástica para as populações originárias daquelas plagas[1], que viram levas de migrantes invadirem suas terras" e só para salientar que essas descobertas foram efetuadas a partir do conhecimento indígenas, pois já utilizavam a goma elástica produzida pelas seringueiras.

De acordo com Gonçalves (2005, p. 83) " [...] os indígenas já manipulavam a goma elástica para múltiplas atividades, sendo que já nos anos de 1830 eram exportados para os Estados Unidos milhões de pares de sapatos de borracha". Um pouco depois, o látex passa ser um dos principais produtos utilizado na industrialização.

[1] Plaga pode ser entendido como país ou região.

Sobre esse período Gonçalves (2005, p. 83) destaca:

> Com a descoberta do processo de vulcanização, em 1983, a goma elástica deixas de ser um produto marginal e se inscreve no cerne de novos procedimentos técnicos da Revolução Industrial como: correia de transmissão, amortecedor de impactos das engrenagens industriais, escapamento de fios etc. No final do século XIX, sua aplicação em revestimentos de rodas, dando origem aos pneumáticos, ensejará uma importante mudança, inclusive no modo de vida urbano como os automóveis e bicicletas. Abre-se espaço para o desenvolvimento do rodoviarismo, sistema de transporte muito mais flexível na organização social dos espaços do que a ferrovial (GONÇALVES, 2005, p. 83).

Esse período representou um surto econômico para a região. De acordo com Becker (2013) um surto ocorre, quando a economia nas suas diferentes dimensões passa a ter força de competição no âmbito local, regional, nacional ou global, acompanhada de uma maior demanda por determinados produtos, bens, funções ou processos, que propiciam lucro e divisas para as regiões. Mas se forem seguidas como único desenvolvimento da economia como um todo, entram em decadência com a mesma intensidade com de fato ocorreu.

Para Homma (2003, p. 13) o caso da borracha, foi quando "Henry Alexander Wickham conseguiu transportar as 70 mil sementes de seringueiras, coletas em Boim, um pequeno vilarejo na margem esquerda do Rio Tapajós" . Que foram levadas para Ásia, conforme Gonçalves (2005, p. 90) colocaram "o complexo seringalista numa crise profunda".

Essa crise foi para os seringalista e casas aviadores que viram suas levas de lucros despencar e consequentemente a queda drástica na arrecadação para o país. O seringueiro, o principal extrator estava na penúria desde o auge dessa exploração, pois estava atrelado ao sistema de aviamento e exploração. Esse declínio representou na verdade, sua liberdade desse sistema de exploração nesse momento.

As migrações continuaram principalmente durante a II Guerra Mundial[2], na tentativa de serem retomadas o cultivo e extração do látex, tal período representou um ponto alto da integração amazônica na economia global moderna com a participação do campesinato amazônico e por populações tradicionais.

Campesinato amazônico segundo Nugent (2006, p. 35) "refere-se a criações coloniais em que a mão de obra foi quase toda importada principalmente de migrantes nordestino". O

[2] O acordo de Washington (firmado em 1942) enceta a Batalha da Borracha visando recuperar a produção regional a fim de garantir o abastecimento de látex aos países aliados, particularmente os EUA. Gonçalves (2005, p. 29).

mesmo autor enfatiza que as sociedades camponesas amazônicas possuem raízes tanto não indígenas quanto indígenas.

Essa formação do campesinato Amazônico, teve participação de imigrantes conforme Harris (2006, p. 87) “judaica do norte da África, [...], japoneses e italianos”.

Além da migração regional do Nordeste, para Witkoski (2010), o Plano de Integração Nacional teve grande participação nessa formação, principalmente com a abertura da Transamazônica houve grande massas de sulinos (gaúchos, catarinenses, e, sobretudo, paranaense) que se deslocaram para Amazônia.

População tradicional trata-se de um termo mais específicos, como sociedades, culturas ou comunidades tradicionais. Para Diegues (2008), são descendentes dos grupos que durante o período da colonização do território se estabeleceram em regiões isoladas de centros econômicos e de desenvolvimento.

Queiroz (1973) afirma que as populações e culturas tradicionais não-indígenas são, de forma geral, consideradas camponesas. Para Diegues (2008, p. 140) essas populações “são fruto de intensa miscigenação entre o colonizador, e os povos indígenas e o escravo negro”, ainda segundo este autor:

> Elas incluem os "caiçaras" que habitam o litoral de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná; os "caipiras", dos estados do Sul; os habitantes de rios e várzeas do Norte e Nordeste (os varzeiros); as comunidades pantaneiras e ribeirinhas do Pantanal Mato-grossense; os pescadores artesanais, como os jangadeiros do litoral nordestino; as comunidades de pequenos produtores litorâneos açorianos de Santa Catarina etc (DIEGUES, 2008, p. 14).

Salienta ainda que são “populações de pequenos produtores que se constituíram no período colonial, frequentemente nos interstícios da monocultura e de outros ciclos econômicos”. Diegues (2008, p. 14).

Faria (2017) vem discordando desse termo “tradicional”, pois é usado no sentido pejorativo, para inferiorizar e diferenciar as outras culturas e sociedades, tidas como atrasadas, da cultura e sociedade ocidental, moderna, urbana e capitalista. Não devemos confundir população com povo e comunidade. São conceitos que tem sentidos políticos, sociais e culturais diferentes. População é meramente um somatório de pessoas que define os habitantes de um determinado espaço. Comunidade se refere a um agrupamento ou união de pessoas, população de um povo tem que objetivos comuns; e povo é a união de pessoas que

possuem uma identidade própria, com suas filosofias, organização social e política, visão de mundo, língua comuns tendo ou não um território.

Na Amazônia à medida que se estabeleceram as políticas para a região, as mudanças socioespaciais vão acontecendo, e essas acabam por mudar a paisagem. Após o "quase desaparecimento" da extração da borracha na Amazônia, representada por um período de "estagnação", estagnação essa que foi em termos de suas exportações e das receitas geradas. Mas resulta no fortalecimento dos camponeses amazônicos aqui existentes.

Nugent (2006) afirma o que restou foi uma reversão residual da outrora extensa rede produtiva-mercantil, isso nos direciona a entender que, naquele momento houve uma queda drástica na aquisição da borracha, numa espécie de involução extrativista, a uma economia pré-mercantil de caça, coleta e agricultura que deram características no modo de vida camponesa, pois essa reorganização priorizou as necessidades locais, ao invés das externas, pois muitas pessoas que vieram nesse período para a região aqui permaneceram.

Para Harris (2006, p. 90) "[...] a partir deste período permitiu a reconstituição ou a reorganização das formações sociais amazônicas locais". Nessa perspectiva Gonçalves (2005) destaca que o extrativismo praticado é a atividade de maior relevância em termos regionais.

Gonçalves (2005) destaca ainda que diante deste contexto dois fatores contribuíram para o fortalecimento dos migrantes na região, representado principalmente pelos nordestinos nesse período: O primeiro a constituição de família por parte dos seringueiros passou a ser permitido, o que antes, no período áureo da borracha, era proibida. E a segunda, a prática de agricultura passou a ser tolerada.

Sobre essa segunda, Gonçalves (2005, p. 92) afirma.

> A combinação de agricultura com o extrativismo (o agroextrativismo) dentro da floresta começou a dar ensejo a um maior enraizamento dessas populações no interior da floresta. A diversificação produtiva levou a que a alimentação melhorasse de qualidade e vamos começar a observar os índices de doenças e de mortalidades caindo na Amazônia com a crise dos seringalistas e das casas aviadoras. Assim temos o paradoxo de que se viveu muito melhor na Amazônia com a crise dos patrões seringalistas e do sistema de aviamento a que estes estavam associados. Os índices de mortalidades voltam a aumentar quando da retomada da produção da borracha durante a Segunda Guerra Mundial, no que ficou conhecido como a Batalha da Borracha, restabelecendo a relação alta produção da borracha – baixo nível de vida para os seringueiros -, altos lucros para os seringalistas (GONÇALVES, 2005, p. 92).

Para Harris (2006, p. 38) " os sistemas locais fortalecem-se quando há ligações mais fracas com o mercado externo". Organizado e difícil desintegração foi o que destacou Marx (1986) ao discutir sobre as formações econômicas pré-capitalista, destacando o modelo Asiático, pois as principais características deste é uma combinação de manufatura e agricultura dentro da pequena comunidade que, assim, faz-se completamente autossuficiente, em si mesma contendo todas as condições de produção e de produção de excedentes.

Observamos que a ocupação da região amazônica foi pautada principalmente pela exploração dos recursos naturais como atividades econômicas, que contribuíram para as formações e relações sociais hoje existentes.

Gonçalves (2005) destaca que essas atividades sempre estiveram direcionadas para a exportação (drogas do sertão, látex da borracha – espécie de Hevea brasiliensis, castanha-do-pará (Bertolletia Excelsa), madeira e minérios, desencadeando ciclos econômicos derivados de atividades extrativas fomentadas pelos governantes e promovidas pelo grande capital

No contexto atual, com processo de mundialização da economia, a busca pelo crescimento econômico, continua o avanço de caráter predatório e insustentável, ou seja, exploração intensiva de recursos não renováveis, crescimento do desmatamento, explosão de periferias urbanas, concentração da renda, entre outros.

Na Amazônia alguns pontos merecem destaque, como o I Plano de Integração Nacional[3], houve uma maior contribuição para as mudanças ocorridas apoiada com as mãos forte do Estado, patrocinado principalmente pelo capital estrangeiro surgindo um campesinato amazônico complexo, pois foram introduzidos novos modos de vida ao modo viver amazônico, ora associado diretamente a territorialização do capital ora pela monopolização no território pelo capital, expropriação e espoliação das populações tradicionais e campesinas.

Melo (2006) identifica que essas novas frentes pioneiras (políticas desenvolvimentistas para a Amazônia) não tiveram vínculo com a agricultura tradicional, mas sim com grupos industriais nacionais, estrangeiros e multinacionais, sociedades anônimas e de capitais urbanos, cujos investimentos foram respaldados pelo sistema de incentivos fiscais, que gerou consequentemente, conflitos de terras entre fazendeiros, posseiros, seringueiros, camponeses, povos tradicionais e povos indígenas. Trazendo desmatamento acelerado pela abertura de estradas, exploração de madeira.

Gonçalves (2005, p. 46) destaca que:

---

[3] O Programa de Integração Nacional (PIN) foi um programa de cunho geopolítico criado pelo governo militar brasileiro por meio do Decreto-Lei Nº1106, de 16 de julho de 1970, assinado pelo Presidente Médici.

> A Amazônia nos últimos quarenta anos passou a atrair grandes capitais interessados em explorar o seu subsolo, sobretudo após as pesquisas efetuadas pelo Projeto Radam-Brasil que realizou o melhor levantamento até hoje na região, a partir da década de 1970. (GONÇALVES, 2005, p. 46).

Ainda para Gonçalves (2005), dentre elas: destacaram-se o, complexo mínero-metalúgico (Carajás), além da exploração em outras partes do território Amazônico. Como a exploração de cassiterita e ouro no rio Madeira, Rondônia e no estado de Roraima, em território ianomâmi, no rio Tapajós, ouro, petróleo e gás em Nova Olinda do Norte, Sal-gema, no Médio Solimões, ouro em Serra Pelada, dentre outros.

A Amazônia brasileira no final do século XX segundo Faria (2012), aparece como palco privilegiado das atenções e intenções dessa tendência mundializada, visto que estamos nos referindo a um dos maiores bancos biogenéticos do planeta devido a sua biodiversidade e sociodiversidade, em que destaca:

> A biodiversidade da Amazônia pode ser demonstrada pelo riquíssimo patrimônio apresentado pela diversidade hidrológica, geológica, geomorfológica e biogeográfica que compõe e distingue esses ecossistemas. Entretanto, rios, lagos, igarapés, fauna e floresta têm em abundância em que qualquer parte da Amazônia e o que difere um lugar do outro são as relações e as interações criadas entre o meio e as culturas que se materializam no território (FARIA, 2012, p. 77).

Na tentativa de elevar a produtividade regional, as instituições de fomento estimularam atividades ambientalmente predatórias, como a pecuária e a indústria madeireira na Amazônia, que embora tenham, de certa forma, elevado a renda regional, todavia, não promoveram a equidade social desejada.

Da mesma forma, as atividades de grande vulto como a mineração e os empreendimentos hidrelétricos têm contribuído muito mais com os indicadores econômicos nacionais e internacionais do que para a solução dos sérios problemas da pobreza e exclusão da sociedade local, esse primeiro, principalmente no que se refere à perda do potencial produtivo do solo e esse o segundo, grandes áreas alagadas, fazendo com que populações inteiras sejam destituídas de seu próprio território.

Faria (2003) aponta que:

> Nesses últimos 50 anos, em que as atividades econômicas vêm se expandindo através de políticas de desenvolvimento regionais implantada

> pelo Estado, com o intuito de promover o seu maior engajamento ao modelo econômico do Brasil. Isso vem provocando uma ação catastrófica sobre os indígenas, que frequentemente tem suas terras invadidas e / ou são expulsos, deslocados por garimpeiros, por empresas nacionais e /ou internacionais, públicas e / ou privadas, interessados na exploração dos recursos naturais existentes. Esse processo acarreta, assim, a desterritorialização das nações indígenas, através da transformação da identidade cultural de seus habitantes, do direito sobre o território que ocupam, do direito a uma vida digna longe dos preconceitos da população envolvente, que não respeita a territorialidade, os costumes, hábitos e muito menos o direito de pertencerem a culturas e nações diferentes (FARIA, 2003, p. 1).

Hoje, não só os povos indígenas, mas os camponeses na Amazônia têm resistido às políticas para a Amazônia, passando por inúmeros processos de desterritorialização e estes foram criando novas territorialidades, reafirmando suas identidades, culturas etc.

Portanto, a Amazônia é vista com fonte de recursos a ser explorada, assim como suas florestas, rios, solos, minerais, fauna e flora nas quais representam oportunidade de realização de atividades econômicas.

Mas não levam em consideração o reconhecimento das populações camponesas, povos indígenas e seu modo de vida peculiar, marcadas por políticas direcionadas de fora para dentro.

Primeiro pelo colonialismo e segundo pelo imperialismo como evidencia Gonçalves (2005) em uma imagem que normalmente se tem a respeito da região amazônica é uma imagem sobre a região do que da região.

Diante das diversas políticas de desenvolvimento implantadas na Amazônia, os camponeses aqui existentes acumularam saberes, conhecimentos dos diversos ecossistemas amazônicos nas suas mais diversas formas de re (existir) como estratégias de sobrevivência e permanência na região.

Os camponeses estabeleceram-se ao longo dos grandes rios, muitos são moradores de várzeas e em terras firmes, e muito destes ainda não possuem o título de propriedade da terra.

Como esses sujeitos estão se (re) estabelecendo mediante o capitalismo contemporâneo? Para entendermos esse processo é preciso destacar três pontos indispensáveis para a compreensão de modo de vida das populações das camponesa: o trabalho familiar para manutenção da unidade familiar e a comercialização.

O extrativismo é, portanto, uma dentre as combinações de atividades praticadas pelos camponeses Amazônia sobre as diversas formas, que envolvem conhecimentos profundos dos recursos naturais, desenvolvendo assim, esse modo de vida particular.

Associado as combinações de atividades com a terra (a roça, principalmente para a produção da farinha de mandioca), com a água (pesca) e algumas culturas de hortaliças, ora estabelecida em áreas de várzeas ora em terra firme, voltadas para os mercados locais, regionais. Além de criação de animais, todas elas voltado para a subsistência e comercialização. Não sendo, no entanto, uma regra geral, uma vez que estão empregados fatores múltiplos que dinamizam as características produtivas das comunidades rurais. Sendo possível encontrar cultivos bem avançados de cupuaçu, banana, mamão, guaraná, dentre outros.

Nesse viés, o extrativismo da castanha-do-brasil tem ganhado sua importância, por meio da coleta e da comercialização, essa prática tem sido realizada em área de uso comum e propriedades privadas, nas mais variadas formas e relação de trabalho. Portanto, atividade vem sendo realizado à mais de um século na Amazônia, e foi pautado em uma economia extrativa, com fortes vestígios do que aconteceu no capitalismo comercial.

Sobre uma economia extrativa mercantil Emmi (1987, p. 3) chama atenção que:

> [...] o objeto do trabalho e da troca são os frutos da própria terra; são eles que são diretamente objetos de apropriação e para isso o capitalismo comercial é um fator determinante, mas ele é determinante apenas na medida em que o controle da terra e dos meios de transporte não lhe fuja: o primeiro a fim de garantir o trabalho de coleta e do primeiro beneficiamento (produção); o segundo para permitir a comercialização. É por isso que na economia extrativa amazônica, o capital comercial teve que se articular com os que tinham o controle da terra e dos meios de transporte através do aviamento ou passar a exercer diretamente esse controle, o que não implicava necessariamente na propriedade da terra no sentido estrito. É o controle exclusivo da terra que se constitui na forma de dominação dos trabalhadores, obrigando-os a subordinar-se ao patrão para poder exercer seu trabalho [...]. (EMMI, 1987, p. 3).

Para que possamos compreender as relações entre os sujeitos envolvidos na extração e comercialização da castanha, é preciso conhecer como funciona a economia de uma unidade camponesa, a princípio, elas estão pautadas em suas necessidades básicas e sua articulação com o mercado.

Para Shanin (1980) a economia dos camponeses se caracteriza com a ocupação autônoma (ou seja, do trabalho familiar), com controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional, entende-se aqui, que esta última a grande responsável pela grande solidez e permanência do camponês, mesmo

com a modernização do campo, demanda pelo advento tecnológico e aumento da densidade populacional com o processo intenso de urbanização.

Shanin (1980, p. 17) destaca que: “La explotación campesina forma una pequeña unidad de producción-consumo que encuentra su principal sustento em La agricultura y es sostenida, principalmente por el trabajo familiar”.

O trabalho familiar é, portanto, de suma importância para a manutenção da unidade campesina. Para Witkoski (2007, p. 38) “[...] a família funciona como uma espécie de “máquina humana produtiva, todos os membros devem e não podem deixar de participar da vida produtiva, seja para subsistência ou para comercialização”.

Já a comercialização aparece como uma estratégia de permanência e existência para os camponeses, mas para os atravessadores e comerciantes da região estão voltadas para o lucro e para reprodução de capital.

Paulino (2009) destaca que as atividades desenvolvidas pelos camponeses são necessariamente aquelas em que as Indústrias não têm interesse de produzir, mas que são utilizadas pelas indústrias como matéria prima, ou simplesmente intermediam a relação entre produtor e consumidor.

Para Chayanov (1974) a economia camponesa além de estar voltada ao trabalho familiar, seu orçamento pessoal da família, está relacionado ao autoconsumo, onde o produtor camponês contabiliza os bens necessários à sobrevivência do grupo doméstico, tanto em alimentação, vestuário e outros, como em bens de uso na unidade campesina, tudo pensando para melhorar o bem-estar da família.

Os sujeitos desses sistemas têm uma relação estreita com os rios, floresta e áreas de várzeas, pois podem ser classificadas de também como populações tradicionais. Na visão de Arruda (2000), as populações classificadas como tradicionais, isto é, das que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca participação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão-de-obra familiar, tecnologias de baixo impacto, derivadas de conhecimento patrimoniais e, habitualmente, de base sustentável.

Para Witkoski (2010), o camponês e sua família desempenham suas atividades em três ambientes – terra, floresta e água. Ao tomar a floresta (ou melhor, a floresta de várzea, a de igapó e de terra firme), em que o trabalho do extrativismo, compreendido como um conjunto de atividades de extração sobre os ecossistemas quer se relacione como produtos ofertados pela natureza- quer dizer, produtos que não são cultivados e nem de origem vegetal (madeira,

lenha, plantas medicinais, frutos, etc), quer se trate de produtos de procedência animal (caça). O extrativismo, tanto no caso como noutro, sempre se refere a produtos ofertados pela natureza – quer dizer produtos que não são domesticados ou cultivados.

Apesar do avanço do capital sobre o campo Kautsky (1980) ao analisar os camponeses entendeu que estes não estavam desaparecendo, mas se adequando às novas exigências do mercado.

Segundo este autor, ainda que o capitalismo moderno venha a expandir com seus aparatos tecnológicos sobre o campo, sempre haverá um remanescente, ou seja, ainda haverá aqueles que trabalharão com respeito a terra onde coletam ou plantam seus produtos, procurando preservar o seu modo de vida.

Os camponeses são responsáveis pela produção, por meio da coleta ou da domesticação que vão garantir a acumulação de riqueza pelo capital, através da sujeição da renda da terra Paulino (2006) e pelo trabalho excedente Santos (1978) que é realizada pelo capital mediante um conjunto de determinações que subordinam o processo de trabalho camponês.

Leff (2002, p. 30) destaca que:

> Uma formação camponesa pode ser considerada uma 'entidade mediadora' entre o modo de produção capitalista e a natureza; no entanto, possui uma estrutura própria que especifica esta 'mediação'. O problema reside em entender como se articulam os processos e potenciais da natureza, dependentes da estrutura do ecossistema, com as leis sociais e as formas de organização cultural que regulam os processos produtivos e as condições de acesso e apropriação da natureza, articulados, por sua vez, com os efeitos do modo de produção capitalista ou de outras formações sociais dominantes (LEFF, 2002, p. 30).

A importância da produção da castanha-do-brasil na região se dá pelas relações sociais, econômicas e culturais. As áreas dos castanhais não se dão de maneira homogenia em toda Amazônia, sua exploração é pautada, sobretudo pelos saberes adquiridos pelo camponês sobre a floresta e pela subordinação ao capital, sendo que a comercialização desse produto é que garante uma renda para os trabalhadores da castanha.

1.2 O EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA

De acordo com o IBGE (2005), a produção primária florestal representou um rendimento de aproximadamente de R$10,3 bilhões. Deste total, 33,59% são extrativismo vegetal que corresponde R$ 3,4 bilhões, dos quais 86,82% são relativos aos produtos madeireiros e 13,18% aos produtos florestais não-madeireiros (PFNM).

O IBGE (2005) aponta ainda que a produção de PFNM alcançou R$ 508,4 milhões, dentre os produtos são: babaçu, piaçava, açaí, erva-mate, carnaúba e castanha-do-pará. Assim, é importante enfatizar que 89,75% do valor total da PFNM incluem apenas seis produtos, isto é, todos os demais produtos da biodiversidade amazônica (óleo de copaíba, andiroba, urucum, guaraná, priprióca, murumuru etc.) representam 10,25% desse valor.

Os dados da exploração de castanha-do-brasil apresentaram em 2010, um aumento de 7,7% em sua produção (40.357 toneladas), mantendo a tendência de crescimento verificada nos últimos três anos. Tal variação se deve à grande demanda pelo produto, principalmente por empresas ligadas ao comércio exterior, e ao fortalecimento do mercado interno. O Amazonas é o principal estado produtor (16.039 toneladas), seguido pelo Acre (12.362 toneladas) e pelo Pará (8.128 toneladas).

Enríquez (2008) aponta que a Amazônia é a região do planeta mais cobiçada, menos conhecida, sujeita a muita especulação e seriamente ameaçada. Em que os diversos ciclos de uso e exploração de seus recursos naturais e ambientais pouco contribuíram para a construção de uma sociedade justa, economicamente dinâmica e ambientalmente sustentável. Se for verdade que o extrativismo tradicionalmente praticado na região contribui para a manutenção da floresta, é também certo que ele não tem contribuído para o dinamismo econômico e para a justiça social do território.

Os recursos naturais a rica biodiversidade amazônica está sendo espoliada e subaproveitada, ao longo dos tempos. Especialistas como: Leff (2009), Diegues (2003) entre outros, concordam que o momento atual é especialmente favorável para o aproveitamento da biodiversidade regional em bases equitativas, ambientalmente sustentáveis e economicamente dinâmicas, valorizando principalmente o conhecimento das populações locais. Porém, é importante identificar, descrever, conhecer, implementar alternativas para o desenvolvimento da região que permitam aproveitar as potencialidades produtivas e extrativas do território e sustentação de seus sujeitos locais.

Nas últimas décadas, como medida política para minorar os impactos socioambientais, têm surgido propostas com a preocupação socioambiental, configuradas em políticas de

conservação, tais como a RESEX, RDS, áreas de proteção ambiental, assim como monitoramento de uso de recursos naturais.

Neste contexto, existe uma recente preocupação da vocação produtiva da Amazônia e o desafio de configurar um modelo sustentável para a região, com a participação das populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais, de acordo com Gonçalves (2005, p. 22).

> Afinal, tanto as populações descendentes dos primeiros habitantes da Amazônia, como daqueles oriundos dos colonizadores já vivendo na região há alguns séculos, desenvolveram todo um saber, todo um conhecimento na sua convivência com os ecossistemas amazônicos que, sem dúvida, constitui um enorme acervo cultural, importantíssimo com base para qualquer processo de desenvolvimento que queira se fazer num espaço que, em grande parte, é mais misterioso para os de fora do que para os que nele vivem (GONÇALVES, 2005, p. 22).

A importância dessas populações como sujeitos responsáveis pela conservação do ambiente no qual estão inseridas, assim como a proteção desta e de seus conhecimentos, como sendo capazes de possibilitar o manejo dos recursos naturais e conservar a natureza e esses conhecimentos sobre os recursos naturais são transmitidos pelo processo oral, tornando partes constituintes do conhecimento Arruda e Diegues (2001) é composto pelo "conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido de geração e geração" por meio de oralidades.

As populações locais formadas em sua maioria de extrativistas tiveram sempre um papel fundamental na conservação da floresta e de seus recursos. Sua sobrevivência depende da mesma garantia que tal área continue a ser preservada.

Sendo que as questões ambientais contemporâneas influenciaram o desenvolvimento da análise dessa relação por meio de uma perspectiva mais abrangente, gerando a possibilidade da associação entre a conservação de alguns recursos naturais com os conhecimentos e práticas dessas populações.

Diante deste contexto, o extrativismo na região surge como importantes estratégias de permanência e existência dos camponeses amazônicos, muitas delas tem sido praticada dentro dessas Reservas Extrativistas, FLONA, terras indígenas, mas também fora dessas áreas reconhecidas e legalizadas por leis específicas.

As primeiras preocupações sobre as questões dos recursos naturais estão sob a concepção de áreas protegidas, que provém do século passado, tendo sido criadas

primeiramente nos Estados Unidos, a fim de proteger a *vida selvagem (wilderness)* ameaçada, segundo seus criadores, pela civilização urbano-industrial, destruidora da natureza, sendo que é defendido à expulsão ou relocação dos moradores em outras áreas, e gerou muitos conflitos.

É nessa perspectiva que se insere o conceito de parque nacional como área natural, selvagem, originário dos E.U.A. A noção de *"wilderness"* (vida natural/ selvagem), subjacente à criação dos parques, no final do século XIX, era de grandes áreas não habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste. Nesse período já se consolidara o capitalismo americano, a urbanização era agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação.

A Ecoeficiência caracteriza-se por tentar estabelecer relação compatível entre os recursos naturais e o sistema econômico capitalista, enfatizando o manejo sustentável desses recursos através de teorias desenvolvidas pela ecologia industrial e pela economia ecológica e a e ecologia social ou ecologismo dos pobres – está diretamente conectada com os conceitos de justiça ambiental e as relações existentes entre as populações dos países em desenvolvimento com o manejo e a preservação dos recursos naturais. De acordo com Martínez (1998) esta corrente foi originada em consequência dos conflitos ambientais (em nível local, regional, nacional e global) gerados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social.

A Etnoconservação leva em conta a importância das populações tradicionais e camponesas como sujeitos responsáveis pela conservação do ambiente no qual estão inseridas, assim como a proteção desta e de seus conhecimentos, como sendo capazes de possibilitar o manejo dos recursos naturais e conservar a natureza *in sutu,* e esses conhecimentos sobre os recursos naturais são transmitidos pelo processo oral, tornando partes constituintes do conhecimento das populações Arruda e Diegues (2001) é composto pelo "conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido de geração e geração" por meio de oralidades.

As questões ambientais contemporâneas influenciaram o desenvolvimento da análise dessa relação por meio de uma perspectiva mais abrangente, gerando a possibilidade da associação entre a conservação de alguns recursos naturais com os conhecimentos e práticas dessas populações.

Os debates atuais sobre o extrativismo na Amazônia surgem a partir dos seringueiros, que emergem a cena política a partir do Acre na década de 1970. Por meio dos "empates" tentam impedir que fazendeiros derrubassem a floresta para plantar pasto. Em que estes

começaram a reivindicar o direito territorial e de continuidade de utilização dos produtos da floresta frente à expansão de fazendas de gado sobre áreas onde repousa sua economia Emperaire e Lescure (2000); Gonçalves (2005).

O extrativismo florestal é um "conjunto dos sistemas de exploração de produtos florestais destinados à venda nos mercados locais, regionais, nacionais ou internacionais".

O extrativismo vegetal passa também a receber novas denominações, para atender o contexto filosófico em que é colocado. Têm-se, então, o extrativismo tradicional, extrativismo puro, extrativismo de produtos não-madeireiros, extrativismo moderno ou neo-extrativismo ou até mesmo a mudança de denominação, como reserva de eco desenvolvimento.

Segundo Drummond (1996) apud Enríquez (2008), uma economia extrativa é, no sentido básico, uma maneira de produzir bens na qual os recursos naturais úteis são retirados diretamente da sua área de ocorrência natural, em contraste com a agricultura, pastoreio, o comércio, o artesanato, os serviços ou a indústria.

Duas definições giram em torno do extrativismo: uma direcionada para o mercado mais abrangente (nacional, internacional) puramente capitalista, que pode gerar renda, emprego, trabalho assalariado. E outra mais restrita, designado o sentido mais de caça, coleta ou pesca (consumo interno local). Esta última sustentou, com exclusividade, um número desconhecido de sociedades humanas, por centenas de milhares de anos.

Segundo Homma (1993) o extrativismo tradicional quando olhado do ponto de vista econômico está fadado ao desaparecimento. Emperaire & Lescure (2000) aponta ainda, que isso pode acontecer pois, há uma concorrência dos produtos sintéticos das redes arcaicas de comercialização. Já Lescure (2000) destaca que o extrativismo tradicional, provoca uma baixa rentabilidade econômica.

Para Homma (1993) as Reservas Extrativistas têm sua importância, numa dimensão restrita, para determinadas áreas, para pequenos contingentes populacionais, num horizonte de curto e médio prazo, como maneira de "comprar tempo", enquanto não surgem alternativas econômicas.

> O extrativismo vegetal constitui uma base de desenvolvimento vulto bastante frágil, que se justifica mais pelo nível de pobreza de seus habitantes e do mercado de mão-de-obra marginal. Trata-se de uma economia moribunda, cuja tendência inevitável é seu desaparecimento, à medida que o mercado desses produtos for crescendo; e também em função das políticas salariais, em face da baixa produtividade da terra e da mão-de-obra; e do crescimento populacional; do aparecimento de outras alternativas econômica, entre inúmeras outras (HOMMA, 2000, p. 38).

Homma (1993) acredita que não resta dúvida de que a industrialização ou beneficiamento primário de alguns produtos extrativos podem agregar algum valor, mas não se pode esquecer que se trata de soluções limitadas, de abrangência geográfica e de mercados restritos.

Para Homma (2000) a atividade extrativista pode ser entendida como um ciclo econômico constituído de três fases distintas (figura 2). Na primeira fase verifica-se um crescimento na extração, quando os recursos naturais são transformados em recursos econômicos com o crescimento da demanda. Na segunda fase se atinge o limite da capacidade de aumentar a oferta, em face dos estoques disponíveis e do aumento no custo da extração, uma vez que as melhores áreas torna-se cada vez mais difíceis. Na terceira fase inicia-se o processo de declínio na extração decorrente do aumento na demanda, induzindo ao início dos plantios domesticados.

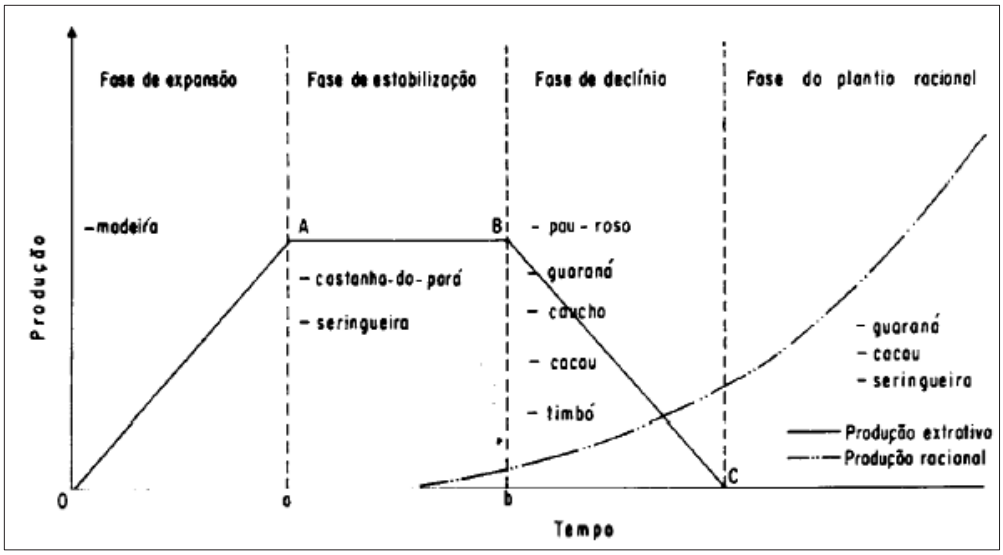


Figura 2: Ciclo extrativo vegetal na Amazônia
Fonte: Homma (2000)

Há duas principais correntes de abordagens sobre o extrativismo, uma derivada da corrente que discute o extrativismo a partir da sua importância para a economia, supondo o desaparecimento da atividade extrativa, devido sua inviabilidade econômica, como apontada por Homma (1993), este autor defende a necessidade de uma produção racional (neoextrativismo) para garantir a oferta do produto no mercado, uma vez que sem a produção racional, não atraem investidores suficientes devido à instabilidade de produção.

Homma (1993) entende que a economia extrativa como dependente do processo de desenvolvimento e cujo fim inexorável será o seu gradativo desaparecimento, para

transformar a biodiversidade em riqueza são necessários pesados investimentos e tecnologia, pois não adianta ser um almoxarifado de recursos genéticos. No entanto, essa é mais uma postura que tende acentuar ainda mais a exploração dos recursos naturais e aumentando as desigualdades sociais.

Esses ideais ainda não foram superados historicamente, onde aparece como única proposta de desenvolvimento para a região, pensando somente na extração de produtos para a exportação em grande escala, fruto o modelo desenvolvimentista imposto para região amazônica.

E outra que ver o extrativismo a partir de uma perspectiva menos produtiva e mais cultural, como Gonçalves (2005), Witikoski (2007) que ressaltam que esta atividade não pode ser analisada somente a partir da perspectiva econômica, tendo em vista que a atividade extrativista faz parte da estratégia de existência e permanência, sendo necessária a preservação da floresta como fator primordial para o desenvolvimento das populações locais, buscando em primeiro lugar, o reconhecimento, a importância, a participação dessas populações como fator integrador, não garantido que apenas façam parte de um modelo que se diz e que se impõe como desenvolvimentista, mas que reconheçam, que elas possuem uma diversidade de práticas e manifestações culturais que não podem ser generalizadas e homogeneizadas pela classe envolvente.

1.3 A EXPLORAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL NA AMAZÔNIA

A Amazônia detem um terço das florestas tropicais úmidas do planeta, e concentram cerca de 30% da biodiversidade biológica mundial e apresentam imenso potencial genético, cobrindo 64,9% do território brasileiro, abrigando um complexo sistema de interação da vida animal, vegetal e humana. Considerada um dos maiores biomas do mundo e também o maior domínio de vegetação brasileira Ab'saber (2006), a Amazônia se destaca no cenário mundial pelo seu quadro natural e pela exuberância de seu ecossistema.

Possui aproximadamente 26 milhões de habitantes é a maior floresta tropical do planeta enquanto acervo da biodiversidade e como base de prestação de serviços ambientais para a estabilização do clima global MMA (2006).

Para Ohashi e Muller apud Alves (2007) a castanha-do-brasil estão localizados em mata de terra firme e elevadas, nunca em solo encharcados e úmidos, podendo formar agrupamento denominados "Castanhais". Mas é em terras brasileiras que são encontradas as maiores concentrações naturais de castanheiras.

As castanheiras nativas iniciam a produção aos oito anos e atingem aos doze a máxima produção. Em castanheiras enxertadas (gemas), a produção inicia-se com apenas 3,5 anos Souza (1984). As maiores concentrações da espécie ocorrem em regiões onde predominam os tipos climáticos tropicais chuvosos com a ocorrência de períodos de estiagem definidos, embora seja encontrada também em locais relativamente abundantes durante todo ano.

> Na Amazônia brasileira, as áreas produtoras de castanha do Brasil apresentam temperaturas médias anuais que variam entre 24,3°C e 27,2°C, com valores máximos de 30,6°C e 32,6°C e mínimos de 19,2°C e 23,4°C. Nessas condições climáticas, as médias anuais de precipitações pluviométrica variam entre 1,400 e 2.800 mm, com ocorrência, em determinadas épocas, de totais mensais inferiores a 60mm. Os cálculos de balanço hídricos no decorrer do ano indicam que nesses tipos climáticos é possível registrar de 15 a 230mm de excedentes de 230 a 1.200mm, e dois a sete meses consecutivos. A umidade relativa média anual fica entre 79% e 86%, com variações mensais de 66% a 91% (MULLER, 2005, p. 13).

Portanto, na América do Sul a castanha-do-brasil é encontrada na Venezuela, Colômbia, Peru, Guiana e Alto Beni na Bolívia, estendendo-se por toda Amazônia (figura 3).

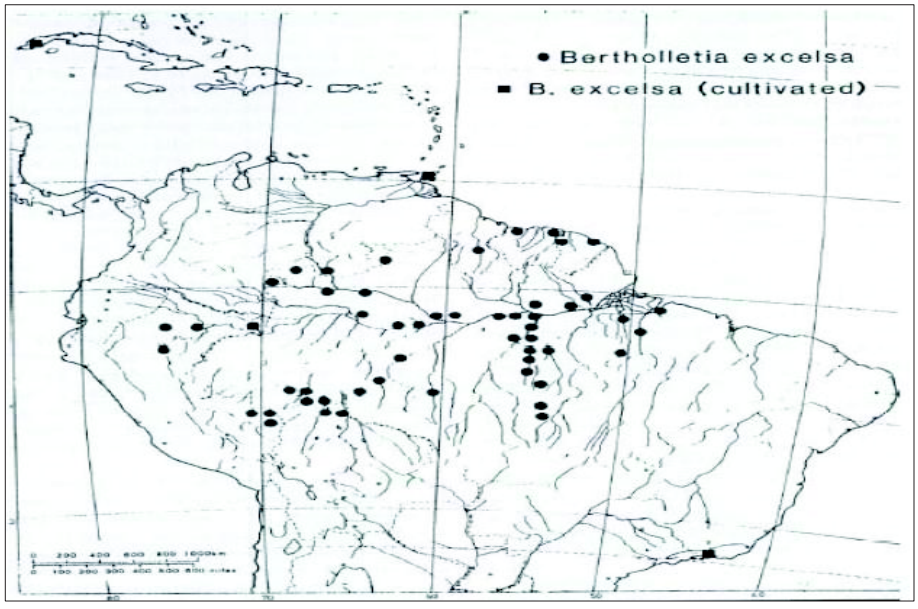


Figura 3: Distribuição da Castanheira-do-Brasil na Amazônia
Fonte: Mori e Prace apud Simões (2004).

A castanhanheira apresenta divisão botânica, a partir da seguinte classificação: é uma *Angiosperma,* da classe *Dicotiledonea*, da ordem *Myrtiflorae,* pertencente à família das *Lecythidaceae,* gênero *Bertholletia,* espécie *excelsea,* foi descrita em 1808, pelos pesquisadores Humboldt, Bompland e Kunth e recebeu a denominação botânica de árvore

majestosa da Amazônia (*Bertolletia Excelsa* H.B.K) em homenagem aos pesquisadores. Ela é conhecida como castanha-do-pará, castanha-do-acre, castanha-do-maranhão, touca (antigos portugueses), amendoeira da-América, castanha-do-brasil (Classificação do Ministério da Agricultura) e ela possuia também sinonímia indígenas.

> Eraí para os índios Caruahis, para os índios Chipayaas, Tocary dos índios Parecis. No vale do Rio Orenoco era conhecida Tucá, Turury, Yá, Yuvia ou Juvia e ainda entre indígenas pela corruptelas Nhá e Niá. É interessante citar que "Iniá," no dialeto dos índios Chipayas significa "morto ou morre". (ALMEIDA, 1963 apud SOUZA, 2006, p, 12).

Em 2010 durante um Seminário que aconteceu na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) sobre Sustentabilidade e Meio Ambiente passou-se a utilizar a denominação de castanha da Amazônia na tentativa de agregar mais valor ao produto. Sua nomenclatura comercial internacional é *Brazil nuts.* Nesse trabalho decidiu-se utilizar o termo castanha-do-brasil (*Bertolletia Excelsa* H.B.K) pelas diversas literaturas já publicadas com essa denominação.

No Brasil existe uma legislação florestal brasileira tenta proteger a castanheira, desde a portaria nº 2570 do IBDF, 28 de fevereiro de 1967. O decreto presidencial nº 1282 de 19 de outubro de 1994 no seu artigo 4º, indica claramente a proibição de corte e comercialização de sua madeira, quando originadas de florestas nativas.

A portaria do IBAMA nº 48 de julho de 1995, disciplina a exploração de formações florestais na Bacia Amazônica, permite o corte de castanheiras apenas em casos de projetos destinados a realização de obras de relevante interesse público[4], nesse caso a portaria também permite o corte de árvores mortas ou desvitalizadas.

A floração e frutificação da ***Bertolletia Excelsa*** **H.B.K** varia de acordo com a região, porém, de maneira geral, a castanheira-do-brasil floresce de outubro a dezembro e frutifica de janeiro a março Prace (1990).

Segundo Souza (1984) o amadurecimento dos frutos acontece por um longo período, e pode variar de 12 e 15 meses, e durante o processo de floração e o desenvolvimento dos frutos novos, a castanheira conserva os frutos velhos e quase maduros de acordo Moritz (1984),

[4] A legislação vigente define como obras de relevante interesse público, aquelas implantadas para fins de colonização, de assentamento de populações, de transporte, de energia e outras assim declaradas pelo órgão competente.

sendo comum encontrar frutos em diferentes estágios de desenvolvimento em um mesmo indivúduo.

De acordo com Cunha (2008, p. 78) " [...] a árvore da castanheira pode atingir 50 m de altura e de 3 a 4 metros de diâmetro no tronco, [...].O ciclo produtivo dessa planta pode passar dos 50 anos " . As folhas das castanheira apresentam pecíolo de 5 a 6 cm de comprimento, forma de calha, lâminas coriáceas de base aguda e margens onduladas, com aproximadamente 25 cm a 35 cm de comprimento, 8 cm a 12 cm de largura.

De acordo com Muller (1995) o fruto da castanheira é conhecido como ouriço, é um pixídio (figura 4) uma cápsula indeiscente (que não abre espontaneamente) com casca lenhosa muito dura e de formato esférico ou levemente achatado. Contém em seu interior, aproximadamente quinze a dezoito sementes, cujas amêndoas são altamente nutritivas.

O peso do fruto varia de 200g até 1,5 Kg, com peso médio de aproximadamente 750g. As sementes representam cerca de 25% do peso dos frutos e as amêndoas (semente sem casca), 13%. O peso médio de uma semente gira em torno de 8,2g Muller (1995).

Becker (2013, p.36) aponta que "a exploração da castanha-do-brasil se iniciou ao redor de 1800 após a abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira, ela era usada inicialmente pelos colonizadores como ração de animais". Cunha (2008, p. 78) ponta que "aproveitavam até as estragadas, que eram esmagadas para extrair a gordura e fazer sabão, as chochas trituradas para virar adubo e fertilizar jardins da Europa e Japão". Já Velho (2013, p. 63) afirma que " no baixo Tocantins, aparentemente, intensificou-se a partir do início do século XIX, a princípio em parte tendo como finalidade a alimentação de porcos e aves na área de Belém e Cametá".



Figura 4: Ouriço, semente com casca e amêndoa.
Fonte: Amazonas, Governo do Estado (2005).

Ainda sobre a comercialização da castanha Vilhena (2004, p. 17).

> A Castanha-do-Brasil sempre foi empregada na dieta dos índios da Amazônia. Nos fins do século XVI e começo do XVII, já haviam referências a transações com a Europa. Contudo, data de 1818 o início da comercialização, quando não se pagava mais de 80 réis o alqueire (cerca de 20 kg.), chegando, logo depois a 500 réis. Em 1836 já era cotada entre 1 e 3 mil réis o alqueire. Na década de 1960, a produção na Amazônia é superior a 40 mil toneladas, sendo mais da metade (70% em 1961) absorvida pelo comércio exterior (VILHENA, 2004, p. 17).

Sua exploração decaiu durante o período áureo da borracha, voltando a crescer com a desvalorização dessa goma elástica, cuja cotação caiu no mercado internacional conforme apontado por Oliveira (1983); Cunha (2008).

Com a queda e desvalorização da borracha, a região do Médio Tocantins, no estado do Pará, onde a castanha estava mais concentrada, se torna o principal produto de exportação daquele estado, de pouco mais de 5 mil hectolitros exportados em 1919, pulou para 120.417 hectolitros nos sete anos a seguir Oliveira (1983).

> Além da região do Tocantins (Marabá, Itupiranga, Jacundá, São João do Araguaia e Tucuruí), continua a ser explorada na região do Altamira, no rio Xingu, no Tapajós; no Madeira; nos afluentes das margens esquerdas do

> Amazonas, na área compreendida entre o Jarí e o rio Negro, existindo também, no Alto Orenoco (Oliveira, 1983 p. 260).

Assim como no período da borracha o sistema econômico e social básico que envolvia a exploração da castanha-do-brasil era o de aviamento, onde castanheiros se alimentassem, durante a safra, de caça, leite da castanha e frutas, eles necessitavam recorrer ao barracão por causa do querosene, do sal, da munição, do açúcar, de roupas, de fumo, de café e outros produtos. Os castanheiros acabaram presos ao patrão, através de dívidas, trabalhando, praticamente em regime de servidão.

Velho (2013, p. 62), aponta que:

> Toda a infraestrutura que havia sido montada na época da borracha (1898 – 1919) é transferida para a exploração da castanha, de caráter menos espetacular, o que foi possível dado o fato de tratar-se de atividades econômicas fundamentalmente do mesmo tipo. Por isso mesmo, não consideramos que se inaugure efetivamente um novo período, mas sim que após um momento de crise realizam-se ajustes, importantes sem dúvida, que inauguram como que um novo subperíodo ou fase dentro do mesmo período, mantidas no essencial as mesmas relações de trabalho (VELHO, 2013, p. 62).

No caso de Marabá, Velho (2013) destaca que comerciantes e exploradores de Belém aviavam comerciantes de Marabá, cuja origem, em geral, era tanto a brasileira quanto a sírio-libanesa, e estes, por sua vez, aviavam os indivíduos que desejavam coletar castanha.

Sobre os castanhais livres Velho (2013, p. 68) destaca que:

> Os comerciantes de Marabá, por sua vez, eram financiados e abastecidos pelos comerciantes e exportadores de Belém. [...]. Em geral, os produtores diretos, para serem aviados, eram obrigados a vender antecipadamente aos comerciantes de Marabá. Esses indivíduos, os castanheiros, eram oriundos de outras áreas; especialmente, com a diminuição do fluxo mais longo especificamente nordestino da fase da borracha[...] (VELHO, 2013, p. 68).

Entre 1920 e 1925, esses castanhais eram livres Velho (2013). Todavia, com os gastos de transporte, colocações de castanheiros, aberturas de caminhos, o controle da produção e, também, por razões políticas, esse sistema, a partir de 1925 foi alterado para o de arrendamento dos castanhais por parte do governo estadual, a título precário, em geral por uma safra em favor a políticos que pertenciam ao então partido dominante.

Esse período, especificamente no estado do Pará, o governo favoreceu toda a mudança na estrutura na exploração da castanha, como podemos observar nos relatos de Campos (2000, p. 145).

> Entretanto, em relação à questão mais específica da castanha, lembra o IDESP (1992:27) que desde meados dos anos de 1920. "o avanço da ocupação das áreas de castanhais por comerciantes do produto, expulsa antigos coletores livres, homens que viviam da cata da castanha às margens de rios e igarapés. A nova unidade de produção implantada subjugou o castanheiro ao dono do barracão". Mesmo os castanhais de serventia pública (decreto 3.791/1921) acabaram por serem apropriados individualmente, pouco restando a altura da década de 60. Políticas de desenvolvimento e de "modernização" dos governos militares, favoreceram ainda mais em contrário ao aproveitamento coletivo de produtos naturais como a castanha e o cupuaçu, cujo impacto leva à perda de boa fonte de alimentação e renda a uma população considerável.

E continua:

> Um ponto importante que favoreceu fortemente isso foi o relatório do Ministério do Interior sobre "a situação fundiária e ocupação dos territórios federais"; o qual, recomenda a ocupação da Amazônia pelo setor privado. Em alusão a isso, Bento Porto, assessor do Ministro da Agricultura Alysson Paulinelli, afirmava entre outras coisas, que "continuaremos só com o agricultor que rende mais, que permite o lucro. O que não tem condições deixará se ser pequeno agricultor para se transformar num empregado de uma das novas empresas que se formarão" (CAMPOS, 2000, p. 145).

Emmi (1987) também concorda com essa mudança, para ela foi a partir dos anos 20, que os castanhais passaram ser monopolizada sob formas diversas, desde os casos de compra direta ou mediante títulos da dívida pública do Estado até ao arrendamento e aforamento dos castanhais.

Como nesse período aumenta a importância da castanha para a economias dos municípios produtores, os castanhais municipais passam a ser alvos dos arrendatários e comerciantes locais, como aponta Oliveira (1983, p. 252).

> Ao lado dos *castanhais arrendados*, havia os *castanhais do município*, onde qualquer pessoa que quisesse, após matricular-se na prefeitura, poderia coletar a castanha. Teoricamente, como diz Otávio Guilherme Velho, "esses castanhais eram inarrendáveis, eram do povo. Entretanto, em longo prazo a tendência foi serem, em primeiro, controlados indiretamente através do comércio e, depois, tomados de início pelos arrendatários de castanhal e

> mais tarde, também pelos pecuaristas e agricultores" (OLIVEIRA, 1983, p. 252).

Apesar de ter essa característica de terras livres como se fosse terras de uso comum, terra do povo – uma terra que é de todos, no entanto, não se constituem numa terra pertencente ao povo, no sentido de haver a propriedade coletiva de um grupo, de uma comunidade, ou várias comunidades em conjunto, com explica Campos (2000, p. 8).

> O fato de ser considerada uma terra do povo não implica forçosamente que seja uma "terra livre", mas terra de usos aberto a todos. Muitos dos espaços usufruídos comunalmente são áreas privadas ou de propriedade pública em suas várias instâncias. Mesmo assim, tornou-se constante o uso de terras e outros bens naturais nessas áreas, constituindo-se em diferentes tipos de compáscuo (como é tratado no Código Civil Brasileiro), o qual, é frequentemente integrado e/ou confundido com formas de condomínio ou de servidão (CAMPOS, 2000. p. 8).

Para Velho (2013, p. 75) " em 11 de novembro de 1938, através do Decreto-Lei n°. 3.143, o sistema de arrendamento de terras para a exploração não só da castanha, mas também de outros produtos nativos foi regulamentado".

Ainda conforme Velho (2013, p. 73):

> O decreto estipulava que o loteamento fosse feito a partir de um curso d'agua, que, portanto, tomaria toda a frente, com o que se facilitavam as comunicações. Os lotes não poderiam exceder uma légua quadra. Os arrendatários seriam obrigados a promover a limpeza rigorosa dos igarapés e grotões, estradas e caminhos. Cada arrendatário deveria manter um roçado de 100 metros quadrados para a plantação de cerais [...]. O contrato seria inicialmente por uma safra, e depois por cinco anos, podendo ser refeito caso não houvesse outro pretendente (VELHO, 2013 p. 75).

Entre as suas disposições havia uma que determinava a concessão de um loteamento a partir de um curso d'agua, sem exceder, todavia, uma légua quadrada. Por sua vez, uma só pessoa, em nome de parentes, obtinha vários lotes, conseguindo mantê-lo sobre seu controle.

Os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006) sobre a extração vegetal da castanha-do-brasil estão sendo praticada no Brasil de acordo com a situação demostrada na Tabela 1.

Tabela 1: Produção e condição do produtor da castanha-do-brasil (2006).

Extração vegetal	Condição do produtor					
	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área
Castanha-do-Pará (Toneladas)	12.094	730	1.597	1.095	1.266	4.139

Fonte: Sidra/IBGE (2006).

Para compreensão da tabela acima entende-se:

Proprietário - aquele que possui o título da terra, documento legalmente registrado em cartório.

Oliveira (2007) distingue a propriedade em duas formas, a primeira como propriedade privada capitalista que serve para explorar o trabalho alheio, e o segundo, como a propriedade da terra na unidade camponesa, nela a propriedade é familiar, portanto, na propriedade familiar se está diante da propriedade direta, é a propriedade do trabalhador.

Assentado sem titulação definitiva – aquele que foi assentado por alguma política de Estado, no caso do Brasil, através do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, mas ainda não foi contemplado com o título definitivo da terra.

Arrendatários são pessoas que pagam um determinado valor aos proprietários de terra para explorar os castanhais localizados dentro de propriedades privadas, em outras palavras, é o capitalista que arrenda terra de outrem.

Parceiro – aquele que faz um acordo para extrair a castanha em troca de um percentual da produção, a parceria de acordo Oliveira (2007) a relação de trabalho na qual o proprietário da terra e o trabalhador dividem entre si, não só a produção mais também os custos entre as partes combinadas.

Ocupante ou posseiro - No Brasil, o lavrador que trabalha na terra sem possuir nenhum título legal, nenhum documento reconhecido legalmente e registrado em cartório que o defina como proprietário, é classificado como ocupante da terra, nos censos oficiais, ou como posseiro, na linguagem comum.

Para o Censo segundo Campos (2000) trata-se da exploração, em térreas públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem o consentimento do proprietário), nada pagando o produtor pelo seu uso.

Para Oliveira, (2007) posseiro é o pequeno trabalhador agrícola (familiar) que, não tendo propriedade da terra, abre a posse em terra alheia, onde produz para sua subsistência, vendendo o excedente no mercado, a fim de adquiri as demais mercadorias de que necessita.

Produtor sem área – aquele que trabalha geralmente em terras devolutas ou sem titulação definida ou em área pertencente a comunidade, com área livre de acesso comum, os castanhais localizados em áreas de livre acesso, ou seja, áreas onde todos os moradores das comunidades ou de uma comunidade específica podem realizar a coleta da castanha.

O mapa (figura 5) identifica as mesorregiões produtoras de Castanha-do-brasil e seu potencial produtivo, esses dados foram extraídos do site do IBGE- SIDRA 2015.

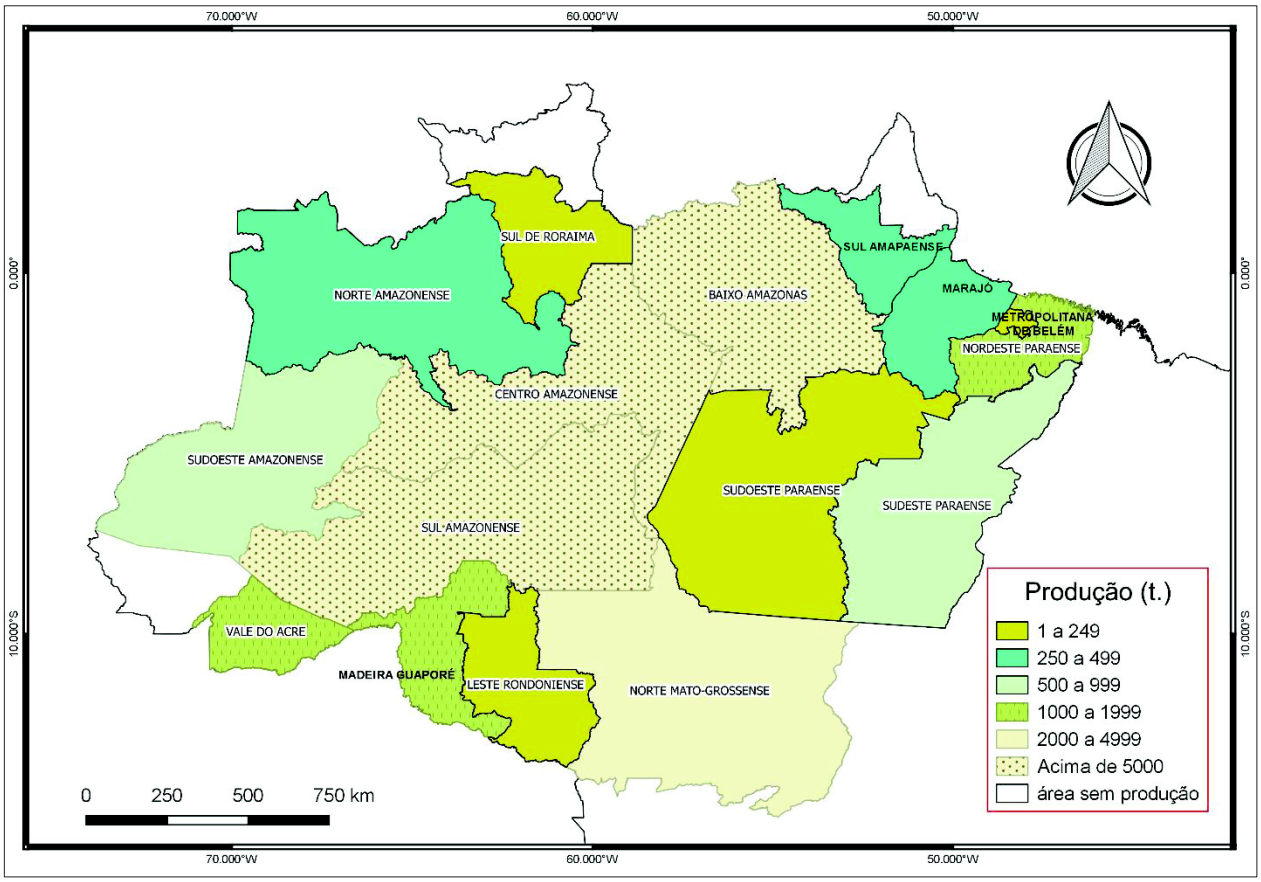


Figura 5: Amazônia Legal – Mesorregiões produtoras de castanha-do-brasil (2015).
Fonte: IBGE/SIDRA-2015 - CPRM 2016-IBGE 2016/Sistema de Posição Cartográfica UTM, Datum: SIGAS 2000. Elaboração: Barbosa, 2017.

No Brasil a produção de castanha-do-brasil está concentrada na Amazônia Legal, exceto nos estados de Tocantins e Maranhão. Embora, os demais estados tenham certa produção, vamos encontrar mesorregiões de três estados sem produção, que são: Norte do Amapá, Norte de Roraima e Oeste do Acre.

Dados demonstram que a demanda interna brasileira tem aumentada significativamente. Bentes (2007) destaca que até no ano de 2005 a demanda interna brasileira era considerada relativamente pequena, pois grande parte da produção era direcionada para exportação, mas a partir desse período algumas indústrias buscaram mercados internos, pois os países exportadores aumentaram o rigor sobre as exportações brasileiras e qualidade da castanha brasileira.

Atualmente, o Brasil exporta a castanha com casca e sem casca para 24 países (Aliceweb, 2016), dentre eles: os Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e Alemanha como importadores tradicionais e tem gerado um rendimento variável (tabela 2).

Tabela 2: Exportações da Castanha-do-Brasil (1997 a 10/2016)

Ano	Kg Líquido	US$	Ano	Kg Líquido	US$
1997	14.661.281	26.075.115	2007	16.312.964	24.744.503
1998	15.128.621	21.180.289	2008	13.749.183	20.319.491
1999	6.105.766	11.094.875	2009	9.884.343	11.792.320
2000	18.927.995	27.686.194	2010	8.998.138	13.446.855
2001	10.551.995	11.149.679	2011	10.350.315	14.175.468
2002	9.642.786	12.602.947	2012	11.117.894	25.155.805
2003	6.946.901	10.869.674	2013	13.619.125	21.114.641
2004	13.391.408	21.713.676	2014	7.902.388	14.737.012
2005	17.241.160	34.509.587	2015	21.481.974	41.692.080
2006	13.078.502	18.985.189	2016	8.301.832	14.018.111

Fonte: ALICEWEB - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Secretaria de Comércio.
Elaboração: Barbosa, 2016.

O principal fator que compromete as exportações é a presença de aflatoxina nas sementes é um dos fatores responsáveis que comprometem a produção e comercialização da castanha.

A Aflatoxina é uma toxina produzida por fungo do gênero *Aspergillus sp.* prejudiciais à saúde, que por apresentar propriedades cancerígenas, tornando a castanha imprópria para o consumo e restringindo o acesso ou a expansão das vendas ao mercado internacional, reduzindo também, o valor de comercialização da amêndoa no mercado brasileiro.

Convém observar que a queda dos frutos (ouriços) das castanheiras acontece no período das chuvas, sendo assim, o risco de contaminação é mais alto, pois quanto maior tempo o ouriço ficar em contato com o solo e exposto às condições do tempo, têm se maiores possibilidades de contaminação das sementes. Por sua vez, há necessidade que a realização da coleta seja mais rápida, diminuindo assim os riscos de contaminação.

É preciso considerar todo um cuidado no manejo da castanha-do-brasil, que se inicia no primeiro beneficiamento, ainda nos castanhais.

As etapas críticas de contaminação de aflatoxina da castanha-do-brasil e os procedimentos a serem utilizados para diminuir o risco de contaminação será apresentado na (Figura 6).

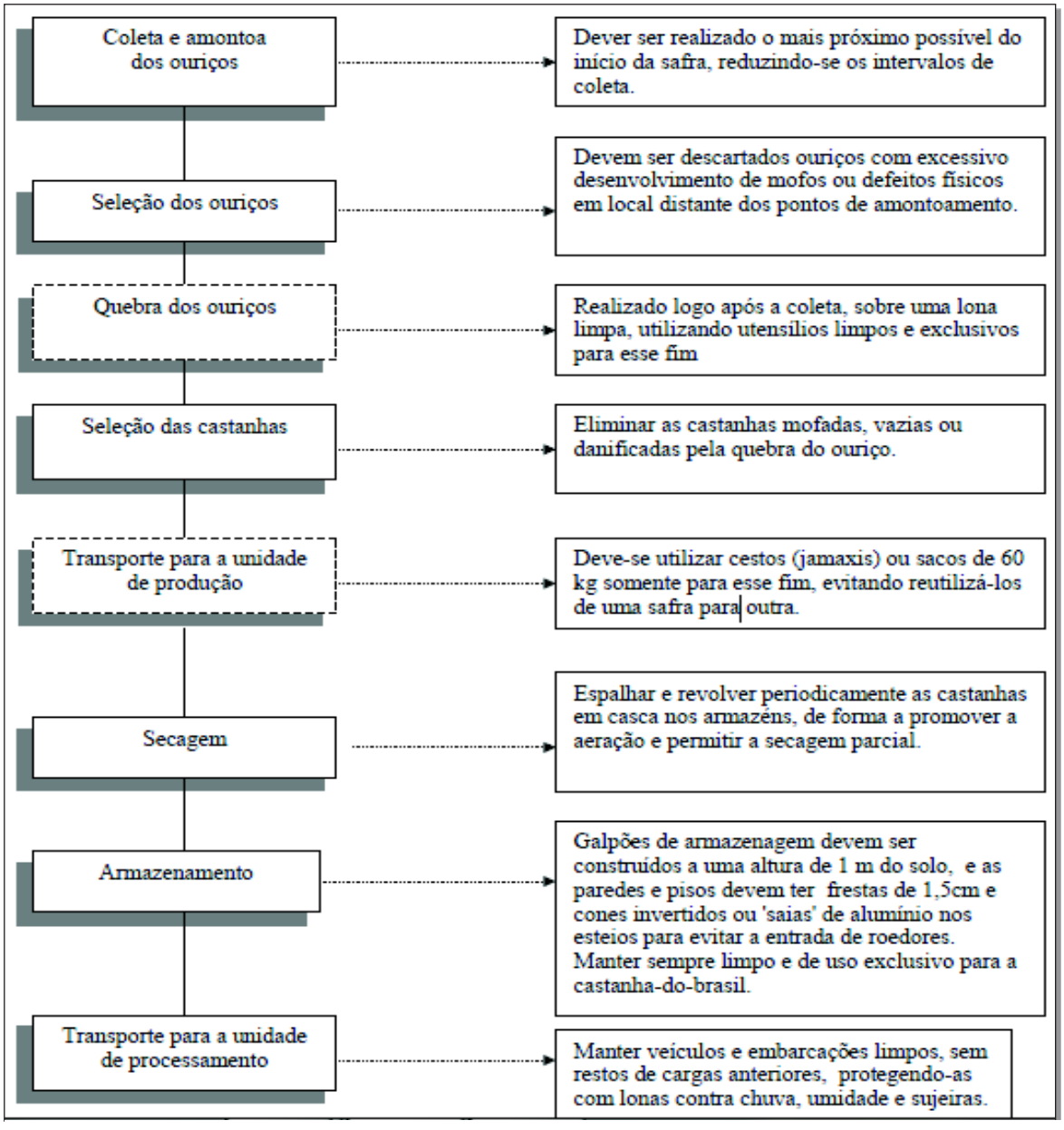


Figura 6: Etapas críticas de contaminação por aflatoxina da castanha-do-brasil.
Fonte: EMBAPA/Acre apud VILHENA (2004).

Simões (2004) da ênfase a estudos realizados a partir de 1982, em rações produzidas com amendoim, detectaram que esta substância extrapolou para a castanha-do-brasil. Com isso, os países importadores impuseram padrões fitossanitários rígidos, acirrando as barreiras

sanitárias aos países exportadores e reduzindo a oferta de castanha brasileira para o mercado externo.

A indústria brasileira encontrou dificuldades para atender as exigências do mercado europeu, que criou normas exigindo maior qualidade na castanha importada, de acordo com Coslovsky (2005), (2006); Helbingen (2001); Maciel (2007) apud Filicreão (2008, p. 11), a tolerância caiu de "20 ppb (parte por bilhão) de aflatoxina para 4 ppb, expandindo esse padrão também para o mercado americano".

No Amazonas uma das principais ações em desenvolvimento é um projeto de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, em parceria com outras instituições, que está conseguindo reduzir a zero o nível de contaminação da Castanha-do-Brasil por aflatoxina em doze comunidades do município de Manicoré (a 333 quilômetros de Manaus). Isso possibilitou a aquisição do Selo Orgânico para a castanha beneficiada pela Cooperativa Verde de Manicoré (COVEMA).

> No município de Manicoré - AM começou a ser desenvolvido a partir do ano 2000, um projeto e manejo em seis comunidades produtoras de castanha na região do castanhal Democracia e seis comunidades do Lago do Capanã Grande. Seguindo orientações técnicas dos instrutores do projeto, os produtores de castanha dessas áreas passaram a adotar métodos mais adequados de coleta, secagem e armazenamento da castanha. Segundo o secretário de agricultura de Manicoré, Agmar Vasconcelos Simões, "chegou-se à conclusão que através da prática do bom manejo poderia haver uma redução da contaminação por aflatoxina[...]. Em uma análise realizada em 2002, de dez amostras coletadas em um castanhal não manejado, 100% apresentaram níveis altíssimos de contaminação. Já no castanhal onde os métodos foram aplicados, apenas quatro das dez amostras estavam contaminadas. Em março de 2003, de 22 amostras analisadas, sendo 11 coletadas na área do Democracia e 11 no Lago do Capanã Grande todas apresentaram 0 ppm (partes por milhão) de contaminação por aflatoxina. Na Europa, mercado mais exigente, por exemplo, o índice tolerado é abaixo de 4 ppm, enquanto que nos Estados Unidos, aceitasse até 20 ppm de contaminação. No mercado brasileiro, mais tolerante se considera até 30 ppm como nível aceitável[...]. Esse processo teve orientação do Professor Henrique Pereira (PhD em Ecologia - UFAM). (VILHENA, 2004, p. 87).

O Decreto nº 51.209, de 18 de agosto de 1961, regulamenta as especificações para a classificação e fiscalização da exportação da "Castanha do Brasil", e no Art. 3º deste decreto caracteriza a castanha da seguinte maneira: 1ª Castanha com casca (natural) 2ª - Castanha sem casca (amêndoa).

Atualmente existe o Programa de Apoio à Comercialização e Fomento da Produção Extrativista – PAE, que busca estruturar arranjos produtivos sustentáveis, por meio de um

conjunto de iniciativas que valorizam os conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares – PCTAFs. Suas ações envolvem o assessoramento técnico, capacitação e apoio a organização social, acesso ao crédito, desenvolvimento de infraestrutura produtiva, promoção comercial e inserção dos produtos extrativistas no mercado. Sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente – (MMA).

O programa atua em parceria com diversos órgãos, sendo operacionalizado no processo de apoio à comercialização pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Buscando garantir a sustentação de preços aos extrativistas, alguns produtos foram incluídos na Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, instrumento de sustentação de preço sob a tutela do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e operacionalizado pela CONAB.

São 07 os produtos da que têm preços mínimos conforme (Quadro 01) - açaí, babaçu, borracha, castanha-do-Brasil, carnaúba, pequi e piaçava.

Quadro 1: Produtos Extrativos com preço mínimo.

Produtos	**Unidades da Federação/ Regiões Amparadas**	**Unidade**	***Preços Mínimos (R$/Unidade)***	***Instrumento Legal***
Açaí (fruto)	Norte e Nordeste	kg	0,61	Portaria MAPA nº 1.039
Babaçu (amêndoa)	Norte e Nordeste	kg	1,46	Portaria MAPA nº 1.039
Borracha Natural (Cernambi)	Bioma Amazônia	kg	3,50	Portaria MAPA nº 1.039 e Portaria MAPA nº 103 de 16/02/09
Carnaúba (pó cerífero)	Nordeste	kg	4,00	Dec nº 6.510/08 e Portaria MAPA nº 103 de 16/02/09
Castanha-do-Brasil com casca	Norte	hl	52,49	Dec nº 6.557/008 e Portaria MAPA nº 103 de 16/02/09
Pequi (fruto)	Norte e Nordeste	kg	0,21	Portaria MAPA nº 1.039
	Sudeste e Centro-Oeste		0,31	
Piaçava (fibra)	Bahia	kg	1,67	Portaria MAPA nº 53 de 26/01/09
	Amazonas		1,07	

Fonte: Ministério de Meio Ambiente/2009.

São beneficiários dessa política os extrativistas organizados em cooperativas e associações de diversas regiões do país. Para todos os produtos amparados no programa poderão ser realizados Empréstimos do Governo Federal – EGF's, além de subvenções econômicas, conforme a lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008. A modalidade de

subvenção direta prevê que o extrativista receba um bônus ao comprovar que efetuou a venda de seu produto por preço inferior ao mínimo fixado pelo governo federal.

A Portaria nº 747, de 25 de julho de 2014 do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabeleceu o preço mínimo dos produtos extrativos da safra 2014 e 2015 e garante o valor de R$ 1,18 por Kg da castanha.

Homma (2008) destaca que cada hectolitro de castanha com casca possui em média 50 – 56 Kg e representa 20 kg de castanha beneficiada, sem casca. Isso indica que, para obter um 1 kg de castanha beneficiada sem casca (amêndoa) implica na utilização de 5 litros de castanha com casca.

Dados do IBGE/SIDRA sobre a produção de castanha-do-brasil no período de 2010 a 2015, observa-se que a produção em média foi de 39.626 toneladas, apresentando uma pequena oscilação de produção (tabela 3).

Essa variação é aceitável por se tratar de um recurso extraído da natureza, que pode ser explicado pela diminuição da produtividade das próprias castanheiras ou das dificuldades de coleta ou de acesso as áreas produtivas.

Tabela 3: Produção da Castanha-do-Brasil (2010 – 2015)

Castanha-do-brasil	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Toneladas	40.357	42.152	38.805	38.300	37.499	40.643
Mil Reais	55.194	69.404	68.437	72.055	79.565	107.443

Fonte: IBGE/SIDRA
Elaboração: Barbosa, 2016.

Pode-se observar também um aumento na receita gerada pela castanha, saindo em 2010 pouco mais de 55 milhões para 107,4 milhões em 2015 um crescimento em 6 anos de 94,66 %. Isso demostra uma maior demanda pelas indústrias e/ou uma maior organização do setor, dada a uma pequena variação na oferta do produto.

Apesar deste aumento, o Brasil está em 2º lugar na exportação de castanha, perdendo para Bolívia, quem vem recebendo subsídios financiados pelo Banco Mundial com uma baixa tributação, provocando maior oferta do produto com preços inferiores aos praticados pelo mercado, o que provoca retração do exportador brasileiro que aguarda o fim do estoque boliviano para poder vender seus produtos.

De acordo com Amazonas (2005) A organização da Bolívia em relação ao mercado internacional tem atraído até produtores do Acre que têm buscado parceria com o país vizinho para exportar a castanha-do-brasil.

Portanto, esse crescimento e valorização da castanha-do-brasil pode ser explicado pelo aumento no consumo interno, sendo que a região sudeste vem se destacando como um dos principais mercados de consumo.

A castanha-do-brasil é um dos mais importantes produtos extrativos do estado do Amazonas. Segundo o IBGE, 40 municípios do estado são altamente produtores (figura 7 e 8).

Na Figura 6 podemos identificar os municípios que se destacam como produtores de castanha-do-brasil, enquanto na figura 7 são destacados os principais áreas de produção, os polos produtores, assim, por meio do polígono, podemos identificar e localizar as áreas de alta produtividade e coleta, as áreas de baixa coleta, e as áreas de uso de proteção e coleta, esses dados foram elaborados de acordo com a I Conferência das populações Tradicionais do Estado do Amazonas – realizado em 2004 com o apoio do governo do estado do Amazonas.

No Amazonas, a espécie ocupa principalmente as regiões de Maués e dos rios Purus, Negro, Solimões e Madeira – onde sua exploração constitui atividade econômica realizada por quase totalidade das comunidades rurais.

Destacam-se no Rio Purus os municípios de Boca do Acre e Lábrea, Pauini, Canutama, Tapauá, Beruri e Anori.

No Solimões temos: Anamã, Fonte Boa, Maraã, Tefé, Coari, Codajás, Amaturá, Santo Antônio do Iça, Tonantins, Tabatinga, Jutaí, Uarini e Alvarães.

Na região do Madeira destacam-se Manicoré, I, Novo Aripuanã, Borba, Humaitá e Nova Olinda do Norte.

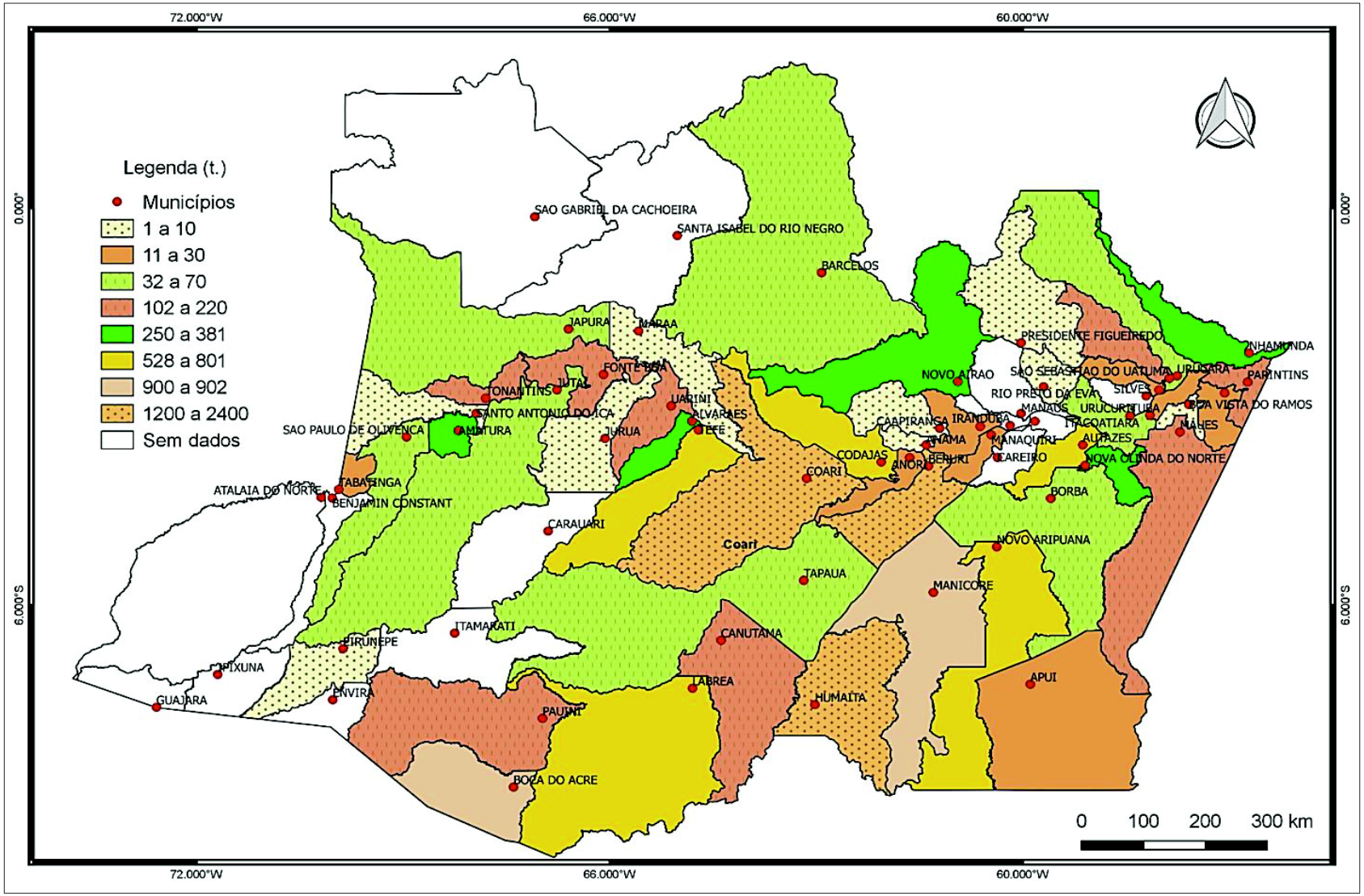


Figura 07: Municípios produtores de castanha-do-brasil no Amazonas (2015).
Fonte: IBGE-SIDRA 2015. Elaborado: BARBOSA, 2017.

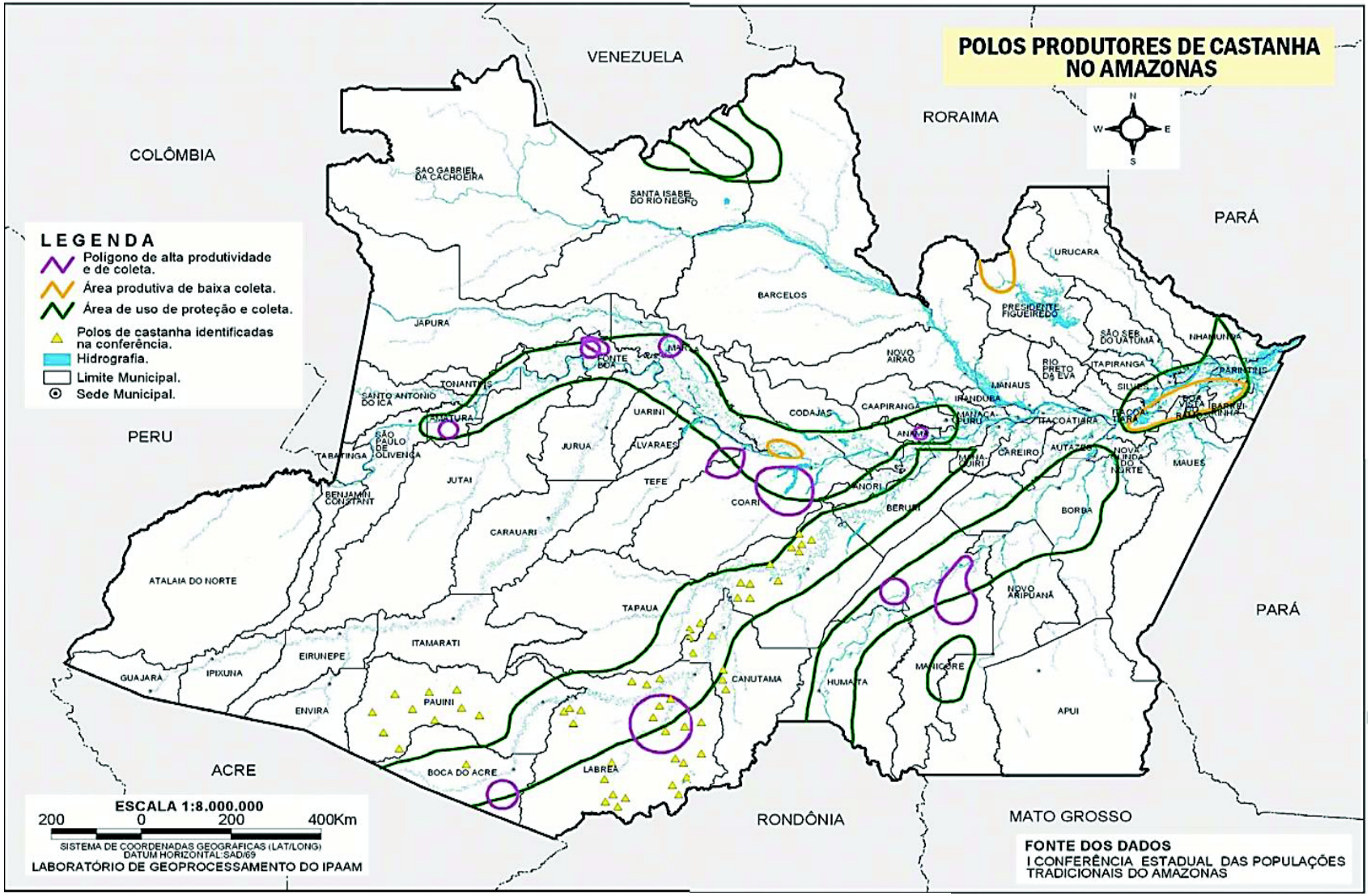


Figura 08: Polos produtores de castanha-do-brasil no Amazonas
Fonte: Governo do Estado, 2004. I Conferência Estadual das Populações Tradicionais do Amazonas.

As maiores produções no estado do Amazonas estão concentradas principalmente nas regiões centro amazonense e sul amazonense (figura 9).

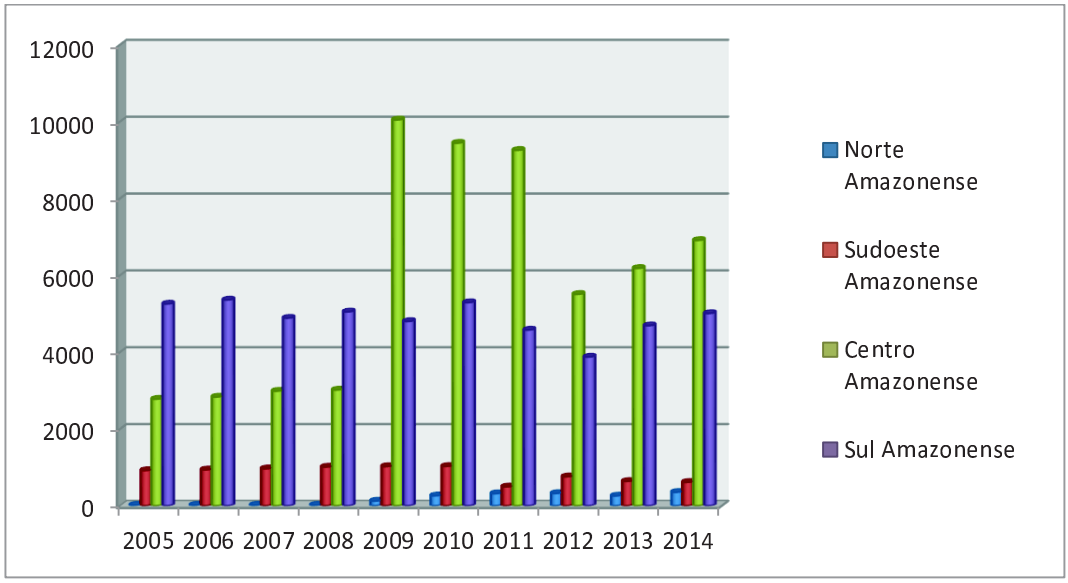


Figura 9: Produção da castanha-do-brasil no Amazonas t. (2005 – 2014).
Fonte: IBGE/SIDRA Elaboração: Barbosa, 2016.

A Primeira Conferência das populações Tradicionais do Estado do Amazonas foi realizada em 8 a 11 de novembro de 2004 com o apoio do governo do estado do Amazonas, tinha o objetivo de viabilizar a participação dos trabalhadores extrativistas na construção de um programa estratégico de desenvolvimento para o setor extrativista do estado , no âmbito do Programa Zona Franca Verde e ele contou a participação de 250 pessoas, entre trabalhadores, comerciantes, funcionários públicos (estaduais e municipais) técnicos e pesquisadores, representando 38 dos 62 municípios amazonenses, nela foram apresentados os principais problemas da cadeia produtiva e as possíveis alternativas.

Problemas: difícil acesso aos castanhais mais centrais; pouco investimento na infraestrutura de transporte e armazenamento do produto; muita oscilação no preço da castanha; falta de prática de manejo adequado na coleta e armazenamento que garanta a qualidade do produto, baixo nível de organização social dos coletores, falta de pesquisa no desenvolvimento de tecnologia no setor; grilagem de terras em áreas de castanhais na região sul de Lábrea; e falta de comunicação entre os extrativista quanto ao mercado.

Proposta para as soluções dos problemas: levantamento do potencial existente nas áreas de produção; criação de linha de crédito de financiamento ao extrativista para aquisição de animais de carga e meios de transporte adequados (barcos, tratores, mini tratores); restabelecer uma política de preço mínimo; aprimoramento das práticas que garantam a qualidade do produto, de forma a diminuir o tempo entre a coleta e o processamento; implantação de usinas de processamento nas sedes municipais; capacitação, implantação de infraestrutura de escoamento; fortalecimento das organizações sociais voltada a comercialização e processamento da castanha; demanda, através das instituições, de pesquisas voltadas para o setor (exemplo: máquina para quebra do ouriço); ações mais eficiente do poder público contra a grilagem de terras; criação de uma rede de comunicação entre os extrativistas e os compradores; estabelecimento do papel de cada sujeito envolvido no processo produtivo;

A construção de usinas de beneficiamentos de castanha nos principais municípios foi um dos temas debatidos durante a conferência em 2004. O estado do Amazonas possuía apenas três usinas, em 2012 de acordo com o GIZ e IDAM foram construídas mais três usinas e elas estão sediadas nos seguintes municípios:

1. Boca do Acre – Primeira usina de beneficiamento do estado, a gestão é feita pela cooperativa do Antimari - Calha do Rio Purus;

2. Barcelos – Usina de beneficiamento na zona rural. – Calha do Rio Negro;

3. Manicoré – Gestão da usina feita pela COVEMA – Calha do Rio Madeira;

4. Amaturá – Calha do Rio Solimões;

5. Beruri - Calha do Rio Purus;

6. Lábrea – Calha do Rio Purus.

Na conferência realizada em 2004 discutiu-se ainda a implantação de usinas de processamento nas principais sedes municipais produtoras, essa medida é necessária para diminuir o tempo de transporte do produto da floresta a usina, a proposta seria pelo fato de que nas comunidades produtoras em sua maioria por não possuir energia elétrica, esse fator contribuiria na agregação de maior valor ao produto nos próprios municípios.

O município de Tefé no período de 1994 a 2014 produziu 12.469 toneladas de castanha-do-brasil (tabela 4).

Tabela 4: Produção de Castanha-do-Brasil no Município de Tefé/AM t (1994 – 2014)

Ano	Produção	Ano	Produção	Ano	Produção
1994	286	**2001**	566	**2008**	681
1995	315	**2002**	611	**2009**	702
1996	449	**2003**	617	**2010**	600
1997	498	**2004**	623	**2011**	600
1998	519	**2005**	636	**2012**	800
1999	527	**2006**	648	**2013**	787
2000	545	**2007**	668	**2014**	801

Fonte: IBGE/SIDRA
Elaboração: Barbosa, 2015.

Nota-se que o município tem contribuído com uma elevada produção, mas não se sabe quem realmente produz, quais as áreas produtoras, como são as relações de trabalho que perduram nessa atividade, as formas de manejo utilizado na extração do produto qual a forma de uso da terra, uso da castanha, para onde vai essa produção, quais as principais dificuldades encontradas pelo extrativista, comprador, se tem intermediário?

Porém, é importante identificar, descrever, conhecer, implementar alternativas para o desenvolvimento da região que permitam aproveitar as potencialidades produtivas e extrativas do território e sustentação de seus sujeitos locais. Nesse sentido convém destacar nesse trabalho como acontece a extração e a comercialização castanha-do-brasil no município de Tefé nas comunidades de Jutica/Rio Solimões e Marajó (Lago do Jutica) que será discutido nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2: ENTRE RIOS, TERRAS E TRABALHO: O MUNICÍPIO DE TEFÉ E OS SUJEITOS PRODUTORES DE CASTANHA-DO-BRASIL



Figura10: O Castanheiro
Fonte: Acervo do autor/2017.

O município de Tefé (figura 11) é um dos 62 municípios do estado do Amazonas, localizado entre as coordenadas geográficas 03º15'39'' a 05º34'22'' Sul e 64º04'12'' a 68º58'32'' Oeste de Greenwich. Tefé possui uma população aproximadamente de 63.399 habitantes (IBGE, 2010) distribuídos em uma área de 23.808 km². Faz parte da mesorregião

Centro Amazonense e da microrregião de Tefé e limitando-se com os municípios de Maraã, Alvarães, Carauari, Tapauá e Coari.

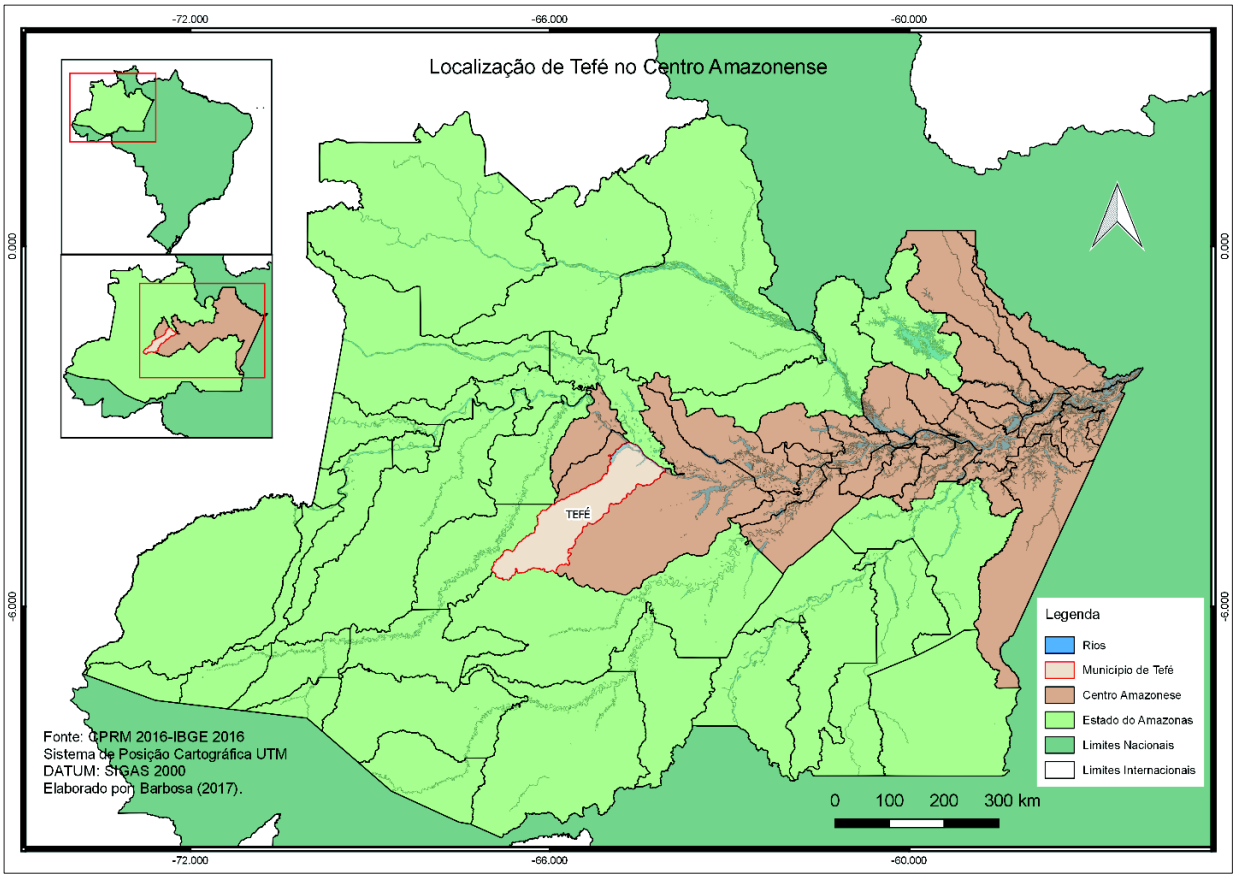


Figura 11: Localização do Município de Tefé/AM
Fonte: CPRM 2016-IBGE 2016/Sistema de Posição Cartográfica UTM, Datum: SIGAS 2000.
Elaboração: Barbosa, 2017.

Rodrigues (2011) aponta que durante o período de exploração do látex extraído da seringueira, o município de Tefé não ficou de fora do que tornaria a principal riqueza econômica da região, mas, o produto que sempre teve maior destaque foi a castanha-do-brasil, sendo assim, o município teve sua importância devido sua localização estratégica na região central no Amazonas.

De acordo com Rodrigues (2011, p. 34) nesse período Tefé funcionou como "[...] o ponto de referência para o fluxo migratório, para o trabalho da borracha, pois os migrantes chegavam na cidade, nas chatas, e posteriormente eram levados para os seringais do Juruá e Alto Solimões".

Já para Oliveira (1988) Tefé enviou trabalhadores tanto para os seringais do Juruá como os do Purus. Esse fluxo migratório, foi facilitado pela introdução do navio a vapor conforme destacado por Oliveira (1988, p. 96) " [...] às facilidades que a navegação a vapor oferecia ao transporte e ao comércio, os imigrantes começaram a chegar em lugares mais longes", causando uma migração inter-regional, principalmente do Nordeste.

Muitos desses migrantes se deslocaram e se fixaram em Tefé. Conforme Rodrigues (2011, p. 34) " Tefé tornou-se o centro irradiador [...] das mais variadas nacionalidades, como: sírios, libaneses, judeus e portugueses, que se instalaram como comerciantes".

O município de Tefé possui hoje aproximadamente 177 comunidades e ou localidades rurais segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde – Gerente de Endemias[5] situadas ao longo dos rios e lagos – Lago e Rio Tefé, Rio Solimões, Igarapé do Xidarini, Lago e Rio Caiambé, Lago do Jutica, Lago e Rio Catuá, dentre elas, destaca-se mais 60 comunidades (figura 12) com potencial produtivo de castanha-do-brasil (GIZ, 2012).

Tradicionalmente o município de Tefé realiza como parte de seu calendário cultural a Festa da Castanha e no ano de 2015 realizou a XVI. De acordo com Cabroliê (1996) esta festa foi instituída por meio da Lei n° 587, de 20/03/78, criando o feriado Municipal em 31 de março – dia de São Bento, padroeiro do castanheiro.

A primeira festa da castanha aconteceu na Vila de Caiambé, rio Solimões por ser uma das principais regiões produtora de castanha. Além do feriado municipal, o Decreto n° 47/78, de 24/05/78, criou o símbolo do município. A Lei n° 630/ 79, de 23/11/1979, autorizou o poder executivo a denominar o Prédio da Prefeitura Municipal de "Palácio das Bertholletias", numa simbologia realista de que a castanheira é o produto natural de maior importância econômica da região.

[5] Francisco Alves Simão – Gerente de Endemias na Secretária Municipal de Saúde (2016)

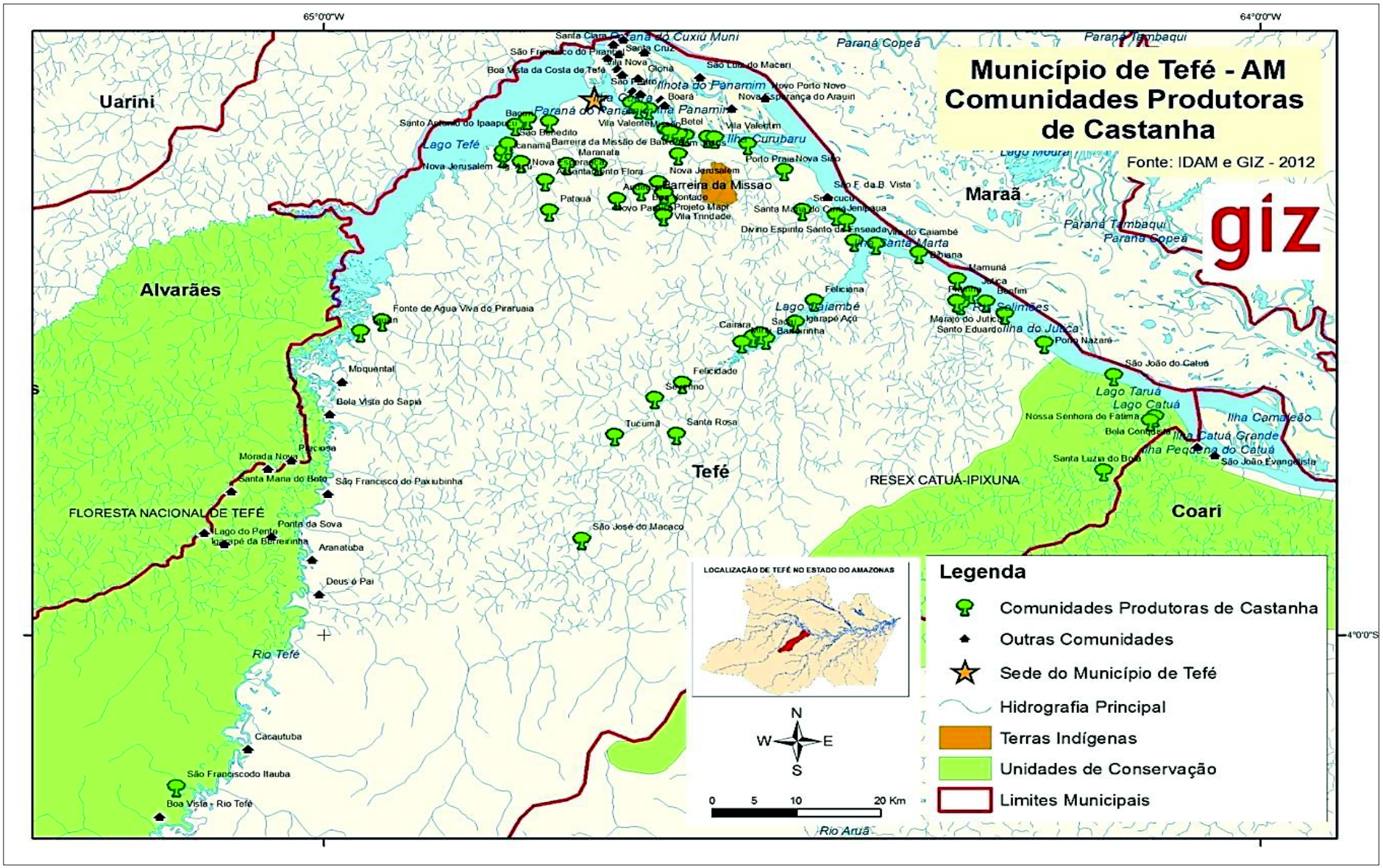


Figura 12: Comunidades Produtoras de Castanha - Município de Tefé
Fonte: GIZ (2012).

Rodrigues (2011) identifica no município de Tefé as comunidades de Caiambé, Jutica, Marajó, Catuá, Lago de Tefé como áreas produtoras de castanha no século XIX. Neste trabalho vai abordar duas comunidades, a comunidade do Jutica e Marajó (figura 13) por possuir características bem distintas em relação ao extrativismo da castanha-do-brasil.

A comunidade do Jutica fica na margem direita do Rio Solimões a 1h40 min. da cidade de Tefé/AM no motor de popa 15 hp, ao norte rio Solimões, município de Maraã, a Sudoeste comunidade de Marajó a Sudeste comunidade de Bonfim e Noroeste Comunidade de Mamuriá

Optou-se considerar as distâncias como tempo de deslocamento em horas que também é a medida comumente utilizada pelo castanheiro, a variante nesse caso, vai ser a potência do motor utilizada como meio de transporte, pois as principais rotas percorridas são fluviais.

Cunha (2008) relata que Jutica foi ocupada no final do século XIX por uma família de peruanos que desceram de canoa o Rio Maronõn (nome do Rio Solimões em território peruano), decidiu parar na foz de um igarapé, na margem direita do Rio Solimões e o lugar era farto de peixes, animais e aves.

> [...] o peruano batiza o local de Yoteka, "palavra de origem tupi moderno ou nheengatu, que identifica uma variedade de tubérculo", na mesma língua de origem antilhana, yuca, significa mandioca. Fazendo a tradução ao pé da letra, tendo como base o vocabulário nheengatu de Afonso A. de Freitas, Yoteka se traduziria assim: y=água, o= ele ou ela, deles ou delas, te=variante de ete, verdadeiro, em verdade, ca=ka, bater em, dando um sentido mais lógico ao significado, podemos traduzir como "bater em água verdadeira[...] os regatões na sua maioria , sírios, libaneses e turcos, passaram a entender o nome como Jutica , assim registravam em seus talonários o ponto de referência com boca do Jutica (CUNHA, 2008, p. 23-24).

As primeiras pessoas da localidade do Jutica se fixaram de forma estratégica nas proximidades dos rios, desenvolvendo ali atividades extrativistas sazonais na floresta tais como a coleta de castanhas; sementes; óleos vegetais; leite de maçaranduba; exploração de madeira em pequena escala e caça de animais silvestres e captura de peixes e quelônios nos rios e praias, aliadas a uma pequena lavoura como mandioca.

O processo de ocupação da área que correspondente a comunidade do Jutica inicia-se ainda no início do século XX, conforme Cunha (2008):

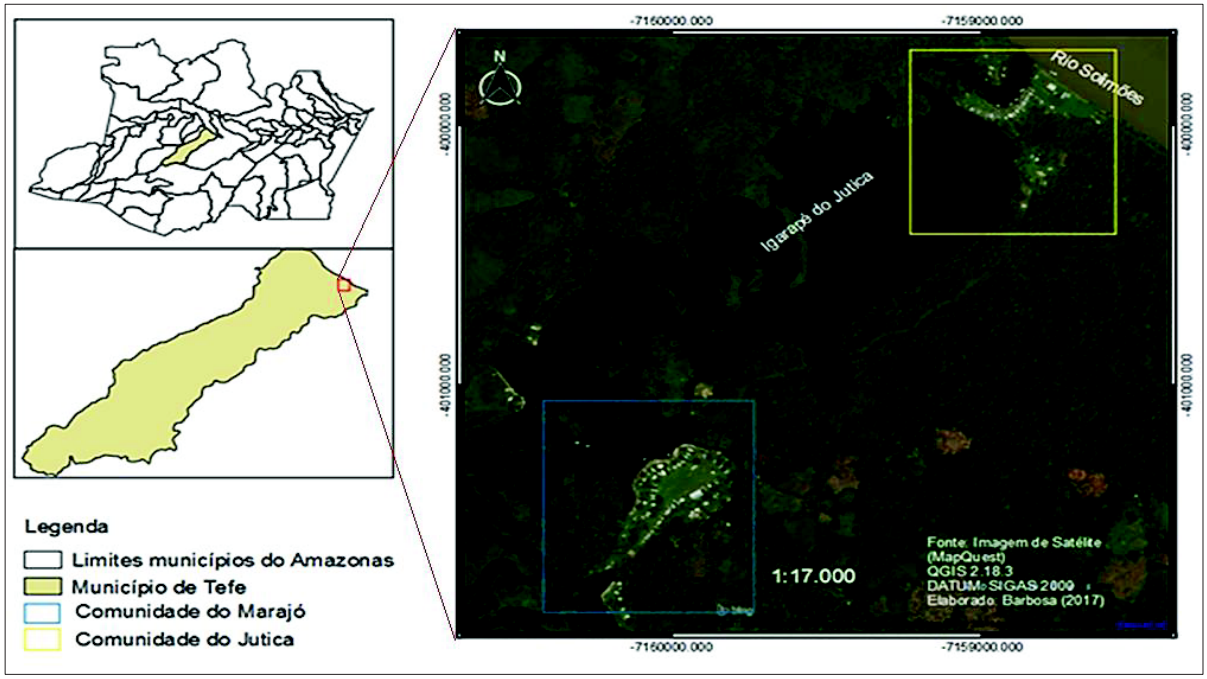


Figura 13: Localização das comunidades do Jutica e Marajó.
Fonte: Imagens de Satélite (MapQuest) QGIS 2.18.3 Datum SIGAS 2000, Bases Cartográficas do IBGE. Organização: Barbosa, 2017

> Em 1901 foi publicado o resumo da titulação no dia 1º de maio, e no dia 1º de julho de 1903 foi publicado o título definitivo, assinado e sacramentado pelo governador José Inácio Borges Machado para a Marcelina Rosa de Lima, que se instalou-se na terra firme (CUNHA, 2008, p. 26)[6].

Cunha (2008) destaca ainda que: "Três famílias em 1900 foram autorizadas a construírem suas casas na várzea referente ao lote [...] no Jutica. Todos na qualidade de parceiro na agricultura de subsistência" [7].

Em meados de 1904 inicia o processo de exploração dos castanhais por meio de arrendamento.

Cunha (2008) da ênfase que:

> [...] Jose Alves, jovem nordestino, depois de passar por Eirunepé chega em Tefé e arrenda os castanhais de São João do Catuá e Matrinchão, ambos de propriedade do senhor Paulo Alves da Fonseca. O Primero localizado a margem direita do rio Solimões o segundo na margem direita e esquerda do igarapé do Jutica. Era janeiro de 1904, começa a explorar castanha, sova, borracha e peles silvestres[8].

[6] CUNHA, J., 2008. p. 26
[7] Ibidem. p. 27
[8] Ibidem. p. 42

Ainda sobre o processo de ocupação da área Cunha (2008) ainda esclarece que "José Alves em 1905 compra o lote Remanso do Jutica de dona Marcelina e constrói galpão na foz do igarapé, e apadrinhado pelo prefeito no mesmo ano demarca e titula o lote conhecido com Liberdade (lago do Jutica) com 400 hectare" [9].

Em pouco tempo consegue adquirir vários outros lotes, demarca e registra em 1908 o " lote São José da Onça e, comprando o lote Santo Antônio da Onça, todos ao longo do igarapé da Onça, afluente do igarapé do Jutica"[10].

As atividades realizadas estavam voltadas principalmente para extração da castanha, de óleo de copaíba e leite de maçaranduba nas cabeceiras do igarapé do Jutica grande, além de montar um engenho de cachaça nas terras adquiridas no início o século XX.

> [...] José Alves além de explorar o extrativismo, também montou um engenho de cachaça nas terras que comprara do Estado[...] um dia ao tomar satisfações com um castanheiro acusado de roubo, foi assassinado por este. Os filhos de José Alves deram continuidade aos negócios, mas acabaram por deixar tudo à falência. Em 1935, então com 15 anos, Washington Cunha, filho mais novo de José Alves [...] manteve o porto de lenha e começou a praticar o extrativismo, seguindo os passos de José Alves [...] Em 2003, então com 83 anos, Washington morreu e seu filho toma de conta dos negócios no Jutica. (JORNAL DO COMMERCIO, Edição 4207, p. 9, terça, 21 de junho de 2016).

Ainda conforme Cunha (2008, p. 79):

> Em cinquenta e seis anos, a fazenda Jutica, produziu 30.000 hectolitros de castanha, ou o equivalente a 1.800 toneladas, tomando por base, o preço praticado na safra de 2003, encontraremos em Reais (um milhão e quinhentos mil reais), se essa quantidade de produto tivesse sido negociada diretamente com o importador, o faturamento saltaria para US$ 1.500.000,00 - um milhão e quinhentos mil dólares americanos (CUNHA, 2008. p. 79).

Medeiros (2007) destaca que Jutica possui uma área territorial de 10 mil hectares no município de Tefé.

A sede da comunidade encontra-se em uma área de várzea (figura 14) e outra parte em terra firme, na foz de um rio denominado pelos moradores boca do Jutica, as casas foram construídas bem próximas umas das outras.

---

[9] Ibidem. p. 43
[10]Ibidem. p. 44



Figura 14: Paisagens do período da cheia e da seca (comunidade do Jutica)
Fonte: Barbosa, 2015/2016.

A comunidade conta com o Programa Luz Para Todos que foi instalado em dezembro de 2013. A eletricidade é gerada na usina termoelétrica na comunidade de Caiambé distante 1h a montante do Rio Solimões. Antes, os moradores contavam com energia somente nos horários de 18h as 22h, pois era gerada na própria comunidade com um motor de luz, parte do combustível era fornecido pela prefeitura municipal de Tefé e outra parte pelos próprios moradores por meio da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Jutica que foi criada em 17 de julho 1989 com a finalidade de, coordenação, proteção, representação de sua categoria econômica e social da comunidade, com o intuito de colaboração das instituições públicas tudo no sentido de solidariedade, possuindo estatuto social que defende os mesmo princípios.

Em relação a educação a comunidade do Jutica, possui uma escola (figura 15) com (04) quatro salas de aula, (01) uma sala do Programa Mais Educação (01) uma cozinha, (01) uma secretaria, (01) um pátio e (01) um refeitório. A escola conta com (01) um gestor, (06) seis professores, (01) uma secretária, (01) uma merendeira, (02) serviços gerais, (02) catraieiros e (01) um vigia.



Figura 15: Escola Municipal Imaculada Conceição – Comunidade do Jutica
Fonte: Barbosa, 2016.

A escola na comunidade do Jutica atendeu no ano letivo de 2016 (109) cento e nove alunos na modalidade de educação infantil e de 1º ao 9º ano do Ensino fundamental, recebe alunos das comunidades próximas como, Bonfim, São Vicente, Santo Eduardo, Porto Nazaré e Benfica nos turnos matutino e vespertino.

Um dos grandes problemas está relacionado a questão da saúde, a comunidade não possui profissionais de enfermagem e nem postos de saúde. Essa é uma situação de praticamente todas as comunidades rurais na Amazônia. A comunidade do Jutica conta apenas (01) uma Agente Comunitária de Saúde (ACS), quando os moradores precisam urgente dos serviços de saúde tem que se deslocar para o distrito de Caiambé ou para a cidade de Tefé.

A agente comunitária de saúde dispõe de apenas (01) bote de alumínio, mas não tem motor de popa e nem combustível para realizar o deslocamento, segundo a agente de saúde[11] quando precisa fazer o deslocamento de algum paciente, utiliza o próprio o motor de popa, sendo que as despesas com o combustível ficam por conta do paciente ou de seus familiares, geralmente os motores são de 15 hp e leva o tempo 30 mim. para chegar na comunidade de Caiambé e 1h30mim. para a cidade de Tefé.

A comunidade conta com abastecimento de água por meio de um poço artesiano e uma caixa d´agua localizado na terra firme, tanto as casas da terra firme quanto as de várzea

[11] Entrevista concedia pela ACS Maria Ildanira Belém da comunidade do Jutica em 22/10/2016.

recebem água por meio de tubulações, os reparos são realizados pelos próprios moradores, as vezes com ajuda do governo municipal.

Ainda possui um (01) Centro Social Comunitário, uma (01) Igreja Católica, uma (01) igreja evangélica e um (01) telefone público.

Foram identificados onze (11) flutuantes, sendo nove (09) dos próprios moradores, que auxiliam na combinação de atividades que realizam, como: agricultura, pesca, extrativismo, artesanato, etc., e (03) três do proprietário do Jutica, esses flutuantes são utilizados para armazenamento e empacotamento de farinha de mandioca e entreposto para aquisição de compra de castanha-do-brasil.

A comunidade do Marajó (figura 16) localiza-se no lago do Jutica em uma distância de 10 min. da comunidade de Jutica. Hoje ela possui 50 casas e 78 famílias. Como podemos observar, as comunidades possuem um maior número de família que casas, essa estrutura nos permite destacar que elas podem ser consideradas famílias nucleares, de acordo com Wolf (1970) apud Bentes (2007, p. 43) " as famílias nucleares são comuns entre os camponeses, e ela é composta pelo pai, mãe e filhos e famílias extensas, que agregam em uma única casa, primos, genros, noras, netos, etc".

O processo de ocupação da comunidade do Marajó foi baseado, assim como a comunidade do Jutica por meio de atividades extrativistas sazonais na floresta tais como a coleta de castanhas; sementes; óleos vegetais; leite de maçaranduba; exploração de madeira em pequena escala e caça de animais silvestres e captura de peixes e quelônios nos rios e praias, aliadas a uma pequena lavoura como mandioca.

Na comunidade do Marajó não foi possível identificar o dono da propriedade ou do lote, pelo desconhecimento dos moradores mais antigo ou pelo simples fato de os mesmos não o reconhecerem como sendo uma propriedade e sim terras devolutas.



Figura 16: Paisagem da chegada na comunidade de Marajó-Lago do Jutica.
Fonte: Barbosa, 2016.

A educação na comunidade do Marajó tem um diferencial em relação comunidade do Jutica, por ser considerada uma escola polo e está localizada em área de terra firme, possui uma estrutura que permite oferecer educação fundamental de 1º ao 5º ano (Matutino) e de 6º ao 9º (Vespertino) e ensino médio e EJA- Educação de Jovens e Adultos (Noturno) sendo necessário em seu quadro (09) nove professores.

A Escola Municipal Augustinho de Castro (figura 17) possui (04) quatro salas de aula, (01) uma secretaria, (01) uma sala da gestão, (01) uma dispensa, (01) cozinha, (01) um refeitório, (0) um pátio e (01) uma quadra poliesportiva. Apesar de ter uma estrutura aparente boa a ampliação e reforma dura mais de 10 anos.



Figura 17: Escola Municipal Augustinho de Castro – Comunidade de Marajó
Fonte: Barbosa, 2016.

O ensino médio foi implantado em 2007 na modalidade Ensino Médio Presencial Mediado por Tecnologia, é o ensino regular oferecido em 3 anos, as aulas são ministradas pela Internet (plataforma IPTV - vídeo conferência) e conta com professores ministrantes que estão no Centro de Mídias (SEDUC/Manaus) e professores presenciais, um em cada série correspondente, além de contemplar alunos da própria comunidade, atendem alunos de comunidades próximas que antes eram obrigados à migrarem para a cidade para continuar os estudos.

A comunidade possui (01) um poço artesiano e (01) uma caixa d´agua que distribui água para as casas por meio de tubulações, (01) um Centro Social Comunitário que precisa de reforma, (01) uma igreja evangélica e (04) telefones públicos.

Na comunidade do Marajó existe um profissional de saúde (operacional de saúde) e um Agente Comunitário de Saúde, apesar de possuir um posto de saúde, o mesmo precisa passar rapidamente por uma reforma para melhor atender os moradores. Os serviços ofertados pelo poder municipal aparecem no geral de forma bem precária nas comunidades, portanto há necessidade, por sua vez de uma maior efetividade nos serviços de atendimento aos moradores.

2.1 DA PRODUÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA (MANIHOT ESCULENTA CRANTZ) E O TRABALHO DE AJUDA MÚTUA

As combinações de atividades que caracteriza o modo de viver Amazônico, é possível devido a diversidade dos ecossistemas em que este está inserido, para Campos (2000, p, 144) "O uso dos recursos naturais é um componente que integra a vida de muitas populações", portanto, pretende-se destacar as atividades, que ao nosso ver são indispensáveis para a permanência e sobrevivência dessas populações.

Sendo assim, a economia de Jutica e Marajó estão baseadas nas combinações de atividades praticadas pelas famílias camponesas, dentre elas destaca-se a agricultura a produção de farinha de mandioca, a pesca de peixes "lisos" (diversas espécies de siluriformes) e a coleta de produtos extrativistas, como a castanha.

As principais fontes de alimentação estão baseadas em diversas espécies de peixes retirados principalmente do Rio Solimões e o Lago do Jutica, na qual destaca-se o pacu (Serrasalminae: Myleus spp), Jaraqui, Aruanã, Matrinchã e das diversas espécie de peixes lisos além da caça de animais silvestres e aves.

A farinha de mandioca (Manihot esculenta Crantz) é um produto de primeira necessidade para as populações na Amazônia.

A farinha de mandioca é uma herança da civilização indígena e seu processo de domesticação e beneficiamento acontece há cerca de 3,5 mil anos Roosevert et al. (1995) apud Homma (2014).

Para Pereira e Lescure (1994, p. 4) " essa atividade está baseada na Agricultura de pousio, constituindo de duas fases de cultivo ("roça da Mata" e "roça de Capoeira"), afirma ainda que:

> [...] cada uma com dois ciclos de produção, plantio e replantio, intercalados por um pousio curto, com duração que varia de entre 1 a 5 anos [...] A produtividade, em quilograma de peso fresco por **tubérculos**, tende a diminuir de um ciclo para o outro: numa roça feita em bosque maduro tem uma produtividade que ultrapassa 12,4 ton/ha, no primeiro ciclo, caindo para 7,7 ton/ha no segundo; em uma roça de capoeira, estes índices são respectivamente 9,2 e 6,8 ton/há [...], em quaisquer um dos casos, a quantidade de farinha representa 35% do peso do tubérculo colhido [...] (PEREIRA & LESCURE, 1994, p. 4).

Apesar do trabalho cansativo e desgastante cada unidade familiar não deixa de preparar a terra para sua produção, se tornando uma questão de honra da família ter um

hectare para seu consumo anual, pois torna-se vergonhoso para o morador ter que comprar farinha na comunidade.

Quando há falta da farinha de mandioca na unidade familiar, o mais comum é seu empréstimo de outra unidade camponesa, sendo que é devolvido na primeira farinhada realizada pela unidade familiar. Esse produto é um produto de subsistência essencial para da unidade familiar, portanto, está voltada para o consumo da família e seu excedente voltada para a comercialização.

Segundo seu Orlenilson[12] morador da comunidade de Marajó a introdução de equipamentos tem modificado e facilitado a preparação da área a ser cultivada a mandioca. Nos relatos de um morador da comunidade de Marajó, " não se utiliza mais o machado ou o facão para a derrubada da mata virgem ou da capoeira, o motor serra é o equipamento que os substituem".

Quando o morador não possui esse equipamento ele paga uma diária para motor serrista (operador de motor serra) que faz o trabalho geralmente em uma diária e custa em torno de R$ 120,00 a 150,00.

O ajuri é bastante comum tanto na comunidade do Jutica como na de Marajó sendo realizado praticamente por todas as unidades familiares, sendo que o chefe da família é o responsável pela sua organização.

Essa prática surge a partir da necessidade de suprir a força de trabalho familiar, reforçando as relações de socialização camponesa, também conhecida na Amazônia como mutirão, puxirum e convite.

O ajuri consiste na ajuda que um grupo de moradores presta a uma família, quando essa se encontra em dificuldades para realizar determinadas tarefas somente usando a força de trabalho de seus membros, sendo necessária para plantação e limpeza das roças individuais (famílias) ou para o coletivo, pois o ajuri pode ser direcionada para a necessidade do coletivo, da comunidade, em manutenção de determinada infraestrutura no interior da comunidade, ou para à arrecadação de algum rendimento para a própria comunidade, nesses moldes, passa a utilizar o nome de mutirão.

O dia para cada ajuri é definido em assembleia organizada pela associação comunitária, uma vez marcado o dia do ajuri, a família beneficiada que não puder realizá-lo, tem obrigação de comunicar com antecedência para que possa ser realizado por outra família.

[12] Entrevista concedida em 26/10/2016.

O dono do ajuri nunca paga com dinheiro, mas este assume o compromisso de retribuir a troca do dia trabalhado a todos aqueles que participaram do seu ajuri, se esse não puder está no dia do ajuri marcado, designa um membro da família que tem as mesmas habilidades para substitui-lo ou ainda pagar uma diária de trabalho a outro morador para honrar o compromisso.

No dia do ajuri, o responsável (o dono do ajuri como é conhecido) tem responsabilidade de preparar o transporte para o deslocamento, ficando sob seus cuidados providenciar as canoas com motores rabetas que suportem um bom número de pessoas e a compra do combustível que será utilizado, além da alimentação no dia do trabalho (figura 18).



Figura 18: Alimentação no dia do ajuri - Comunidade de Marajó.
Fonte: Barbosa, 2016.

A produção de farinha está baseada nos conhecimentos adquiridos de geração em geração pautados no trabalho familiar (figura 19), sendo o trabalho familiar responsável para a manutenção da unidade camponesa, sendo comum a participação de crianças (meninos e meninas) e mulheres de acordo com suas habilidades nas etapas do processo produtivo.



Figura 19: Trabalho familiar na produção de farinha de mandioca
Fonte: Barbosa, 2016.

A grande demanda por farinha de mandioca pelas empresas empacotadeiras tem intensificado o processo produtivo na região.

Na tentativa de aumentar a produtividade de farinha as empresas têm buscado fomentar as comunidades com equipamentos com o intuito de aumentar a produção e consequentemente direciona-la para a comercialização.

Os camponeses que utilizarem os equipamentos, não pagam por sua utilização, mas assumem o compromisso de vender sua produção a preço de mercado para empresa empacotadeira.

É importante salientar que continua a autonomia no processo de produção pelas unidades familiares, sendo que, para os camponeses a utilização desses equipamentos aceleram e facilitam o processo produtivo.

A Figura (20) é uma máquina fornecida por uma empresa empacotadeira (fase de teste) instalada em uma casa de farinha na comunidade do Jutica.



Figura 20: Máquina elétrica utilizada no processo produtivo de farinha na comunidade do Jutica.
Fonte: Barbosa, 2016.

A comunidade do Jutica devido sua localização é um ponto estratégico para compra, pois praticamente todas as unidades familiares produzem farinha de mandioca e para deslocamento, sendo que, a empresa empacotadeira é instalada em casas flutuantes (capacidade média de 20 toneladas) que estão ancorados na margem do Rio Solimões na foz do Igarapé do Jutica, facilitando o escoamento da produção para o principal centro consumidor, no caso, a capital amazonense.

O beneficiamento da farinha acontece de duas formas: primeiro pelo simples empacotamento, e logo são colocados no mercado, e pelo processo de saboreamento.

O saboreamento tem sido uma prática da empresa empacotadeira da comunidade do Jutica, a farinha de mandioca, depois de produzida não é saboreada instantaneamente, ela passa pelo processo de classificação, depois de classificada como ovina, ela volta aos fornos para serem beneficiadas e receberem sabor de alho, pimenta e cebola.

Essa prática foi desenvolvida pela empresa com auxílios dos camponeses do Jutica, nesse momento, a empresa gera uma renda extra para os comunitários, pois ela contrata os próprios camponeses para realizar o saboreamento, a renda do camponês está contida na quantidade de farinha beneficiada, cada fornada para o saboreamento dura aproximadamente 50 minutos com a quantidade média que varia de 50 a 55 Kg.

Em entrevista ao Jornal do Commercio Márcio Cunha proprietário da empresa Jutica produtos da Amazônia S.A. destaca:

> [...] a empresa produz cerca 25 toneladas de farinha/mês e 80 toneladas de castanha/ano. A farinha é toda comercializada em Manaus, enquanto as castanhas vão para, além de Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, Belo Horizonte e até para o exterior. A empresa conta com oito funcionários que funciona em três flutuantes, empacotando farinha e na representação em Manaus. 50 famílias de agricultores tefeenses têm toda a sua produção comprada pela Jutica. (JORNAL DO COMMERCIO, Edição 4207, p. 9, terça, 21 de junho de 2016).

Apesar da mecanização e instrumentos instalados pela empresa empacotadeira, os camponeses continuam com a autonomia, pois, prevalece o trabalho familiar. No entanto, a mecanização ajuda no processo produtivo acelerando e aumentando a produção.

As empresas ao se apropriarem desse produto, por meio da compra e do beneficiamento da farinha de mandioca, realizando o saboreamento ou simplesmente pelo o empacotamento, passam a intermediar a relação entre o produtor, redes de supermercados nos grandes centros urbanos e consumidor final.

Para Paulino (2006) a apropriação desse produto pelos capitalistas é se apropriar da renda da terra, pois compram sempre a preço inferior ao valor de trabalho nele contido, contrapondo essa posição, a empresa tem estabelecido na região, uma identidade geográfica da produção comunitária, valorizando o produto regional, e consequentemente direcionando para o mercado, podendo trazer maiores benefício para os camponeses.

No empacotamento são necessárias 7 pessoas, a renda dos camponeses é estabelecida pelo pagamento em diária. Segundo o gerente da empresa essa é a melhor opção, pois a quantidade de farinha adquirida pela empresa não é suficiente para beneficiar initerruptamente, sendo necessário interromper a produção durante alguns dias na semana por falta de produto, mas a demanda para as redes de supermercados vem crescendo mês a mês.

A produção de farinha de mandioca continua sendo realizada como antes, os camponeses continuam utilizando o trabalho familiar, sendo que cada família impõe seu ritmo de trabalho, como aponta (PAULINO, 2006, p. 115)

> Em se tratando de família nucleares, a força de trabalho do chefe da família é somada à da esposa e a dos filhos, cuja intensidade também varia de acordo com a conjuntura. Há casos em que a unidade reúne várias famílias constituídas com o casamento dos filhos que, juntas ou separadamente,

> dividem a utilização e produtiva do sítio. Dessa maneira, os indivíduos nas mais diferentes condições de forças físicas e vitalidades têm seu papel produtivo a desempenhar (PAULINO, 2006, p. 115).

Há uma tendência de deixarem a produção artesanal e passarem utilizar os equipamentos fornecido pelas empresas ou até mesmo adquirirem seus próprios equipamentos para facilitar a produção, com o objetivo único de aumentar a renda em uma estratégia de existência e permanência dessas populações de se adequar à nova realidade.

Para Martins (1995) é o capital se adequando não só do resultado do trabalho, mas também do modo de trabalhar, quando o camponês utiliza unicamente o seu trabalho e de sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital.

Para Woortmann (1990) a tradição marxista que percebe a "pequena produção" como determinada pelo capital tampouco deixou de enfatizar esse caráter familiar, tido como a condição mesma de subordinação ao capital.

Paulino (2006) acrescenta ainda, estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital é por meio dela que vão compor a taxa de lucro para os capitalistas.

Essa integração entre os camponeses e as empresas garantem para os camponeses uma rápida destinação dos produtos a um preço determinado pelas empresas e as empresas garantem os produtos que são colocados no mercado em uma relação de interdependência.

2.2 A PESCA DE PEIXES LISOS

A pesca de peixe lisos é uma das atividades praticadas nas comunidades estudadas, ela tem ganhado destaque, fazendo parte do modo de vida camponesa, principalmente pelo envolvimento maciço dos Jovens, que ao contrário do que acontece na produção de farinha, que leva um período longo para a produção, desde da preparação do solo até iniciar o processo de produção, assim como também, as dificuldades de acesso aos castanhais para coleta de castanha, veem na pesca a oportunidade de um rendimento mais vantajoso e menos desgastante, pelo fato de terem camponeses arregimentados por frigoríficos maiores que compram a produção.

Para melhor entendimento sobre o processo de produção e comercialização de peixe liso Cruz (2007) assinala que a partir do final da década de 70 e início da década de 80 do século XX, que acarretaram várias mudanças e alterações no modo de pescar no rio e, consequentemente, na forma de negociar a produção do pescado, havendo, nessa ocasião, uma concorrência tanto na captura, quanto na comercialização das espécies consideradas lisas.

Complementado o entendimento desse contexto histórico na produção e comercialização McGrath (1996) apud Queiroz (2012) destaca que:

> [...] essas mudanças são resultado da incorporação da Amazônia aos mercados consumidores de outras regiões do país, fato que favoreceu a instalação de frigoríficos em vários dos principais centros urbanos da Amazônia. Ainda segundo este autor, esses frigoríficos compram principalmente peixe liso da região amazônica e mandam em grandes quantidades para os centros urbanos consumidores desse pescado. (MCGRATH, 1996 apud QUEIROZ, p. 96).

Dos sujeitos envolvidos na pesca de peixe liso encontra-se o camponês que está na ponta da produção, o camponês arregimentado (geralmente, donos dos flutuantes nas comunidades (patrão da pesca) e comerciantes donos dos Frigoríficos maiores que comercializam com empresas de pescado regional ou nacional.

Nas comunidades estudadas foram identificados (08) oito flutuantes de moradores que combinam suas atividades com pesca de peixes lisos, essa atividade também é realizada por meio do trabalho familiar conforme podemos observar nos relatos de um morador da comunidade do Jutica.

> [...] Apesar de não ser responsável por uma colocação eu ajudo meu irmão, na colocação do Irapurú, e quando dar bem nós tira até 300 caixas, mas eu estou envolvido mais com a pesca. Na pesca é minha mulher, meus filhos e eu, o flutuante é meu, aí eu tenho a canoa, o motor, o arrastão e aí vamos pro meio, eu trabalho pra mim mesmo, vendo pro Tavares que passa uma vez por semana, eu tenho também a roça pra fazer uma farinha [...][13].

A combinação de atividades e autonomia de produção está contida no modo de vida dessas populações, pois possuem habilidades que garantem realizar reparos e manutenção em todo seu material de trabalho, como por exemplo: os reparos nos arrastões de pesca, que são redes de pesca com aproximadamente 420 metros de comprimento por 5 metros de altura (figura 21-A), reparos de calafete nas canoas (figura 21-B), etc. Além desses materiais já citados, para essa atividade é necessário (01) motor rabeta 5.5 hp, preferido entre os camponeses pelo baixo consumo de combustível, remo, caixa para armazenamento de gelo e pescado, (figura 21-D) balança para aferir o peso (figura 21-C).

[13] Entrevista concedida pelo senhor José Anildo Batista, Comunidade do Jutica em 15/03/2016.



Figura 21: A, 21-B, 21-C e 21-D - Materiais utilizados para apoio e logística da pesca.
Fonte: Barbosa, 2016.

Segundo o senhor Gildardo[14], auto declarado pescador, comprador de castanha e peixe, dono de flutuante, comercializa em média torno de 800 Kg de peixe liso/mês, seu flutuante está localizado no rio Solimões a jusante da comunidade do Jutica, próximo a comunidade de Bonfim distante apenas 10 min. Sua estrutura para essa atividade, são: (03) três canoas montadas, cada uma possui um (01) motor rabeta, (01) um arrastão e são necessários para fazer realizar o lance (02) pessoas.

Além do senhor Gildardo foram identificados mais (06) seis moradores que são considerados nas comunidades como patrão de pesca, pois possuem instrumentos próprios para a prática de pesca voltada para a comercialização, sendo que essa estrutura permite envolver outras pessoas das comunidades.

O rendimento para o camponês na atividade de pesca está relacionado a quantidade de peixes tipo/Kg capturados e de acordo com as entrevistas a comercialização no ano 2016 (Quadro 2) foi baseada nos seguintes valores.

[14] Entrevista concedida pelo senhor Gildardo Antonio Chaves dos Santos, rio Somilões em 25/10/2016.

Quadro 2: Demonstrativo da comercialização de peixe liso – 2016 (R$)
CLASSIFICAÇÂO: * até de segunda; ** até a terceira; *** só possui a quarta classificação.

Nome	Nome científico	Período	Até 2 Kg Terceira	2- 4 Kg Segunda	Acima de 4 Kg Primeira
Dourada	*(Brachyplatystoma rousseauxii)*	Safra	3,00	4,00 -	6,00
		Entressafra	4,00	5,00	8,00
Surubim	*(Pseudoplatystoma fasciatum)*	Safra	2,00	4,00	4,00
		Entressafra	3,00	6,00	6.00
Caparari	*(Pseudoplatystoma tigrinum)*	Safra	2,00	4,00	4,00
		Entressafra	3,00	6,00	6.00
Melado *	Brachyplatystoma Platynum	Safra	2,00	4,00	-
		Entressafra	3,00	5,00	
Pacamun (Jaú) *	*(Zungaro zungaro)*,	Safra	2,00	4,00	-
		Entressafra	3,00	5,00	
Pirarara**	*(Phractocephalus hemiolioterus)*	Safra	3,00	-	-
		Entressafra	4,50	-	-
Piramutaba**	*(brachyplastystoma vaillanti*	Safra	1,50	-	-
		Entressafra	2,50	-	-
Piracatinga***	*Calophysus macropterus*	Safra	1,50		
		Entressafra	2,50		

Fonte: Ocimar Souza Andrade presidente do SINDPESCA (Sindicato de pescadores e pescadoras artesanais do município de Tefé) – entrevista concedida ao autor em 25/03/2017.

Para a construção da tabela foram levados em consideração os preços mais elevados praticados na safra e entressafra, entre os camponeses e os donos de flutuantes, que são moradores arregimentados por frigoríficos maiores.

Esses valores sofrem muita variação, dependendo da oferta e demanda, o período da safra para a maioria das espécies inicia em agosto e vai até outubro, portanto, a entressafra nos outros meses.

A piracatinga é o pescado que tem a pior classificação, como aponta Cruz (2007) não importando o tamanho, ele é sempre considerado como quarta categoria e a safra dessa espécie é entre os meses de janeiro e abril.

O patrão da pesca é o camponês que intermedia a produção do pescado entre os camponeses e os frigoríficos maiores. A maioria desses frigoríficos ficam localizados na orla do bairro do Abial na cidade de Tefé.

De acordo com Queiroz, esses frigoríficos "[...] se constituem um importante entreposto na região do médio rio Solimões, uma vez que nele estão inseridos os agentes do capital responsáveis pela comercialização desse pescado" (2012, p. 105).

Possuem uma logística bem definida, muitas vezes chegam a fornecer os para os camponeses arregimentados donos dos flutuantes, instrumentos necessários para essa atividade, dentre eles: os arrastões, que custam em torno de R$ 4.000,00 a 6.000,00 reais dependendo do tipo e tamanho, linha para conserto dos arrastões, gelo, etc.

De acordo com as entrevistas realizadas entre os donos de flutuantes, os melhores arrastões são produzidos na Colômbia e são descontados de acordo com a quantidade de peixes repassados aos frigoríficos.

As empresas frigoríficas possuem barcos que passam semanalmente em todas as comunidades que possuem moradores arregimentados donos dos flutuantes, com o objetivo de deixar o gelo necessário para o armazenamento dos peixes e transporta-los para os frigoríficos maiores.

Portanto, a monopolização da produção na pesca passa pelos grandes comerciantes donos dos frigoríficos, principais agentes do capital, que arregimentam os camponeses (donos de flutuantes – que são também camponeses pescadores) e os camponeses que garantem uma renda com a captura do pescado.

2.3 RESISTÊNCIA E PERSISTÊNCIA - RELAÇÕES EM TORNO DA EXPLORAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL

Hoje a comunidade do Jutica possui 192 pessoas, 39 casas e 48 famílias (pesquisa de campo, 2016). Para Medeiros (2007) a população do Jutica enquadra-se nas chamadas populações tradicionais, neste trabalho, vamos chamá-los camponeses colocados, atrelada a seu processo histórico de formação e características, como já destacada neste trabalho.

Leff (2000) ao analisar a formação camponesa destaca que:

> [...] uma formação camponesa pode ser considerada uma 'entidade mediadora' entre o modo de produção capitalista e a natureza; no entanto, possui uma estrutura própria que especifica esta 'mediação'. O problema reside em entender como se articulam os processos e potenciais da natureza,

> dependentes da estrutura do ecossistema, com as leis sociais e as formas de organização cultural que regulam os processos produtivos e as condições de acesso e apropriação da natureza, articulados, por sua vez, com os efeitos do modo de produção capitalista ou de outras formações sociais dominantes (LEFF, 2000, p. 34).

As relações em torno do extrativismo da castanha não podem ser entendidas separadamente das combinações de atividades praticadas por essas populações, que estão baseadas na manutenção da unidade doméstica familiar, produção e comercialização, donos dos próprios meios de produção podendo possuir ou não propriedade da terra.

Esses sujeitos ao se constituírem reproduzem seu modo de vida como uma estratégia de existência e permanência e profundo conhecimento dos recursos naturais e dos ecossistemas. Sendo assim, esses moradores colocados não é só uma entidade mediadora entre o modo de produção capitalista e a natureza como aponta Leff (2000), mais dominam uma fração do território como destacada por Paulino (2006), produzem o espaço de acordo com seus costumes, valores e tradições, isto significa que estão ligados diretamente à cultura, e criando uma nova identidade.

Essa característica vai propiciar a aquisição pelos capitalistas da produção originadas pelos colocados, vejamos o que diz Paulino (2006, p. 106):

> O que está em jogo são as estratégias por meio das quais os capitalistas se apropriam da riqueza gerada unicamente pelo trabalho, acredita-se ser necessário partir para distinção entre as relações tipicamente capitalistas, nas quais a equação salarial garante a sua apropriação, das formas não tipicamente capitalista, em que não é o trabalho, mas o produto que o contém, que irá compor a taxa de lucro dos capitalistas, (PAULINO, 2006. p. 106).

As comunidades do Jutica/Rio Solimões e Marajó/Lago do Jutica não são comunidades indígenas e nem estão em áreas Unidades de Conservações, mas estão diretamente ligadas ao extrativismo da castanha-do-brasil.

As relações em torno da extração da castanha-do-brasil recebeu forte influência no período da exploração da borracha na Amazônia, as evidências estão presente não só na memória dos moradores mais antigos, mas prevalecem vivos, principalmente na fala e na vida, no cotidiano dos moradores destas comunidades, pois alguns termos utilizados há mais de um século, continuam fazendo parte do seu modo de vida, para aqueles que ainda na

floresta tiram seu sustento, e preservam as tradições e costumes e ao mesmo tempo são de certa forma explorados pelas diversas estratégias estabelecidas pelo capital.

A exploração da castanha-do-brasil acontece de maneira bem distinta. Como é uma propriedade privada, na comunidade do Jutica o proprietário designa um morador (colocado, geralmente o chefe da família) a coletar castanhas nas colocações [15] no período da queda de ouriço, sendo que esse tem inteira responsabilidade pela colocação (figura 22).



Figura 22: Paisagens dos castanhais no lago do Jutica/Tefé-AM
Fonte: Barbosa, 2016.

As relações em volta da exploração da castanha-do-brasil na comunidade do Jutica iniciam-se com a designação das terras pelo proprietário para os moradores colocados.

Para Garcia (1983) apud Campos (2000, p. 168) faz uma relação entre o morador e o proprietário, para ele:

> [...] o morador para ter acesso a casa e ao roçado depende de sua relação como o proprietário, ficando em uma espécie de sujeição e obrigação: sujeição pela obrigatoriedade de trabalhar para o grande proprietário e sob suas ordens e

[15] A colocação era o lugar onde o seringueiro morava no meio da floresta, no seu tapiri (barraco de varas e palhas). Na colocação ficavam as estradas de seringa que podiam ser em número de 10 ou 30, eram as picadas feitas no meio da selva e que era trabalhada por um mesmo homem. As estradas possuíam determinado número de seringueiras, geralmente contendo nada menos que 50 árvores. Os seringueiros novatos que ainda estavam no processo de aprendizagem eram chamados de brabos, os mais experientes, com anos de lida na extração da borracha, eram chamados de mansos. O dono do seringal era chamado de patrão e depois evoluiu para seringalista (FIGUEIREDO, 2002, p. 87 apud MARINHO, 2013, p. 24).

> obrigação são os deveres quanto ao destino da produção e ao que se pode produzir. (GARCIA, 1983 apud CAMPOS, p.168).

Para Woortmann (1990, p. 28) há uma distinção entre o dono e o proprietário. Para ele o proprietário remete a uma " [...] ordem econômica, onde a terra é mercadoria, e a uma ordem jurídica coerente como tal ordem [...]", e o dono remete a uma [...] ordem moral, onde a terra é patrimônio e é transmitida como tal, de geração a geração, segundo padrões camponeses de herança que variam de lugar para lugar, mas sempre espelham essa ordem moral.

Destaca ainda que:

> É-se proprietário pela compra, e não pelo trabalho. Proprietário designa também o outro, na terminologia local, isto é, o forte que não trabalha, mas, pelo contrário, vive pelo trabalho do fraco. Portanto, é-se dono pelo trabalho, independentemente de haver ou não propriedade jurídica da terra. Sinonimamente, é-se sitiante por se ter construído o sítio, espaço por excelência da família, através do trabalho, ou por tê-lo herdado de um pai para transmiti-lo no futuro a outro pai. (WOORTMANN, 1990, p. 28 e 29).

Campos (2000) analisa que não é estranho que o uso comum de recursos naturais continue a ocorrer ao mesmo tempo e, inclusive no mesmo espaço, em que domina a propriedade e interesses privados. O proprietário tira proveito, à medida que, de algum modo lhe favoreça essa forma de uso comum da terra, essas vantagens, diminui gastos ao se apropriar dos produtos produzidos pelos camponeses.

Na comunidade do Jutica foram identificadas 12 colocações, essas são distribuídas para cada unidade familiar, sendo o chefe da família, o grande responsável por ela, uma vez realizada o acordo com o proprietário, o morador colocado se diz dono, pois ele é o responsável, podendo este repassar a colocação quando não sentir-se apto para essa atividade, mas antes, verifica primeiro se algum filho tem interesse de se tornar um colocado, se nenhum dos filhos tiver interesse, ele é responsável de indicar outro morador da comunidade a se tornar um colocado e repassar a colocação, essa sucessão, não envolve nenhum tipo de ressarcimento.

Vejamos um relato de um castanheiro colocado da comunidade do Jutica.

> [...] Do meu pai já veio pra mim, é assim quem vem esse negócio, agora tem gente que não entende quais são as leis que a gente tem, isso é uma lei, lei comunitária, pra gente, pros pais, pros filhos que vão ficando, a gente já está

> ficando velho. Meu pai disse, taí seu Cunha a colocação pro meu filho, [...] aquele que precisar taqui a colocação, aí ficou pro meu irmão, trabalhou um ano e aí meu irmão falou taqui a colocação que não quero mais, ai voltou pro meu pai e veio pra mim [...]. aí se não tiver um filho que não queira e se tiver alguém, um parente seja lá quem for, um amigo bacana, próximo, colega tá aqui à colocação. Por exemplo, agora eu queria passar para outra pessoa. Ele vai me ajudar esse ano, que é pra conhecer o mato, aí eu vou passar pro nome dele, olha eu não quero mais, o Osório vai querer, aí vai passando assim [...][16] .

De acordo com Campos (2000), o Código Civil Brasileiro, art. 646 designa essa categoria como compáscuo, que não é propriamente sinônimo e não se constituem em uma terra de uso comum em sua ampla acepção.

O fundamento jurídico do compáscuo diversifica em um e outro caso: nos terrenos privados – condomínio ou servidão – assentam em bens, subordinados à propriedade particular, cujos atributos são, pelo direito civil, regulados em sua índole e em seus efeitos; e nos terrenos públicos – si se prestarem ao uso coletivo, como as praças e ruas – quando se agruparem entre os que o Código Civil denomina dominicais, objeto do direito real da União, dos Estados ou dos municípios (art. 66 n° 3).

> Para Santos, o compáscuo no Brasil "é unilateral, a dizer – um proprietário dá outrém comunhão do seu pasto". Mas esta situação observada por Santos tanto pode ter ocorrido em Portugal, quanto no Brasil é corrente o ***jus pascienti***, quando a servidão é unilateral, quanto o ***jus compascendi***, também conhecido por "direito compáscuo", que consiste no "direito em terem várias pessoas comunhão no uso do pasto ou de pastos do mesmo prédio de um só proprietário, quanto em terem diversas pessoas comunhão no uso dos pastos de seus prédios". (MOTA,1942, p. 332 apud CAMPOS, 2000. p. 183).

O colocado cria uma relação de pertencimento da terra, sendo assim, o costume, as relações sociais, as formas de organização, as normas são fatores indispensável que contribuem para permanência dessas populações, conforme apontada por Campos (2000) quando destaca as terras de uso comum no Brasil.

> Assim, o costume, passado sucessivamente através das gerações, dá as comunidades a certeza de que aquelas áreas a qual utilizam, lhes pertence, não como propriedade privada nos moldes como é concebida modernamente, mas como o direito de usufruto que o tempo e a tradição lhes proporcionaram. (CAMPOS, 1990, p. 8).

[16]Entrevista concedida pelo senhor Carlos Lopes Russo, cidade de Tefé em 28/01/2016.

O acesso às colocações pelos moradores representa um fator social e econômico muito importante, pois é por meio dela, que se tem acesso aos recursos naturais necessários. A prática de coleta da castanha e as combinações de atividades de caça, coleta de outros frutos e a produção dos roçados de mandioca, mesmo que essa última seja feita em outras áreas para preservar os castanhais.

Paulino (2006) destaca, que em face dessa especificidade do campesinato, integra o sistema de trocas mercantis por intermédio da venda de sua produção e não do seu trabalho, como fazem os assalariados.

Dentre as diferentes formas de exploração do trabalho relacionado a produção de castanha-do-brasil Bentes (2007, p. 28) destaca pelo menos dois tipos, vejamos:

> Na Amazônia, as áreas de coleta da castanha apresentam condições de trabalho precárias: indumentárias e meio ambiente inseguros, trabalho intensivo e baixa remuneração ou assalariamento, a situação dos trabalhadores é de extrema penúria. A situação é ainda mais agravada pelo processo produtivo conhecido como aviamento. Nesse processo, um atravessador fornece ao coletor, mantimentos e utensílios necessários à realização do seu trabalho (facões, botas, gasolina, óleo, sal, açúcar e farinha, etc.). Depois, esse mesmo atravessador compra a preços ínfimos toda a produção retirada da floresta. Além de pagar pouco pela castanha, ele cobra muito pelas mercadorias que fornece, levando o extrativista a entrar em um círculo vicioso de dívidas, numa espécie de "escravidão branca". (BENTES, 2007, p. 28).

Na área em estudo, na exploração e comercialização da castanha não foram encontradas nenhum tipo de relação de trabalho baseada no trabalho assalariado, muito menos de aviamento. O sistema encontrado aparece baseado na autonomia do colocado, e ao mesmo tempo, que este está atrelado ao processo de sujeição e subordinação do colocado ao proprietário, e seu rendimento é extraído de acordo com a quantidade de castanha coletada, que é vendida por caixa ao proprietário, sendo que duas caixas e meia de castanha representa um hectolitro.

O colocado realiza todas as atividades, a renovação da barraca, a limpeza dos igarapés e trilhas nos castanhais, e o manejo da castanha, bem como o primeiro beneficiamento, que está baseada em diversas etapas, como: a coleta dos frutos que juntam em montes, quebra os ouriços, coloca em sacos de fibras, carrega para a beira do igarapé, coloca para a canoa e transporta para a comunidade onde fica o proprietário ou uma pessoa de sua inteira confiança da comunidade para receber os produtos e armazenar no paiol.

> [...] aqui é por conta do castanheiro, por exemplo, eu sou o dono duma colocação, eu que tenho direito de ir lá limpar, pra não deixar o castanhal fica no mato, né, a castanheira. A castanheira é um ser vivo também, tem que conservar ela, se não, ela não da mais frutos [...] agora lá é o seguinte, é que nem ser o dono, lá o dono é o colocado, ele não manda nada lá não, só manda na castanha quando chega no paiol, lá no depósito dele, lá ele é o dono, enquanto tá no mato é do castanheiro[17].

Foi possível acompanhar os camponeses em apenas duas colocações, principalmente pela falta de disponibilidade e tempo dos colocados para entrar nas áreas dos castanhais nas doze colocações, pois são área distantes e de difícil acesso.

A figura 23 trata-se de cartograma elaborado por um colocado, sua construção foi importante para sanar a dificuldade de identificação dos castanhais. Para Faria (2015) o cartograma tem como um dos objetivos o conhecimento do território concreto, sendo que foi possível identificar as comunidades, os principais igarapés e as colocações, bem como os castanhais que são áreas de acesso livre e uso comum.

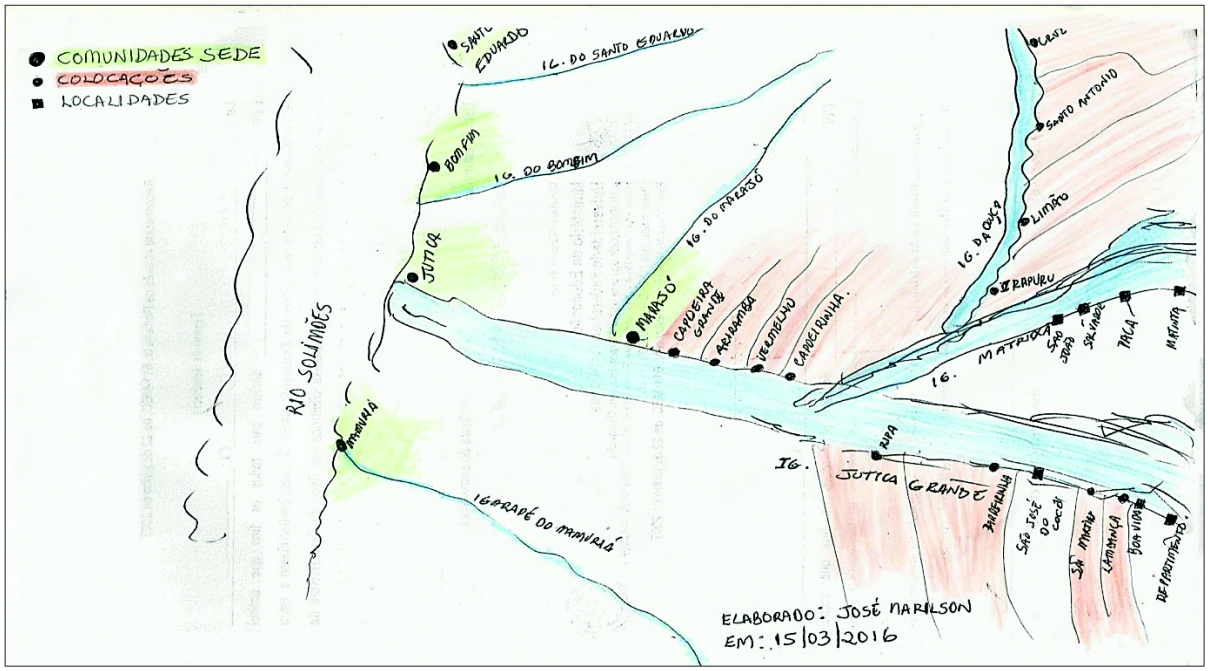


Figura 23: Cartograma das comunidades e das colocações na área estudada.
Elaborado: José Marilson/2016
Fonte: Pesquisa de Campo.

A colocação do Limão, uma das visitadas, localizada no Igarapé da onça, situado ao lado direito do Igarapé do Jutica Grande, distante duas horas da comunidade do Jutica, está de

[17] Cf. item 16, p. 86

posse do senhor Carlos Lopes Russo. E a colocação de Barreirinha localizada no Igarapé do Jutica Grande, distante uma hora e meia da comunidade do Jutica.

Como podemos observar, o morador da comunidade ao ter acesso a colocação e atribuída a sua responsabilidade como dono, mesmo sem ser o proprietário de direito, passa a ter o controle de todo processo de produção.

De acordo com Medeiros (2007) as colocações têm um potencial produtivo variável, devido às diferentes concentrações de árvores, em que a produção das colocações varia, pois sofrem influência do tamanho da área, da variação de produtividade, de recurso financeiro para coleta, transporte e força de trabalho.

No quadro 3 podemos observar os responsáveis e a localização pelas colocações do proprietário do Jutica.

Quadro 03: Demonstrativo dos castanheiros por (colocações) na comunidade do Jutica.

Colocação	Localização	Colocado
Cruz	Igarapé da Onça	Wilmar
Remanso	Margem do rio Solimões	Dezinho
Ariramba	Margem lago do Jutica	Miro
São Martin	Igarapé do Jutica Grande	Gilberto
Barreirinha	Igarapé do Jutica Grande	Amauri
Uirapuru	Igarapé da Onça	Luzo
Santo Antônio	Igarapé da Onça	Xiba
Capoeira Grande	Margem Lago do Jutica	Aluizo
Limão	Igarapé da Onça	Carlos
Lambança	Igarapé do Jutica Grande	Pedro Marinho
Ripa	Igarapé do Jutica Grande	José

Fonte: Medeiros, 2007 adaptado por Barbosa, 2016.

Medeiros (2007) ressalta que todos os castanheiros moram na comunidade do Jutica há muito tempo e alguns nasceram na própria comunidade e outros em comunidades próximas ao Jutica. Trabalham na floresta desde a infância, onde adquiriram conhecimentos com seus pais e amigos.

Essa forma de organização por meio da distribuição de áreas do proprietário para os colocados atreladas a extração dos recursos naturais favorece a produção de capital, como demostrado abaixo.

> Oliveira adverte que a chamada acumulação primitiva é parte integrante e contínua da contraditória reprodução do capitalismo, sendo equivocada a ideia de que mesma ocorreu apenas no início do capitalismo. Portanto, os próprios capitalistas estão permanentemente envolvidos em dois processos distintos: na reprodução do capital, via trabalho assalariado, e na produção de capital, com sujeição da renda da terra. É por meio do segundo mecanismo que os mesmos realizam a metamorfose da renda da terra, produzida por relações camponesas (não capitalistas, portanto) em capital. (OLIVEIRA apud PAULINO, 2006. p. 109).

Martins (1995) identifica esse processo como a sujeição formal do trabalho ao capital, segundo ele, esse processo continua sendo realizado exatamente como produção artesanal e doméstica pelo trabalhador.

Quando a cadeia produtiva passa a ser gerenciados pelos capitalistas, de modo a assegurar a acumulação do capital, mediante o trabalho realizado pelo camponês, Paulino (2006) adverte que:

> Interessa aos capitalistas, nos casos em que tais produtos se constituem matéria-prima para a indústria ou simplesmente ao intermediarem a relação entre produtor e consumidor final, se apropriar da renda da terra. Em outras palavras, sabendo-se que é apenas o trabalho é capaz de criar valor, os capitalistas dele se apropriam, ao comprar a produção camponesa a um preço inferior ao valor trabalho nele contido. (PAULINO, 2006. p. 110).

No extrativismo da castanha-do-brasil na comunidade do Jutica/Rio Solimões podemos identificar essas características, pois toda extração é apropriada pelos capitalistas mediante a extração da renda da terra sob as diversas formas de dominação e apropriação, mediante a propriedade da terra ou pelo direcionamento da produção dos colocados.

Nas colocações a coleta só pode ser realizada por pessoas autorizadas pelo proprietário, nesse caso o colocado, ou quando o dono da colocação designa. Nesse momento se cria territorialidade, pois, nenhuma outra pessoa pode coletar castanha nessas áreas sem autorização, essa territorialidade é referente à coleta da castanha, uma vez que essas áreas são utilizadas por outros moradores para atividade de caça de animais silvestres.

Em nenhum momento, o proprietário paga salário ou diária pela atividade de coleta realizada nas colocações, o rendimento do colocado está contido na quantidade de produtos coletados toda produção é comprada pelo proprietário e direcionados para a comercialização.

As relações em torno da exploração de castanha na comunidade de Marajó são bem diferentes da comunidade do Jutica, pois as áreas dos castanhais são áreas de uso coletivo de acesso livre aos moradores.

A frase **aqui é do ajunta**", é destacada pelos moradores quando perguntamos como acontece a extração da castanha. Esse termo foi utilizado para demostrar que não existe área ou pessoa responsável para realizar a coleta de castanha nos castanhais da comunidade, sendo que, aquele que chegar primeiro é o dono do ouriço, essa produção é apropriado pelos membros da unidade familiar, com o objetivo, garantir a manutenção da unidade familiar. Quando coleta é realizada em castanhais próximos da comunidade, depois de coletados, os moradores não quebram os ouriços dentro dos castanhais, mas carregam em paneiros os ouriços amontoando em cercados nos quintais (figura 22) nas unidades familiares só depois fazem a quebra dos ouriços.



Figura 24: Ouriços coletados por uma unidade familiar – Comunidade de Marajó.
Fonte: Barbosa, 2016.

Segundo um morador do Marajó a coleta da castanha é realizada em um castanhal bem próximo a comunidade e em castanhais pertencentes ao distrito de Caiambé.

Os moradores da comunidade do Marajó, dependendo de seu desempenho durante o período da coleta, pode ter uma boa ou má produção, segundo relatos de um morador da comunidade “aquele que for mais esperto, ajunta mais”.

Dessa maneira, os indivíduos nas mais diferentes condições de forças físicas e vitalidade têm um papel produtivo a desempenhar conforme afirma Paulino (2006), em que, aos camponeses impõe seu ritmo no trabalho familiar.

As crianças desde cedo acompanham os irmãos mais velhos ou os pais para realizar a coleta. É muito comum que nessas áreas, durante ou logo após um forte vento já tenha moradores em busca dos ouriços, aumentando o risco de acidentes com a queda dos ouriços.

A quebra dos ouriços acontece geralmente quando já tem uma boa quantidade de ouriços, ou quando há um aumento no preço do produto.

Ainda sobre a figura (24) a forma de armazenamento praticada por essa unidade camponesa, os ouriços estão em contato com o solo, podendo aumentar o risco de contaminação das sementes.

Os castanhais localizados em área de livre acesso, onde todos os moradores da comunidade podem realizar a coleta da castanha são áreas de uso comum. Campos (2000, p. 8) entende que nessas comunidades, onde prevalece o uso comum dos recursos naturais, há a certeza entre os moradores que essas áreas lhes pertences, não como propriedade, mas como o direito de usufruto do território.

2.3.1 Etapas de exploração dos castanhais – a extração da castanha-do-brasil

A produção de castanha-do-Brasil começa com a queda do ouriço (fruto da castanheira) que se inicia no mês de dezembro e vai até maio, esse período pode ser mais curto ou mais longo dependendo do ciclo natural das castanheiras ou pela dificuldade de acesso as áreas produtivas.

A extração é manejada sob saberes tradicionais e vem sendo transmitida de geração em geração, utilizando os membros da família como principal força de trabalho.

Quando o colocado não encontra a força necessária entre os filhos, na unidade doméstica familiar é possível que esse receba ajuda de um parente, sobrinho, genro, tio, neto, etc. este é denominado de parceiro. O rendimento do parceiro está atrelado a uma porcentagem da castanha coletada.

Para Veiga (2003) apud Bentes (2007) esses saberes são práticas explicadas por meio de saberes que estão em mudança constante em decorrência das experiências do dia a dia homens e mulheres.

Para Diegues (2004) o conhecimento tradicional pode ser definido com o saber e o saber- fazer repassadas empiricamente e oralmente.

No relato abaixo observa-se a importância do conhecimento adquirido por geração na produção da castanha. Vejamos:

> Eu já trabalho há trinta anos, desde 85, eu me casei em 85, o seu Cunha me repassou essa colocação que meu pai já ia embora. Né que já faz ano... eu já conheço a castanheira que dar ouriço, que dá mais ouriço, eu já conheço a castanheira que dá miúda, a graúda a boa de descascar, tudo eu já seu eu sei até quantas castanheira tem na minha colocação [...]. Olha, no meu mapa eu tenho 450 castanheiras só na minha colocação onde eu trabalho, com tudo, conheço aquela que presta, aquela que não presta, tudo entra no bolo [...] quando dá bem eu tiro até 125 caixas, só na minha colocação.[18]

As distâncias e os estreitos igarapés que levam as colocações dificultam o acesso as áreas produtivas, sendo necessário todo um saber para se deslocar nas canoas com motores rabetas, quanto mais distante as colocações, mais estreitos ficam os igarapés.

O trabalho de extração para o colocado se inicia com a limpeza dos igarapés, que geralmente entre uma safra e outra ficam obstruídos por árvores (figura 25) que caem impedindo o deslocamento das canoas, quando isso acontece a limpeza é feita com machado ou motosserra.

Durante a coleta da castanha os rios estão no período das cheias, mas mesmo assim, os níveis dos igarapés ficam rasos em alguns trechos, sendo necessário sair e empurrar as canoas.

[18] Cf. item 16, p. 86.

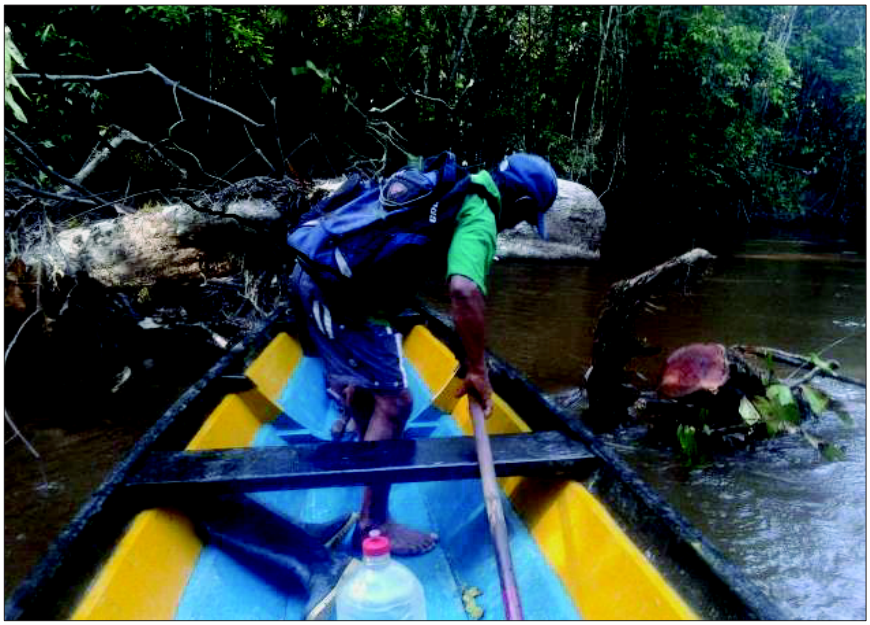


Figura 25: Árvore obstruindo a passagem da canoa (Igarapé do Jutica Grande)
Fonte: Barbosa, 2016.

Além da limpeza do igarapé, outra atividade importante antes de iniciar a extração da castanha é a renovação da barraca, que serve de abrigo enquanto o camponês permanece nas colocações.

Como as barracas são utilizadas somente no período da coleta de ano em ano, a renovação consiste na troca de estrutura danificada e é realizada também a limpeza o terreno em volta da barraca. A barraca é construída próximo ao igarapé, facilitando o transporte e o suprimento de água.

A permanência nas colocações pode variar de dias a semanas. Quando os camponeses utilizavam canoas com remo permaneciam mais tempo nas colocações, pois demoravam muito no percurso da comunidade até as colocações e um esforço físico a mais era necessário para o deslocamento. Um percurso que dura em média 1h utilizando o motor rabeta, pode durar até 2h. se for substituindo pelo uso do remo.

Como existe colocações que estão até 3 horas de distância utilizando motores rabetas, sem esses motores podem levar mais de 6 horas para fazer o mesmo percurso, mas, depende principalmente dos níveis das águas dos igarapés e de obstruções de árvores caídas.

A barraca (figura 26) utilizada pelos colocados tem estrutura de madeira, com o assoalho suspenso feito com varas, sua cobertura é feita com folhas de alumínio e não possui paredes.



Figura 26: Barraca (Igarapé da Onça – colocação do Limão)
Fonte: Barbosa, 2016.

Durante a noite são utilizadas lamparinas (que é um aparato antigo utilizado para obter luz a partir da queima de óleo de origem animal, vegetal ou mineral) para ajudar na iluminação.

Durante a noite os colocados dormem em redes com mosqueteiros[19], que ajudam a se proteger dos insetos (pernilongos) que são abundantes na floresta, geralmente as redes são amarradas o mais alto possível do assoalho.

Na barraca podemos observar alguns equipamentos rústicos utilizados para auxiliar na permanência durante o período de coleta nas colocações, como: fogareiro, panela, facão, etc. (figura 27).

[19] Mosquiteiros



Figura 27: Utensílios utilizados na barraca nas colocações
Fonte: Barbosa, 2016.

Seu Carlos Lopes Russo contextualiza um pouco das mudanças que ocorreram na exploração da castanha na comunidade ao longe de 30 anos que está desenvolvendo essa atividade, vejamos o seu relato:

> Quando era o seu [...], ele levava a alimentação lá na colocação, não deixava faltar nada. Ele dava todo apoio, às vezes, ele mesmo ia pegar a produção na colocação, aí nós passava muitos dias lá dentro, só quebrando, agora a gente tem que dar o jeito de levar alimentação e trazer a produção para o paiol, pois está difícil de caça, agora só querem caçar com cachorro, aí o bicho escuta o latido do animal e vai longe, espanta o bicho [20].

O colocado vê a limpeza do castanhal como sendo importante para manter a produtividade destes castanhais. A limpeza consiste na eliminação de cipós nas trilhas e entre uma castanheira e outra, sendo realizada ao mesmo tempo que o camponês inicia a coleta dos ouriços, observemos agora a importância que é dada pelos camponeses colocados relacionada à limpeza dos castanhais: " [...] eu sou o dono duma colocação, eu que tenho direito de ir lá limpar, pra não deixar o castanhal ficar no mato, né, a castanheira. A castanheira é um ser vivo também, tem que conservar ela, se não, ela não dar mais frutos"[21].

[20] Cf. item 16, p. 88.
[21] Cf. item 16, p. 88.

Os instrumentos básicos necessários para a coleta da castanha são facão (terçado), bota e um cesto conhecido como paneiro ((figura 28). O paneiro é utilizado em praticamente em todas as etapas, na coleta dos ouriços, lavagem das castanhas (sementes) e para o transporte. O paneiro geralmente é produzido artesanalmente pelos próprios moradores com o cipó Ambé *(Philodendron spruceanum)* extraído da própria floresta.



Figura 28: Paneiro utilizado para a coleta de castanha
Fonte: Barbosa, 2016.

Antes do início da coleta da castanha, geralmente o dono da propriedade, realiza uma reunião com todos os camponeses responsáveis pelas colocações, e designa quais os moradores permanecerão responsável pela coleta da castanha.

A maior preocupação está relacionada com a contaminação das sementes por aflatoxina, uma vez que nos meses de dezembro e janeiro os frutos já começam a cair e por ser um período chuvoso, quanto mais rápido acontecer a coleta menores são os índices de contaminação.

A coleta na área de estudo se inicia em dezembro e vai até no mês de maio, podendo se estender até junho dependo do ciclo natural das árvores e do acesso aos castanhais.

Os ventos e as fortes chuvas ao mesmo tempo facilitam a queda dos ouriços, mas também causam uma grande preocupação na realização da coleta. Há riscos de acidentes com a queda dos ouriços e com raios que podem causar danos irreparáveis para os colocados.

Há risco também com animais peçonhentos como cobras, escorpiões, formigas e aranhas também é iminente, pois há um cuidado ao se locomover nas matas para a coleta da castanha.

A figura 29 representa o fluxograma do processo de produção de castanha-do-brasil nas colocações da comunidade do Jutica.

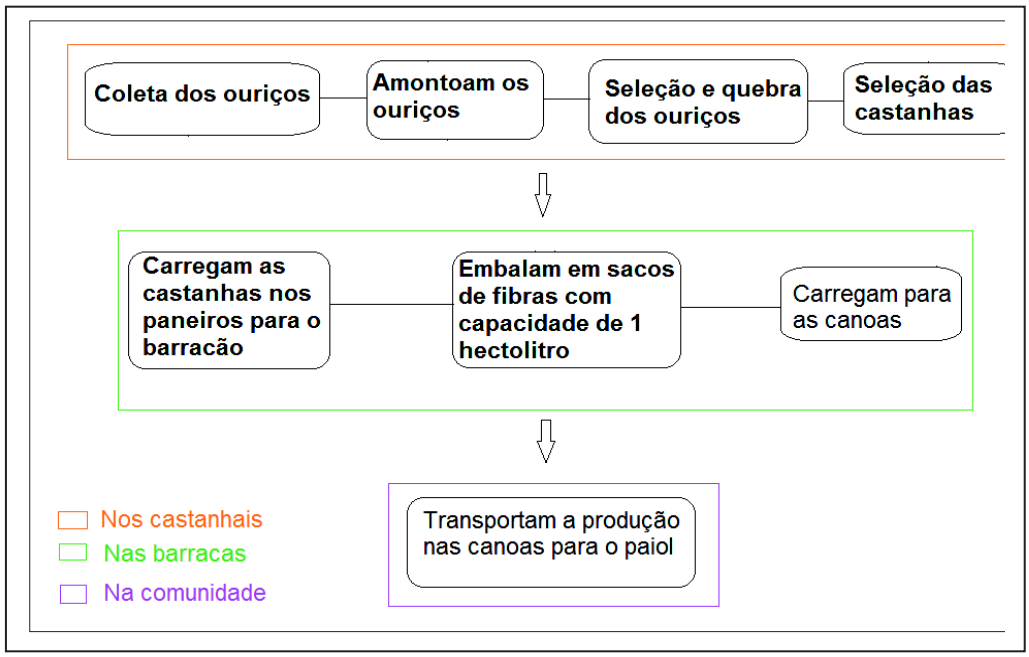


Figura 29: Fluxograma do processo de produção da castanha-do-brasil
Fonte: Observação direta: Barbosa, 2016.

As coletas da castanha são realizadas nas colocações (propriedade privada) e nos castanhais livres (área de uso comum da comunidade) onde se concentram as castanheiras.

Sobre o início da safra Velho (2013, p. 65) destaca:

> A safra da castanha, ocasião em que os ouriços caem no chão, onde serão coletados (oferecendo, por sinal, grande perigo aos apanhadores, dada a altura da queda), vai aproximadamente de dezembro até junho. De dezembro a março, os ouriços caem em maior quantidade, no que denomina castanha de grosso; no resto do tempo, a queda de ouriços é bem menor, castanha de cata. (VELHO, 2013, p. 65).

A coleta (figura 30) consiste de acordo com Coelho et al. (2005) na identificação do indivíduo produtor através do caminhamento pelos piques; os piques constituem num conjunto de trilhas na floresta que interliga as árvores de castanha, cada pique pode apresentar de 5 a 250 castanheiras.



Figura 30: Camponês coletando castanha
Fonte: Marcelo Belém (2016).

Os amontoamentos dos ouriços acontecem geralmente no pé do indivíduo a ser coletado, ao final do dia é realizado a seleção e quebra dos ouriços, levando em média 2 horas em cada árvore (amontoando e quebrando) os ouriços (figura31).



Figura 31: Seleção e quebra dos ouriços (colocação do Limão)
Fonte: Barbosa, 2016.

Quando os amontoamentos dos ouriços acontecem em lugares distantes da árvore da castanheira que estão coletando, eles enchem os paneiros de ouriços e carregam nas costas. Essa etapa requer um maior esforço físico, pois é necessário percorrer distância de dez a vinte minutos com o peso de 30 a 35 quilogramas para um local onde possam fazer a seleção e a quebra dos ouriços.

Dependo do comprometimento, da prática e condições físicas do camponês, ele pode coletar e quebrar até 60 Kg de castanha dia, esse número pode variar de acordo com as distâncias dos piques nos castanhais e a localização da barraca, local de armazenamento da produção nas colocações.

De acordo com seu Marcelo Belém, presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Jutica, 05 (cinco) paneiros de ouriços de castanha são suficiente para 01 (um) paneiro de sementes – um pivide[22] (figura 32).

[22] Um Pivide - no conhecimento popular dos camponeses castanheiros quer dizer: sementes da castanha. Para obter um 1 pivide cheio, ou seja, um paneiro cheio de castanha são necessários 5 paneiros de ouriços, sendo que um 1 pivide representa 1 hectolitro de castanha (Pesquisa de Campo).



Figura 32: castanheiros com o paneiro cheio de sementes de castanha.
Fonte: Marcelo Belém (2016).

Dependendo do tamanho do paneiro, cada paneiro cheio de castanha representa em média duas caixas e meia de castanha, essa medida é igual a um (01) hectolitro. A demora entre a queda e a coleta dos ouriços possibilita ataques de formigas e insetos e a propagação de fungos, pois o fruto fica em contato com o solo e com a água das chuvas, por isso é importante que realize a coleta do ouriço o mais rápido possível para diminuir as porcentagens de contaminação das sementes.

Depois da quebra dos ouriços é feita uma pré-seleção das sementes. Na seleção são descartadas as sementes fungadas ou com sinais de ataque de insetos, principalmente de formigas. Após a seleção das castanhas elas são carregadas nos paneiros para a barracas onde são armazenados em sacos de fibras para serem transportados para o paiol na comunidade ou para um comércio flutuante de atravessador afim realizar a comercialização do produto.

A logística nos castanhais e colocações é caótica. Há grande dificuldade de acessar as áreas produtivas e realizar o transbordo dos produtos. A destreza e habilidade que o camponês adquiriu é que permite deslocar nos trajetos que é realizado a pé, carregando uma grande quantidade de peso nas costas, com os paneiros totalmente cheios, representando o espaço vivo e vivido do camponês.

Esse trajeto corresponde muitas vezes, passar por cima de tronco de árvores, que servem de ponte sobre os igarapés, além de atravessar terrenos de várzea (figura 33) que nesse período estão alagados, até chegar no igarapé principal onde está ancorada a canoa.



Figura 33: Deslocamento em área alagada
Fonte: Marcelo Belém (2016).

A condução na canoa é sempre realizada com a ajuda do parceiro (nome dado ao ajudante do camponês que trabalha na coleta de castanha) este geralmente é sempre um filho ou um parente. Um vai na popa (figura 34- A) pilotando a canoa com o motor rabeta e outro na proa com o remo nas mãos auxiliando as manobras nos igarapés estreitos (figura 34 - B).



Figuras 34: (A e B) – Manuseio da canoa no igarapé
Fonte: Barbosa, 2016.

Em todas as etapas de manejo e exploração dos castanhais, constatamos que estão pautados em conhecimentos tradicionais, esses conhecimentos são repassados de geração para geração por meio da inserção e acompanhamento das crianças e adolescente em praticamente todas as atividades, portanto, adquirem muitas experiências durante todo processo produtivo.

Certo que essa atividade sazonal, contribui com a renda dos moradores, pois praticamente toda produção desse extrativismo está voltado para a comercialização.

CAPÍTULO 3: A COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL EM TEFÉ



Figura 35: Bertolletia excelsa
Fonte: Acervo do autor/2016.

3.1 DO PROCESSO DE SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO NA EXTRAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL

A exploração e comercialização da castanha-do-brasil, como dito anteriormente foi baseada aos moldes do sistema de aviamento[23]. E acredita-se que se intensificou com o declínio da exploração da borracha, pois toda a estrutura utilizada para esse sistema foi transferida para exploração da castanha-do-brasil Emmi (1987); Velho (2013). No sistema de aviamento, estruturado na (figura 36) o último sujeito é o coletor, e o primeiro, a casa de exportação. O credor é chamado 'aviador' e o devedor 'aviado'.

[23] VILHENA (2004) O termo 'aviamento' se refere, na Amazônia, ao sistema econômico que subentende o extrativismo no qual cada componente da cadeia produtiva está ligado ao precedente por uma relação de dependência que se concretiza na reposição de um avanço em produtos manufaturados contra uma certa quantidade de produtos florestais.

Dessa forma Emperaire (1996) afirma que os coletores permanecem endividados e isolados e além disso, essa comunidade é mantida sob dependência estrita do 'patrão', que impõe suas condições de troca e que exerce, além do seu papel econômico, uma autoridade de tutela sobre seus devedores.

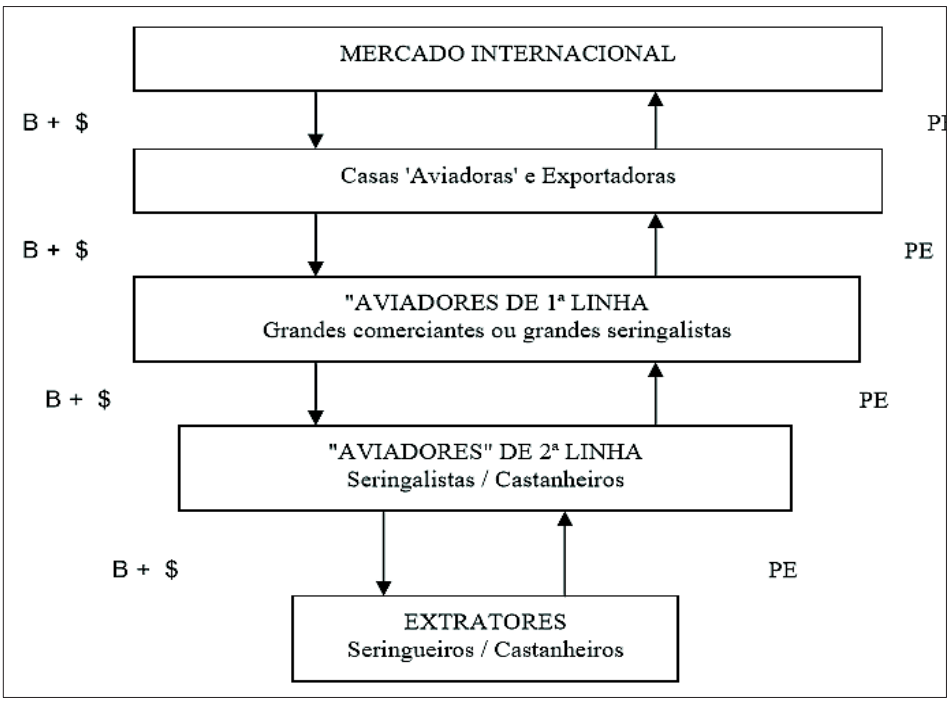


Figura 36: Sistema de aviamento da borracha e da castanha-do-brasil
Legenda: B + $ (Bens de consumo, instrumentos de trabalho) - PE (Produção Extrativa)
Fonte: Rego, 2002 apud Vilhena, 2004.

Vilhena (2004) destaca que nas relações em torno do sistema de aviamento o endividamento é reiterado, acontecendo a subordinação indireta do trabalho pelo capital Vilhena, portanto na exploração da borracha, assim como da castanha acontecia da seguinte maneira:

1. O seringalista adiantava ao seringueiro (extrator direto) os meios de trabalho e os bens necessários à sua subsistência.
2. O seringalista recebia o pagamento em borracha.
3. A borracha era entregue por um preço abaixo do valor, enquanto os bens de subsistência são vendidos por preços acima do valor.
4. O endividamento se repete a cada ciclo da produção, levando o seringueiro a depender cada vez mais trabalho no intuito de livrar-se da dívida, aumentando ainda mais a exploração.

No sistema de aviamento, o capital dominante é o comercial, operado através das 'casas aviadoras' que, financiadas por empresas exportadoras vinculadas diretamente ao

capital internacional, forneciam mercadorias (bens de consumo, instrumentos de trabalho e eventualmente dinheiro) aos seringalistas para serem repassadas aos seringueiros. Portanto, o controle da demanda e do financiamento é do capital internacional, controlador de toda a cadeia produtiva do aviamento com a mediação do capital comercial.

A comercialização da castanha-do-brasil já acontecia desde o início do século XVI de acordo com Vilhena (2004, p. 17).

> Nos fins do século XVI e começo do XVII, já haviam referências a transações com a Europa. Contudo, data de 1818 o início da comercialização, quando não se pagava mais de 80 réis o alqueire (cerca de 20 kg.), chegando, logo depois a 500 réis. Em 1836 já era cotada entre 1 e 3 mil réis o alqueire. Na década de 1960, a produção na Amazônia é superior a 40 mil toneladas, sendo mais da metade (70% em 1961) absorvida pelo comércio exterior (VILHENA, 2004, p. 17).

Velho (2013, p. 77) sobre a produção e comercialização dos castanhais no estado do Pará no início do século XX destaca:

> Um bom castanheiro podia apanhar cerca de 2 hectolitros de castanha por dia. [...] o produto da coleta era transportado a determinados pontos, geralmente no mesmo local do barracão, onde era entregue e medido. A medida era feita em recipientes de volume correspondente a 1 hectolitro. Ocorre oficialmente, no castanhal, de fato o hectolitro deveria corresponder a 1, 08 hl. Fazia-se esse acréscimo de 8%, por conta das perdas prováveis até a entrega em Belém, tendo em vista os transbordos, desgastes, quedas, apodrecimentos etc. Assim, deveria sobrar um pouco da castanha acima do nível do recipiente. Como, no entanto, o cálculo desse acréscimo, a chamada cabeça do hectolitro, era feita pelo olho do encarregado, era fonte inviável de fraudes, praticamente institucionalizada, a cabeça do hectolitro chegando a alcançar até 40% do hectolitro. Havia, ainda, outros recursos, como o desfiguramento dos recipientes. Como regra geral essas fraudes eram aceitas mais ou menos passivamente por medo de represálias. (VELHO, 2013, p. 77-78).

Portanto, comercialização na Amazônia foi baseada aos moldes do capitalismo comercial, os demais sujeitos envolvidos estavam os regatões que tinha em mãos os meios de transportes para escoamento e entrega de bens de consumo que deixavam nas mãos dos patrões (comerciantes locais, proprietários das terras ou arrendatários) que possuem controle ou capital para se apropriarem da produção, às vezes, sem uso do dinheiro como relação monetária e sim atuando com relações de troca.

Sobre o regatão na Amazônia, Pessoa (1977) destaca:

> Até 1890, os meios de transporte na região se restringiam aos regatões e canoas. Os regatões ou atravessadores eram embarcações de três a cinco toneladas, movidas a remo, chamados "vogas", coberto como toldo de palha ou zinco. As vogas eram remos pesados, movidos por homens profissionais chamados remeiros. Os remeiros para movimentarem as vogas ficavam de pé, segurando fortemente o cabo, de costas para a proa do barco, fazendo movimentos rítmicos com o remo. Levava uma embarcação desta, muitos dias para percorrer toda sua área de trabalho. O regatão ou atravessador era o comerciante que fazia o negócio de troca de mercadoria com os produtos dos caboclos do beiradão, pois não corria dinheiro. O regatão levava de tudo. (PESSOA, 1977 apud FHAULHABER 1987, p. 85 e 86).

Os meios de transportes vêm modificando, assim com o incremento da tecnologia vem facilitar os deslocamentos na Amazônia, sendo assim, Paternostro (1945, p. 81) apud Velho (2013, p. 69) ao analisar os meios de transporte utilizado na exploração da castanha no baixo Tocantins a partir da década de 20 destaca: " Os arrendatários e os aviadores utilizam-se dos meios de transporte modernos (O.G.V. : barco a vapor e a motor) para isolar na mata os apanhadores de castanha, extinguiram a especulação da época dos barcos a remo [...]", ainda segundo Velho (2013, p. 67)

> [...] o aparecimento no Tocantins dos motores, embarcações pequenas, com 15 a 20 metros de comprimento e equipadas como motores diesel de 40 e 120 hp. Seu uso vai se tornando mais generalizado a partir de 23, e até hoje são utilizados. Desde então, os batelões vão sendo relegados para o transporte nos igarapés, donde serão desalojados pelos penta, que são canoas com motor de popa. (VELHO, 2013, p. 67).

Em Tefé no início do século XX os regatões passavam por três localidades importantes que se destacavam nas margens do Rio Solimões localizados em pontos estratégicos para comercialização e exploração de recursos naturais, diversos produtos regionais eram comercializados, como: pirarucu, sorva, peles silvestres e castanha-do-brasil que são Caiambé na época comandada pelo coronel Henrique Lima, São João do Catuá de propriedade do senhor Paulo Alves da Fonseca e Jutica comandada por José Alves que atuavam como comerciantes se constituindo com os patrões da região que possuíam relações com os principais regatões que viajavam na região.

Segundo informações a respeito da história comercial de Tefé, fornecidas por agentes locais através de entrevistas, Faulhaber (1987) aponta a seguinte questão:

> A partir do declínio da produção e comercialização da borracha, a agricultura, até então incipiente, passou a despertar interesse à comercialização. Os grupos que controlavam a política e a economia em Tefé, no início da década de quarenta, eram os madeireiros, os seringalistas e os comerciantes. Os comerciantes nucleados em Tefé negociavam os produtos extrativistas e agrícolas da região com grandes casas aviadoras de Manaus, que forneciam produtos manufaturados, como tecidos, pólvoras e medicamentos. As grandes casas aviadoras eram financiadas em Manaus a dinheiro pelo Banco de Londres e forneciam as mercadorias a crédito para as casas comerciais de Tefé, que pagavam em produtos agrícolas e extrativos, sendo o frete (preço do transporte) pago pelas casas aviadoras de Manaus.

E continua....

> Os comerciantes, de origem portuguesa, síria, judia e nordestina, muitas vezes começavam como remadores. " Abriam um pequeno comércio e começavam a vender fiado. Alguns proprietários, que compravam fiado nestas casas, após a acumulação de débitos durante dois ou três anos, eram obrigados a vender a propriedade. A medida que as firmas possuíam propriedades, passavam a aumentar o capital automaticamente" (afirma Protásio Pessoa).
> Estes comerciantes enriqueceram na base da exploração do trabalho caboclo (no dizer de Pessoa), pois negociavam com os regatões, que trocavam os aviamentos por seringa, castanha, sorva, extraídos pelos habitantes dos rios Japurá, Tefé e Solimões. (FAULHABER, 1987. p. 137 – 138).

Após o declínio da borracha, Queiroz (2012) afirma que se deu início a formação e organização comunitária no município de Tefé, esse período (pós-borracha) representou uma diversificação de atividades de agricultura, criação de animais, pesca, sendo que o extrativismo da castanha-do-brasil foi a atividade que sempre ganhou destaque na economia do município conforme destacado abaixo:

> No médio Solimões, mais especificamente em Tefé, o produto de maior destaque desde cedo foi à castanha, fato que ocasionou em delimitações de imensas áreas de terras destinadas a coleta deste produto, os "castanhais", os quais eram arrendados aos grandes comerciantes e entregues aos camponeses-ribeirinhos, sendo os mesmos encarregados de coletar o produto e entregar aos arrendatários, os quais pagavam um baixo valor pelo produto coletado (QUEIROZ, 2012, p. 39).

A formação das comunidades ou de pequenas aglomerações a partir desse período é atrelada as explorações dos castanhais, principalmente porque os arrendatários precisavam de mão-de-obra para o extrativismo, assim, a prefeitura ou o proprietário dos castanhais concediam os arrendamentos aos comerciantes mais influentes do município.

Portanto, conflitos entre os camponeses, proprietários e arrendatários eram constantes, mesmo porque as propriedades dessas terras sempre foram contestadas.

> Em alguns casos essa ocupação ocorre dentro das próprias áreas delimitadas "castanhais", gerando não raras vezes conflitos entre os donos dos castanhais e camponeses- ribeirinhos. Em outros casos é permitida a estadia dos camponeses, a fim de que possam plantar, criar, caçar e pescar. No entanto, a castanha coletada no castanhal deveria ser vendida para o próprio proprietário. (QUEIROZ, 2012, p. 39).

Castriani (2002) apud Queiroz (2012) destaca que o sistema de aviamento na exploração da castanha foi se rompendo devido à ação da igreja Católica, o que incitou forte oposição por parte dos comerciantes e políticos, os quais perderam uma parte considerável de sua influência sobre os camponeses-ribeirinhos, a partir do início da organização comunitária apoiada pela igreja.

Cruz (2007) enfatiza que esses agrupamentos receberam o nome de vilas, principalmente nas várzeas do baixo Solimões e só a partir da década de 60 século XX passaram a serem chamadas de comunidades permanecendo até os dias de hoje.

Apesar de declarada a extinção do sistema de aviamento, ela aparece de maneira camuflada na região, geralmente na produção de juta e malva, de carvão, de farinha de mandioca e exploração de castanha-do-brasil, dentre outros, onde os grandes proprietários de terras ou comerciantes são os grandes beneficiados.

Sobre essa questão Vilhena (2004) destaca que as práticas baseadas no escambo e no aviamento, apesar de ainda persistirem em algumas regiões da Amazônia, estão superados historicamente.

Da herança desse sistema, ficou o patronado ainda resiste na região. Faulhaber (1987), destaca que após o arrendamento de um castanhal localizado próximo a vila de Alvarães pela família Mota, os Miranhas[24] viram-se submetidos aos comerciantes locais, conforme depoimento abaixo:

> Estes utilizavam-se como em quase toda a Amazônia, do "livro de saldos" no qual é anotada a dívida ou o crédito de cada "freguês. Antes da instalação do Banco do Brasil em Tefé, as transações eram efetuadas sem dinheiro, embora fossem operadas conforme cálculo monetário. Como os comerciantes dispunham de grande margem de manipulação sobre o preço das mercadorias que forneciam aos "fregueses" estes últimos viviam em

[24] Povos indígenas.

> estado de permanente endividamento em relação aos comerciantes, a eles sendo submetidos e forçados a entregar-lhes toda produção. (FAULHABER, 1987. p. 97).

A comercialização entre o castanhedário[25] e o atravessador era realizado com alguns critérios, segundo Cunha (2008. p. 78).

> O controle de qualidade exercido pelo exportador até podia se legal, mas de fato imoral. No ato do recebimento, um inspetor qualificado, retirava aleatoriamente do montante entregue, cem amêndoas, e cortava com o facão todas elas, a quantidade estragada ou chocha encontrada, determinava o percentual a ser suprimindo no preço total do produto. Exemplo, se o corte detectasse vinte amêndoas defeituosas, o preço final seria pago vinte pontos percentuais a menos sobre o todo o lote (CUNHA, 2008, p. 78.).

Cunha (2008) esclarece ainda como eram feitas as vendas das sementes, assim como as medidas e valores estabelecido para comercialização da castanha-do-brasil no município de Tefé.

> De forma nenhuma, esse método promovia uma amostragem justa, um hectolitro equivale à décima parte de um metro cúbico, ou seja, cem litros. Um litro de castanha contém em média sessenta amêndoas, numa operação matemática simples vamos encontrar, (6000) seis mil delas em cada hectolitro, vejam a malícia do comerciante receptor, a parte inspecionada equivale a 1,6 ponto percentual um assalto legalizado, há muito tempo, a ABNT recomenda treze partes de um lote para poder considerá-lo inspecionado. O hectolitro nada mais é, que um cubo irregular, geralmente construído de madeira, com as seguintes medidas: altura 40 cm, largura e comprimento 50 cm. Além do draconiano corte, a parte superior do cubo era acrescida de cinco a seis centímetros para compensar as amêndoas descartadas na catação, justificavam eles. (CUNHA, 2008. p. 77).

Nos relatos de Cunha (2008) observa-se que os castanhedários tinham prejuízos na hora da comercialização com o exportador, consequentemente o valor pago ao camponês que é o principal extrator era influenciado diretamente.

Podemos observar que o processo de apropriação e dominação dos recursos naturais pelos capitalistas continuam, praticamente sob os mesmos mecanismos, por isso tento aqui demostrar a partir da leitura que faço sobre o processo de subordinação e monopolização do território pelo capital pela comercialização da castanha-do-brasil nas comunidades estudas.

---

[25] Castanhedário o proprietário dos castanhais, como se fosse o seringalista, dono do seringal ou a estes arrendados. Cunha (2008).

3.2 A COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL: DO INTERMEDIÁRIO AO BENEFICIADOR

O processo de subordinação do trabalho no extrativismo da castanha se inicia a partir da propriedade ou do mecanismo de controle sobre ela, nas áreas onde se tem a propriedade definida, portanto, terras privadas, o proprietário age como castanhedário, a produção tem destino certo, o barracão do proprietário.

Como destacado nesse trabalho, o camponês ao ser designado pelo proprietário com dono da colocação, fica subordinado a este e o resultado do seu trabalho é apropriado pelo proprietário.

O camponês mesmo não sendo o proprietário da terra detém a autorização para a realização da atividade extrativista sobre ela, se tornando o dono (WOORTMAM, 1990) passando ter certa autonomia (a terra, a força de trabalho e outros meios de produção), atuando de maneira autônoma no processo produtivo.

Dessa forma o colocado encontra-se inserido em todo processo produtivo, nas atividades pré-extração (limpeza dos igarapés, renovação da barraca), extração (limpeza os piques, dos castanhais, da coleta, da quebra, da seleção das sementes) e pós-extração transporte e comercialização).

O camponês aparece como sendo a personificação da forma de produção simples de mercadorias, essa proposta é apresentada Santos (1978), sendo assim, esse sujeito é o próprio produtor e vendedor de seus produtos, sendo que a venda da castanha tem destino direcionado.

Neste sentido, o camponês combina duas atividades intrínsecas ao seu modo de vida, a produção de meios de vida e produção de mercadorias como estratégia de existência e permanência da região.

De acordo com Santos (1978) a produção dos meios de vida está associada diretamente ao território camponês e as combinações de atividades praticadas na área que está inserido. Portanto, as atividades básicas como o extrativismo animal e vegetal e a agricultura que acontece nos variados ecossistemas que garante uma produção de variados produtos para sua subsistência, sendo que se coloca sempre produtos resultado do seu trabalho no mercado, para a comercialização.

A renda dos colocados na extração da castanha está relacionada a quantidade de produtos que conseguem coletar nos castanhais e comercializar. O proprietário apropria-se do

trabalho e da produção da castanha gerada pelos camponeses por meio de uma empresa sediada na própria comunidade.

A história da empresa se confunde com a própria história da comunidade, pois os proprietários já comercializam produtos extrativos a mais de um século atravessando gerações.

Durante pesquisa de campo observou-se nos diálogos entre os comunitários a utilização do termo barracão, muito presente, não só entre os mais antigos moradores, mas também entre os jovens e crianças.

Assim como acontecia no período da borracha, a castanha-do-brasil depois de coletada é levada para o barracão, que fica na sede da comunidade do Jutica. Lembrando que o barracão no período da borracha representava a sede administrativa e comercial do seringal de propriedade do seringalista, o patrão, o coronel de barranco, que, também, ali morava.

A comercialização da castanha-do-brasil na comunidade do Jutica, acontece por meio de uma empresa está sendo administrada por um dos herdeiros da propriedade[26].

A empresa possui um paiol para armazenamento da castanha, mais três armazéns flutuantes (figura 37) localizado no Rio Solimões na foz do igarapé do Jutica que são utilizados para transbordo de castanha, empacotamento e beneficiamento de farinha.



Figura 37: Flutuantes utilizados para comercialização e armazenamento de castanha-do-brasil.
Fonte: Barbosa (2016).

[26] Pesquisa de campo (2016). Não foi possível realizar entrevista com o proprietário do Jutica, as informações contidas neste trabalho foram obtidas por fontes secundárias e primárias (com encarregado de realizar a compra de farinha e castanha na comunidade).

Por meio da entrevista de campo, verificou-se que o valor pago aos colocados pela castanha varia muito. Essa variação segundo os colocados é definida pelo gerente da empresa que compra e comercializa castanha e farinha de mandioca.

O gerente atual é um próprio morador da comunidade, sua figura é muito importante, pois ele consegue a confiança dos colocados e ao mesmo tempo defende os interesses do proprietário.

Para melhor entendimento sobre a comercialização da castanha-do-brasil foram realizadas pesquisa de campo nas comunidades de Caiambé que fica 1 hora de distância a montante e Bonfim 30 minutos a jusante da comunidade do Jutica, ambas no Rio Solimões que se destacam na produção e comercialização de castanha.

Nosso principal objetivo foi realizar um levantamento sobre a origem, quantidade e o preço comercializado com os camponeses, portanto analisar de acordo com Cruz (2007) observa no interior do sistema capitalista no campo, e para compreensão, faz-se necessário não apenas destacar o processo de subordinação camponesa pelo capital, mas também dar ênfase ao processo de monopolização do território pelo capital.

Para Cruz (2007) ao analisar os camponeses-ribeirinho amazônico, destaca que:

> O capital contraditoriamente monopoliza o território sem, contudo, territorializar-se. Isto significa que o capitalismo se expande de forma contraditória, todavia o camponês permanece como principal sujeito da produção, como próprio enfatiza, não expropria os camponeses, porém, os transforma e efetua a metamorfose da renda da terra em capital. (CRUZ, 2007, p. 3).

Dessa forma, a exploração e comercialização da castanha-do-brasil ocorre de diferentes maneiras, com um certo grau de autonomia, mesmo que se inscreva numa situação trágica. Trágica no sentido de que a recusa da relação pode significar a revolta ou a morte para uma das partes, revolta principalmente por parte dos camponeses que geralmente repassam sua produção sem a necessária valorização, como apontada por Paulino (2006) sem o valor de trabalho nele contido.

Queiroz (2012) destaca a importância dos camponeses que estão inseridos diretamente nesse processo produtivo, como podemos ver a seguir:

> Os camponeses são inseridos no processo como parte integrante. A eles é designada a responsabilidade de prover o mercado com os produtos in natura. Dessa forma, o capital tem a possibilidade de inferir valor à produção

> camponesa, extraindo assim, uma parcela significativa da renda da terra gerada pelo trabalho. (QUEIROZ, 2012, p. 106).

Oliveira (1987, p. 13) destaca que " Estamos, pois, diante do processo de sujeição do campesinato ao capital, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se der a expropriação de seus instrumentos de produção".

Nos quadros (04 e 05) demonstram a estrutura da comercialização da castanha na área de estudo.

Quadro 4: Comercialização da castanha-do-brasil pelos principais comerciantes – 2016.

COMUNIDADES PRODUTORAS	CAMPONESES ARREGIMENTADOS	Nº. COMERCIANTES PRINCIPAIS	R$ - SAFRA CAIXA DE CASTANHA	
			INICIO	FIM
CAIAMBÉ E LAGO DO CAIAMBÉ	4	2	70,00	100,00
GENIPAUA	4			
PORTO PRAIA	4			
LAGO DO CATUÁ	4			
BONFIM	2		45,00	90,00
PORTO NAZARÉ	2			
SÃO RAIMUNDO	2			
MARAJÓ	4		45,00	80,00
MAMURIÁ	2		55,00	100,00
MIRINI	2			
BONFIM	2			
SÃO VICENTE	2			
BELA CONQUISTA	2			
SANTA LUZIA DO BÓIA	2			
*12 COLOCAÇÕES DO JUTICA	1		60,00	110,00

Fonte: Pesquisa de campo/2016.

Quadro 5: Quantidade de castanha-do-brasil comercializada na área estudada. Levando em conta que cada hectolitro de castanha possui em média 55 Kg[27].

Principais comerciantes	Quantidade (hectolitros)	Caixa	*Castanha com casca (t.)
Caiambé	3.600	9.000	198,6
Jutica	1.600	4.000	88,0
Total	5.200	13.000	275,4

Fonte: Pesquisa de campo/2016.

[27] Segundo Velho (2013, p. 77) um hectolitro de castanha possui de 50 a 60 Kg.

Para Paulino (2006, 124) “as empresas travam entre si uma luta ferrenha para a demarcação dos respectivos limites de atuação. Entretanto, como em qualquer situação em que está em jogo o controle sobre o território”. Esse controle do território é caracterizado pela monopolização do território pelo capital, na região estudada foram identificados dois principais comerciantes que atuam na comercialização da castanha e da farinha de mandioca, cada um possuem estratégias distintas, a primeira, passa pela subordinação dos camponeses mediante a posse da propriedade com já destacado anteriormente, e a segunda pela arregimentação de camponeses, ambos atuando com agentes do capital.

A única comunidade que não sofre interferência de outros compradores é a comunidade do Jutica, pela estrutura que persiste no processo de apropriação dos recursos naturais. Mas a empresa do Jutica compra castanhas de outras comunidades produtoras, por meio da arregimentação de camponeses, então, ela influencia diretamente na comercialização da castanha na região.

Nas demais comunidades a comercialização em torno da castanha possui uma estrutura bem diferente, mas definida. As relações giram em torno do modelo da figura do patrão e camponês, em que, as relações podem acontecer sem o uso de dinheiro e sim com relações de troca, como podemos observar na fala de um camponês arregimentado, “[....] alguém que tá devendo aqui, vem deixa a castanha e desconta, mas às vezes, nem vem deixar, vende pra outro[...]”. [28].

O termo arregimentar segundo o dicionário Aurélio (2011) que dizer reunir, associar, em partido, sociedade ou bando. Portanto, na comercialização da castanha e da farinha de mandioca, devido as distância e dificuldade de acesso entre as comunidades os comerciantes arregimentam camponeses na própria comunidade para facilitar a compra.

O morador arregimentado recebe a denominação de patrão, indicando uma intermediação de clientela estabelecidas entre os camponeses e os comerciantes. Os camponeses que já possuem um comércio de estiva em sua residência ou em flutuante são os preferidos entre os comerciantes principais, mas não é uma regra, podendo qualquer camponês se submeter a esse processo.

O processo de arregimentação se inicia com um acordo feito entre o comerciante e o camponês, na prática, o comerciante comprador de castanha deixa uma certa quantidade de dinheiro para o camponês, que compra castanha na comunidade. Ele troca a castanha por outros produtos ou paga em espécie de acordo com as necessidades do camponês.

---

[28] Camponês arregimentado comprador de Castanha, dono de flutuante – Comunidade de Caiambé em 12/03/2016

Geralmente, o comerciante vai à comunidade uma vez por semana ou a cada 15 dias verificar a quantidade de castanha comprada e deixar mais dinheiro, a renda do camponês arregimentado é um valor adicionado em cima do valor pago na caixa de castanha. Exemplo, se ele pagou R$ 60,00 ganha R$ 5,00 em cada caixa comprada.

O transporte da castanha é realizado só no final da safra, pois os comerciantes aproveitam para transportar de uma só vez toda castanha comprada das comunidades produtoras.

Os camponeses arregimentados são disputados entre os comerciantes, mas dificilmente mudam para outro, como observa-se na fala de um camponês arregimentado da comunidade do Bonfim, " [...] já recebi proposta para trabalhar com outro, mas eu já trabalho há 8 anos com esse aí, então, tá bom pra mim, nunca deu problema, não ganho muito, mas também não perco[...]".

Para o camponês arregimentado adicionar mais essa atividade se torna vantajoso, pois esse trabalho não interfere as outras que desempenha, como a roça, pesca, extrativismo, criações de alguns animais, etc., portanto, essa comercialização acontece no final de tarde ou ainda nos finais de semana.

Os comerciantes arregimentam mais de um morador por comunidade, o que pode gerar disputa entre eles por aquisição do produto. Mas, cada um, possui sua clientela definida entre os moradores, atrelada principalmente ao grau de parentesco entre eles e a articulação entre os sujeitos envolvidos.

Os camponeses arregimentados podem influenciar diretamente e são importantes tanto para os camponeses quanto para os comerciantes, pois fazem o papel de integrador entre a produção e comercialização, sendo assim, a capacidade de negociar pequenas coisas em benefícios dos camponeses, sem que haja prejuízos para aos comerciantes que representam, pode ser decisiva em algumas situações.

Na prática desencadeia uma espécie de reconhecimento por parte dos produtores, a qual se metamorfoseia em verdadeira fidelidade, não aos comerciantes, mas a estes camponeses arregimentados.

O fator que determina diretamente na comercialização é o valor pago pela caixa de castanha (20 litros) como podemos observar nas palavras de um camponês da comunidade do Marajó *"*[...] se tiver o preço bom, tem castanha, porque tem muita castanha, agora se o preço está lá em baixo, não incentiva ninguém tá no mato ajuntando [...] ".

Ainda sobre a quadro 04 a oscilação do preço referente ao valor pago no início ao final da safra, correspondeu de R$ 45,00 a R$ 110,00. O camponês pela sua autonomia no processo

de produção, em face a variação do preço do produto não comercializa a castanha coletada imediatamente, geralmente ele espera uma elevação do preço, dada em relação a demanda e disputa pela aquisição da produção pelos principais compradores.

Essa variação no preço pode ser explicada pela oferta e demanda. Entende-se por oferta a quantidade de um produto ou serviço disponível para compra, e demanda, por sua vez, é a quantidade de produtos ou serviços que os consumidores estão dispostos a comprar.

Nesse caso, quando a demanda é maior do que a oferta, os preços dos produtos tendem a subir, já que os consumidores se dispõem a pagar mais para obter um determinado item. Por outro lado, quando a oferta é maior do que a demanda, os preços tendem a cair.

Nos últimos anos houve uma maior demanda pela castanha-do-brasil e a oferta brasileira sofreu uma pequena variação, como já destacado anteriormente, principalmente pela crescente aquisição por outras regiões do Brasil, conforme Vilhena (2004) a respeito de uma indústria de beneficiamento de castanha no estado do Pará.

> A empresa Benedito Mutran & Cia Ltda, monopolista há 36 anos do mercado de Castanha-do-Brasil na Amazônia brasileira. Essa empresa exportou cerca de 2,5 mil toneladas de pimenta-do-reino (atividade iniciada em três anos) e em 2001, exportou em torno de 7 mil toneladas de Castanha-do-Brasil, sendo o faturamento bruto da empresa em 2000, de US$ 11 milhões. Nos últimos anos, a empresa vem se dedicando a ocupar o mercado interno, buscando ocupar as grandes redes de varejo e atacado, com a venda de amêndoas descascadas e embaladas no mesmo padrão de qualidade do produto exportado. (VILHENA, 2004, p. 73).

Essa estrutura de comercialização da castanha-do-brasil baseada monopolização, através do controle de preços estabelecidos nos períodos de safra da castanha-do-brasil, e na manutenção quase que patronal - sistema de intermediação - que ainda vigora no financiamento das safras de castanha em diversos estados (VILHENA, 2004).

Apesar a existência da política de preço mínimo dos produtos extrativos não se sabe a real efetivação dessa proposta no jogo de relação entre os sujeitos envolvidos na cadeia produtiva da castanha na região.

Portanto, a extração da castanha-do-brasil acontece mediante o trabalho de coleta e a comercialização, por meio de moradores arregimentados a um comerciante intermediário que é um simples atravessador ou um beneficiador de produtos. Esses produtos são apropriados pelas indústrias de beneficiamento e vendidas (in natura) castanha com casca ou a semente, amêndoa sem casca.

Essa característica na extração e comercialização que persiste na região amazônica integrada ao processo produtivo de produtos extrativos nos permite traçar os possíveis cenários (Quadro 6).

Quadro 6: Possíveis desfeixos entre os sujeitos envolvidos na produção e comercialização da castanha-do-brasil.

Matéria-prima		Situação	Provável Resultado para os camponeses
Maior oferta	Cai o preço	Uma parte da renda presente na produção camponesa vai para os industriais que a metamorfoseia em capital, produzindo e aumentando assim a taxa de lucro (mais-valia).	A renda dos camponeses diminui.
Maior demanda	Aumenta o preço	A taxa de lucro dos industriais pode ser mantida com o aumento proporcional do preço do produto final	O campesinato fica com uma parte da riqueza social produzida no interior da sociedade capitalista, aumentando a renda da terra.
Estabilização na oferta e maior demanda	Aumenta o preço	Os capitalistas aumentam a taxa de lucro oriunda da atividade industrial.	Os camponeses podem receber pelas matérias-primas o equivalente ao valor do trabalho contido nestas, ou seja, eles ficam com parte da renda produzida diretamente.
Menor oferta e menor demanda	Cai o preço do produto final	Para permanecer no ramo, os capitalistas manterão sua taxa de lucro pagando menos pela produção camponesa.	Ao entregar barato o produto de seu trabalho, seja vendendo diretamente aos consumidores, seja repassando-o aos capitalistas, o camponês estará doando à sociedade como um todo, parte de seu trabalho, transferido sob forma de renda da terra, portanto vai haver uma diminuição da renda camponesa.

Fonte: Elaboração Barbosa (2017) adaptado de Paulino (2006).

Ainda sobre a monopolização do território pelo capital na região estudada foram identificados dois principais comerciantes que atuam na comercialização da castanha-do-brasil.

Um atua como intermediário, comprando castanha por meio da arregimentação de moradores em diversas comunidades, vendendo (in natura) para outras indústrias de beneficiamento de castanha, e tem vendido para o estado do Pará.

E o segundo, é o proprietário das colocações, esse compra toda produção dos camponeses colocados da comunidade do Jutica, além de arregimentar camponeses de outras comunidades para aumentar a produção, esse já beneficiou a castanha na usina do município de Amaturá. Em 2015 beneficiou no município de Beruri e em 2017 pretende-se beneficiar a castanha no próprio município de Tefé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo buscou-se compreender como ocorre o processo de extração e comercialização da castanha-do-brasil ***(Bertolletia excelsa* H.B.K*)*** no município de Tefé – Médio Solimões (AM) nas comunidades do Jutica e Marajó, mediante o processo produção e reprodução do capital, já que o município de Tefé aparece como 8º produtor de castanha do estado do Amazonas.

Analisando os dados do IBGE dos últimos cinco anos, Tefé produziu uma média anual de aproximadamente 750 t. (setecentos e cinquenta toneladas). Não resta dúvida que o extrativismo da castanha-do-brasil na região tem sua importância para as populações locais, pois ela aparece principalmente como estratégia de existência e permanência do homem no campo, apesar de ser um produto sazonal.

Mas o modelo que vem persistindo nessa atividade há mais de um século, por toda Amazônia aos moldes de uma comercialização de origem mercantilista, em que as comunidades entregam o produto sempre *in natura*, sem sua valorização devida, não tem dado garantias eficazes para o desenvolvimento das comunidades, continuando o processo de apropriação e exploração do território pelo capital.

Nesse contexto, diversas estratégias são utilizadas pelo capital para se apropriarem da produção de castanha-do-brasil. Nas comunidades estudadas aparecem com características bem distintas: Na comunidade do Jutica aparece como propriedade privada, e sua exploração passa pelo processo de subordinação apoiada pelo controle ou propriedade da terra.

Na comunidade do Jutica o território de exploração da castanha é de propriedade privada, nesse caso, o proprietário possui 12 colocações (são áreas de maiores concentrações de castanheiras denominados de castanhais), geralmente o proprietário designa o chefe da unidade familiar a tomar conta de uma colocação, em uma relação de pertencimento como a colocação o morador se diz dono, e com ajuda da família desempenham a exploração de maneira autônoma, muitos deles, são colocados há mais de 30 anos e adquiriam o direito de uso fruto por meio de seus pais que indicaram a serem os novos colocados, essa é uma lei comunitária nas palavras de um colocado.

Na comunidade do Marajó o território de extração da castanha-do-brasil aparece como área de uso comum de acesso livre aos moradores, qualquer morador pode coletar os ouriços, essa é uma característica da extração realizada pelos moradores da comunidade do Marajó, no entanto, por meio do processo de comercialização na área de estudo, os capitalistas se apropriam da produção por meio da arregimentação de próprios dos moradores.

Denominamos de colocados os sujeitos que coletam da castanha que estão diretamente atrelados ao proprietário dos castanhais, eles combinam várias atividades para a manutenção da unidade doméstica familiar, e não são povos indígenas, estes, podem ser de fato, reconhecidos como castanheiro, pois conseguiram o direito de uso fruto da colocação que está sendo repassados de pai para filho, de geração para geração e permanecem até os dias de hoje. Os coletores que trabalham em áreas de uso comum, de livre acesso aos comunitários, como castanheiro, pois as relações são bem mais espontâneas para a prática de coleta.

Nos dois casos, todo processo produtivo da exploração da castanha está baseado na unidade doméstica familiar, portanto a força de trabalho familiar está inserida em todo processo de produção. Essas famílias são na maioria classificadas como nuclear, são compostas pelo pai, mãe e filhos e famílias extensas, que agregam em uma única casa, primos, genros, noras, netos, etc.

No entanto, as relações de campesinato continuam, pois este extrativismo de coleta está associado à combinação de atividades, dentre as quais, podemos destacar: à agricultura de corte e queima principalmente na produção da farinha de mandioca, a pesca de peixe liso, a criação de animais, com a finalidade de consumo e sustento da própria família, e seu excedente direcionado para a comercialização, sendo que controle do território é exercido por meio da monopolização do capital, que tem se apropriado da produção do território.

Todos os coletores de castanha têm grande conhecimentos dos ecossistemas. As técnicas de exploração dos castanhais utilizadas podem ser consideradas tradicionais, pois os equipamentos são os mesmos há décadas, muitos deles são fabricados pelos próprios, como o paneiros de coleta, as canoas e os remos utilizados nos transportes, além da utilização do terçado (Facão) necessário para iça e quebrar os ouriços, auxiliando nas práticas de limpeza dos castanhais.

Durante a coleta, limpeza, armazenamento e transporte, não foram observadas nenhuma estratégia de manejo que pudesse diminuir o risco de contaminação da castanha por aflatoxina.

Na região foram identificados dois grandes comerciantes que compram e comercializam castanha, um atua como intermediário, comprando castanha por meio da arregimentação de camponeses em diversas comunidades, vendendo (in natura) para outras indústrias de beneficiamento de castanha, e tem vendido para uma usina de beneficiamento sediada no estado do Pará.

E o segundo, é o proprietário das colocações, esse compra toda produção dos camponeses colocados da comunidade do Jutica, além de arregimentar moradores de outras

comunidades para aumentar a produção, esse já beneficiou a castanha na usina do município de Amaturá. Em 2015 beneficiou no município de Beruri e em 2017 pretende-se beneficiar a castanha no próprio município de Tefé. Sua produção tem sido direcionada para as principais redes de supermercados de Manaus, e para a região sudeste do país.

Estudos realizados em 2012 pelo IDAM e GIZ apontaram o município de Tefé com condições suficiente de ser um polo de beneficiamento de castanha-do-brasil, dada a sua produtividade e localização no rio Solimões, pois a única calha de rio no Amazonas que não tem castanha é a calha do Rio Juruá, podendo adquirir castanha em municípios próximos. O custo para instalação dessa indústria seria de R$ 2,6 milhões, sendo R$ 1,2 milhões para construção do galpão e mais R$1,4 milhões para compra de equipamento.

A perspectiva é que em 2017 seja o primeiro ano de beneficiamento de castanha-do-brasil no próprio município, mas, não sabemos quais as reais vantagens que os coletores de castanha vão possuir por meio dessa indústria, uma vez que ela é da iniciativa privada. O certo que essa empresa tem se apoiado em um modelo mercantilista baseada na propriedade da terra por meio de dominação e subordinação exercido sob uma fração do território.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003.

ALMEIDA, M. A. Apresentação: In: EMPERAIRE, L (org). **A floresta em Jogo:** O extrativismo na Amazônia Central. São Paulo: UNESP. 2000.

ALVES, N. M. S. **Castanha do Brasil: da floresta à Mesa**. Macapá. OCB/AP. Embrapa Amapá. 2007.

ALVES, Z. C. **Entrevista concedida ao autor no dia 26/10/2016 em Comunidade do Jutica,** Tefé, 2016.

AMAZONAS, G.E. **Cadeia produtiva da castanha-do-Brasil no estado do Amazonas** / Mário Menezes, Marcos Roberto Pinheiro, Ana Cíntia Guazzell e Fábio Martins. - Manaus: SDS, 2005.

ANDRADE, O.S. **Presidente do SINDPESCA (Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Município de Tefé) –** entrevista em 25/03/2017. Tefé, 2017.

ARRUDA, A.C. **Rede de Inovação de dermocosméticos na Amazônia**: O uso sustentável de sua biodiversidade com enfoque para as cadeias produtivas da castanha-do-pará e dos óleos de andiroba e copaíba. In: Parc. Estrat. Brasília-DF. . v.14. n29.p. 145 – 172. 2009.

ARRUDA. R.S.V. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, p. 273-290, 2000.

BATISTA, J. A. **Entrevista concedida ao autor no dia 15/03/2016 em comunidade do Jutica**, Tefé, 2016.

BELÉM, M. I. **Entrevista concedida ao autor no dia 25/10/2016 em Comunidade do Jutica**, Tefé, 2016.

BECKER, B. K. **A Floresta e a Cidade.** 1- Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BENTES, E. S. **Extrativismo da Castanha-do-brasil (Bertholletia excelsa Hubl.) na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus**. Dissertação de Mestrado (Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, 2007.

BEZERRA, V.S. **Produtos e subprodutos da castanha-do-brasil no estado do Amapá**. Macapá: Embrapa Amapá, 2001.

BRASIL, **Portaria do IBAMA nº 48 de julho de 1995**, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, disponível em < http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/bra12766.pdf> acessado em 28/06/2016.

BRASIL, **Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio**. Disponível em < http://aliceweb.mdic.gov.br/faq > acessado em 06/06/2016.

BRASIL, **Ministério de Meio Ambiente**. Disponível em < http://www.mma.gov.br > acessado em 11/01/2017.

BRASIL, **Portaria nº 2570 do IBDF, 28 de fevereiro de 1967**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0289.htm> acessado em 10/12/2015.

BRUNO, E. M. **Entrevista concedida ao autor no dia 26/10/2016 em Comunidade de Marajó**, Tefé, 2016.

BRUNO, O.C. **Entrevista concedida ao autor no dia 26/10/2016 em Comunidade de Marajó**, Tefé, 2016.

BRUNO, J. D. **Entrevista concedida ao autor no dia 15/03/2016 em Comunidade de Marajó**, Tefé, 2016.

CABROLIÊ, A. **Tefé:** e a cultura amazônica. Impressão: Carimbo chave Ltda- São Paulo.1996.

CARVALHO JÚNIOR, L. C. **A noção de filière: um instrumento para a análise das estratégias das empresas**. Textos de Economia, Florianópolis - SC, v. 6, n. 1, p. 109-116, 1995.

CAMPOS, N. J. **Terras de uso comum no Brasil.** São Paulo, FFLCH/USP tese de doutorado. 2000.

COELHO, M. F. B. SANTOS, G.M. dos; ALVES, H.S.; TANNURI, A. M., VELASCO, L.N.; SONOHATA, M.M., PERES, J.M. de S. PEIXOTO, F. B.; MUNIZ, C. A. S. **Programa Integrado da Castanha (PIC):** Coleta e Comercialização da Castanha-do-Brasil pelos Rikbaktasa e Zoró. Cuiabá-MT: FAME/UFMT, junho de 2005.

CUNHA, J. **Jutica, o Brilho da Terra**, Manaus1° Ed.Gráfica e Editora Silva Ltda., 2008.

CRUZ, M. J. M. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. São Paulo: USP, 2007. Tese, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, 2007.

DIEGUES, A. C. *O* **mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP/Hucitec, 2008.

ENRÍQUEZ. G.E.V. **Desafios da Sustentabilidade da Amazônia:** Biodiversidade, cadeias, produtivas, e comunidades extrativas intergradas. Tese de Doutorado, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasilia, Brasilia, 2008.

EMMI, M. F. **A Oligarquia do Tocantins e os domínios dos castanhais**. – Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA, 1987.

FAULHABER, P. **O navio encantado; etnia e alianças em Tefé**. Belém, Museu Paraense Emílio Goldi, 1987.

_____, **Entrosando: Questões indígenas em Tefé**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

FARIA, I. F. **Território e Territorialidade Indígenas do Alto Rio Negro**/ Ivani Ferreira de Faria. Manaus. Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

_____, **Ecoturismo indígena:** território, sustentabilidade, multiculturalismo. /Ivani Ferreira de Faria. –São Paulo: Annablume, 2012.

_____, **Gestão do Conhecimento e território indígena:** por uma geografia participante. Ivani Ferreira de Faria. – Manaus: Rego Edições, 2015.

_____, **Entrevista concedida ao autor no dia 15/03/2017,** ICHL, UFAM. Manaus, 2017.

FERNANDES, B.M. Entrando nos territórios do território, In: Eliane Tomasi Paulino, João Edmilson Fabrini (organizadores) **Campesinato e territórios em disputa**, p. /1º ed. São Paulo, UNESP, 2008.

FILOCREÃO, A.S.M**. Agroextrativismo e Capitalismo na Amazônia:** as transformações recentes no agroextrativismo do Sul do Amapá. Belém, 2005.

_____, A. D. M. **A castanha do Pará no desenvolvimento sustentável da Amazônia**. In: Seminário Internacional – Amazônia e Fronteira do Conhecimento. Universidade Federal do Pará. NAEA – Núcleo de Estudos Amazônicos – 35 anos, Belém, 2008.

FREITAS, M.C. S. **Os Amazônidas Contam Sua História:** Território, Povos e Populações. In: Amazônia: território, povos tradicionais e ambiente/Elenise Scherer, José Aldemir de Oliveira (Org). – Manaus: Editora Universidade Federal do Amazonas, 2009.

GARCIA. J. A: **Terras de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, C. B. **Entrevista concedida ao autor no dia 25/10/2016 em Comunidade do Jutica**, Tefé, 2016.

GIZ. **Diagnóstico do Potencial de produção de Castanha do Brasil no município de Tefé para Instalação de uma usina de beneficiamento**, Tefé, 2012. < disponível em: http://slideplayer.com.br/slide/9536069/ > acessado em: 13/02/2016.

GONÇALVES, C.W.P. **Amazônia, Amazônia**. 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

HARRIS, M. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo:. In: Adams, Cristina et al. AL. **Sociedades cablocas amazônicas:** modernidade e invisibilidade. São Paulo: annablume, 2006.

HOMMA, A.K.O. **A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia:** Uma interpretação teórica. Belém: Embrapa – CPATU. 1990.

_____. **Extrativismo vegetal na Amazônia:** limites e oportunidades. Brasilia: EMBRAPA – SPI, 1993.

_____. **História da Agricultura na Amazônia:** da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Brasilia: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

HOMMA, MENEZES, A. J. E. A. **Avaliação de uma indústria beneficiadora de castanha-do-pará na microrregião de Cametá. PA**. Embrapa Amazônia Oriental, 2008.

_____, **Extrativismo vegetal na Amazônia:** história, ecologia, economia e domesticação. Brasilia, DF: Embrapa, 2014.

IBGE, **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária,** Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 1994-2010. < disponível em: https://www. sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/quadros/brasil/2015> acessado em 05/03/2017

Leff, E. **A complexidade Ambiental: tradução de WOLFF, Eliete**. São Paulo, Cortez, 2003.
_____. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo. 4ª ed. Cortez, 2001.

_____. **Ecologia, capital e cultura:** a territorialização da racionalidade ambiental/ Enrique Leff; tradução do texto da primeira edição de Jorge E. Silva; revisão técnica desta edição de Carlos Walter Porto Gonçalves – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova cultural, os economistas 1982.

LESCURE, J. P. **Algumas questões a respeito do extrativismo.** In: EMPERAIRE, L(org). A floresta em Jogo: O extrativismo na Amazônia Central. São Paulo: UNESP.

LOPES, J. M. M. **Entrevista concedida ao autor no dia 15/03/2016 em Comunidade do Jutica**, Tefé, 2016.

MARINHO, J.L.N. **Seringueiros do Médio Solimões:** fragmentos e memórias de vida e trabalho. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

MARTÍNEZ A.J. **Da economia ao ecologismo popular**. Tradução de Armando de Melo Lisboa. – Blumenau: Ed. da FURB, 1998.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil:** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político, 5ª Edição Editora Vozes tda. Petrópolis, RJ. 1981.

MAUES, M. Reproductive phenology and pollination of the Brazil nut tree (*Bertolletia excelsa Humb. & Bompl. Lecythidaceae*) in Eastern Amazônia. IN: Kevan P & Imperatriz Fonseca VL (eds) **Pollinating Bees** – The Conservantion Link Between Agriculture and Nature – Ministry of Environmente/Brasília, 2002.

MEDEIROS, A.P. **Melhorias das práticas tradicionais de manejo da castanha do Brasil no controle de contaminação por aflatoxina na comunidade do Jutica**- Tefé/Am. TCC – Especialização em Conservação dos Recursos Naturais – UEA/CES, 2007.

MELO, M. B. **Entrevista concedida ao autor no dia 14/03/2016 em Comunidade do Jutica**, Tefé, 2016.

MELLO, N. A. **Políticas territoriais na Amazônia**. – São Paulo: Annablume, 2006.

MÜLLER, C. H, **Castanha –do – Brasil: estudos agronômicos**. Belém, EMBRAPA – CPATU, 1981.

_____, FIGUEIREDO, F. J. C, KATO, A. K, CARVALHO, J. E. U. **A castanha-do-brasil**. EMBRAPA/SPI, Brasília, 1995.

NUGENTE, S. **Utopias e distopias na paisagem social amazônica.** In: Adams, Cristina et al. Sociedade cablocas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, A. E. Ocupação Humana na Amazônia. In SALATI, Eneas[et al.]. Amazônia: **desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense; [Brasília]: Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.

_____, **Amazônia, modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (sec. XVII ao XX).** Boletim do MPEM. Belém, 4(1): 65 a 115, 1998

OLIVEIRA, E. L. **Avaliação da cadeia produtiva da borracha natural em seringais nativos no município de Lábrea**, Estado do Amazonas, Dissertação de Mestrado – Manaus INPA, 2010.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia camponesa.** São Paulo: Brasiliense: Editora UNESP, 2006.

PEREIRA, H.S; LESCURE, J.P, O extrativismo e agricultura: As escolhas de uma população Kokama Médio Solimões**.** Rev. **U.A. Série: Ciências Agrárias,** v. 3, n.1, p. 1-9, jan./fev. 1994. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/32974899> Acessado em: 06/06/2016.

QUEIROZ, S. S. A **pesca e a comercialização dos bagres no médio rio Solimões –Tefé (AM).** Manaus: UFAM, 2012. Dissertação de Mestrado.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RUSSO, C. L. **Entrevista concedida ao autor no dia 15/03/2016 em Comunidade do Jutica**, Tefé, 2016.

SACK, R.D. **Human territoriality:** its theory and history. Cambridge: Cambrige University Press, 1986.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho, Estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** São Paulo, Editora: HUCITEC, 1978.

SANTOS, G. A. C. **Entrevista realizada no dia 25/10/2016 em Comunidade de Bonfim,** Tefé, 2016.

SILVA, A. D. **Geotecnologias e a problemática dos resíduos sólidos urbanos em Tefé, AM.** Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

SIMÃO, F. A. **Entrevista realizada no dia 26/06/2016.** Tefé, 2016.

SIMÕES, A. V. **Impactos de tecnologias alternativas e do manejo da castanha-do-brasil (bertholettia excels, humb. & bong., 1808) no controle da contaminação por aflatoxinas em suas cadeias produtivas. 2004**. Dissertação de (Mestrado em Ciências Agrárias), Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2004.

_____, **Melhorias dos processos de produção e comercialização de óleos vegetais**, S. In.: 2001.

SOUZA, I. F. de. **Cadeia produtiva de castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*) no estado de Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia e Administração – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.

SOUZA, M. L. de. **Estudo de processos tecnológicos para a obtenção de produtos derivados da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa, HBK*).** Dissertação de mestrado em Tecnologia de Alimentos). Universidade do Ceará, Fortaleza 1984.

SHANIN, T. **La Clase incómoda:** Sociologia política del campesinado em uma sociedade em desarrolo (Russia 1910 – 1925). Madri: Aliança Editorial, 1983.

QUEIROZ, M.I.P. **O campesinato brasileiro:** ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis-São Paulo: Vozes-Edusp. Estudos Brasileiros, v.3, 1973.

VELHO, O.G. **Frentes de expanção e estrutura agrária:** estudo do processo numa área da Transamazônica. 3ª ed. – Manaus: UEA edições, 2013.

VILHENA, M. R. **Ciência, tecnologia e desenvolvimento na economia da castanha-do-brasil.** Dissertação de mestrado Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas,SP, 2004.

WITKOSKI, A. C. **Terras, Florestas e água de trabalho:** os camponeses amazônicos 58/e as formas de uso de seus recursos naturais. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2010.

WIKIPEDIA. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org > acessado em; 30/06/2017.

WOORTMAM, K. **Com parente não se negoceia:** o campesinato como ordem moral. In: Antropólogo – 87. Brasília/Rio de Janeiro: Ednunb/tempo Brasileiro, 1990.

APÊNDICE

APÊNDICE – A

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, Salatiel de Lima Barbosa, estudante do curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, solicito consentimento para realizar as atividades do Projeto de Dissertação intitulado: O Extrativismo da Castanha do Brasil no Município de Tefé – AM. Esta pesquisa tem por objetivo principal compreender a extração e comercialização da castanha do Brasil no município de Tefé – AM.

Para desenvolver a pesquisa, faz-se necessário realizar entrevistas domiciliares com os moradores desta comunidade, também serão coletados pontos com o GPS para mapeamento da comunidade e das áreas de coleta e extração da castanha.

Informamos que iremos solicitar dos entrevistados permissão para utilizarmos gravador de voz, máquina fotográfica para registro das narrativas dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa, os resultados serão informados aos participantes do projeto, a comunidade pesquisada, às entidades locais e as instituições de ensino e pesquisa e fomento que são parceiro neste projeto. (FAPEAM).

Os benefícios desta pesquisa são de melhor compreensão da extração e comercialização da castanha do Brasil no município de Tefé, dando maior visibilidade para essa importante atividade praticada pelas populações da Amazônia, possivelmente, se bem utilizada poderá servir de base para futuras políticas para a região.

O pesquisador coloca-se a disposição para esclarecer qualquer dúvida em relação à pesquisa no endereço eletrônico prof_salatiel@yahoo.com.br (92) 988365428, e na Universidade Federal do Amazonas, Rua General Rodrigo Otávio, 3000, Setor Norte – ICHL Departamento de Geografia-Campos Universitário, Manaus-AM.

Eu, _____CI.:_____

CPF.: _____ por me considerar informado (a) e esclarecido (a) sobre o conteúdo do deste termo e da pesquisa a ser desenvolvida, livremente expresso minha anuência ao desenvolvimento da pesquisa.

Comunidade: _____ Função: _____

_____/____/_____ _____

Data Assinatura do entrevistado

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
ICHL/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado Conceito 4 - Aprovado pela Resolução nº 009 –
CONSUNI de 17/08/95 - Credenciado pela CAPES em set/2000
Reconhecido através da Portaria N. 611-MEC, de 22 de junho de 2007

APÊNDICE – B

Termo de anuência

Eu, _____CI.:_____

CPF.: _____ declaro para todos os fins que aceitei voluntariamente conceder esta entrevista fornecendo dados de meu conhecimento e estou ciente de que serão utilizados em uma pesquisa científica intitulada: **O Extrativismo da Castanha do Brasil no Município de Tefé- AM,** realizado pelo Mestrando Salatiel de Lima Barbosa do Curso Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas.

_____/____/_____ _____

Data da entrevista Assinatura do entrevistado

APÊNDICE – C

Roteiro de Entrevista

Comunidade: _____ Data:_____

Nome: _____ idade: _____

1. Quanto tempo você mora na comunidade?

2. A terra é sua? Pertenceu a sua família? Você tem título da terra?

3. Quais atividades que mais praticam na terra firme? Na várzea?

4. Vocês trabalham com a coleta da castanha?

5. Há quanto tempo você trabalha na coleta da castanha?

6. Você é responsável por alguma colocação? Qual?

7. Qual o período de coleta na colocação?

8. Quando inicia a coleta da castanha qual a primeira coisa a ser feita?

9. Nos últimos cinco anos qual e quando foi a maior e a menor produção de castanha?

10. O que contribuem para uma pequena produção e uma grande produção da castanha?

11. Qual a maior dificuldade encontrada na coleta da castanha?

11.1 Adota boas práticas da coleta?

12. Para quem você vende ou vendeu a castanha?

12.1 Quantidade ( ) preço ( )

13. Quem faz o levantamento do preço?

17. Participa de organização (cooperativa/associação)?

14. Se tivesse outra atividade a ser realizada você deixaria de coletar a castanha?

15. Quais as atividades que mais os jovens da comunidade estão envolvidos?

APÊNDICE – D

Roteiro de entrevista compradores de Castanha-do-Brasil

Nome: _____ idade: _____

Função:_____

Comunidade: _____ Data:_____

1. Quanto tempo você mora na comunidade e trabalha com a comercialização de castanha?

2. De quem você compra a castanha?

3. Nos últimos anos qual a quantidade de castanha que você comercializou e para quem você vendeu?

2011 – Quantidade: _____ comprador :_____

2012 – Quantidade: _____ comprador :_____

2013 – Quantidade: _____ comprador :_____

2014 – Quantidade: _____ comprador :_____

2015 – Quantidade: _____ comprador :_____

2016 – Quantidade: _____ comprador :_____

4. Qual a estrutura que você possui para a comercialização da castanha?

5. Como é feito o armazenamento?

6. O que contribuem para uma pequena produção e uma grande produção da castanha?

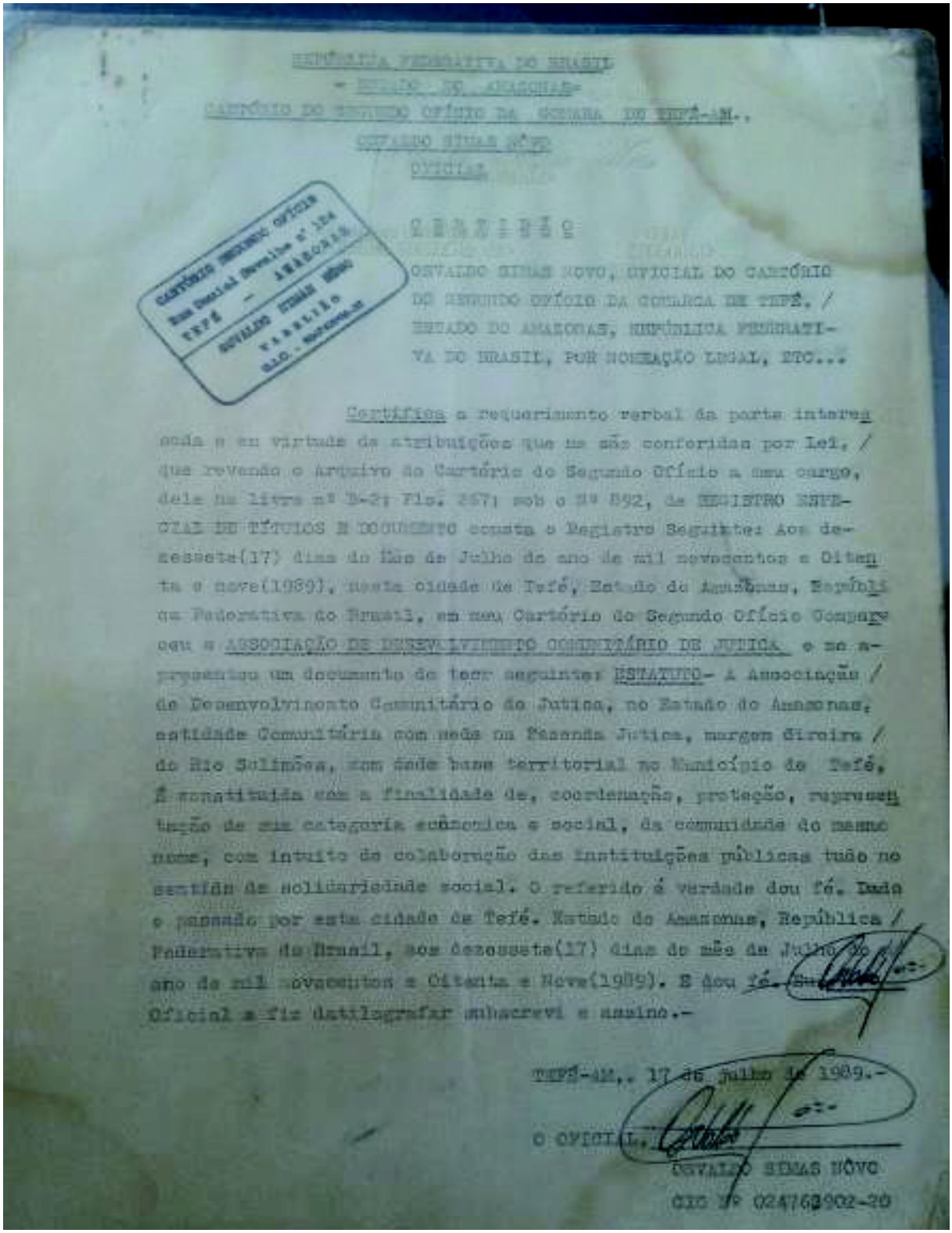
7. Qual a maior dificuldade encontrada na comercialização da castanha? (compra e venda)

8. Qual o preço pago pela castanha nos últimos dois anos?

ANEXOS

ANEXO – A

Certidão de Criação da Associação de Desenvolvimento Comunitária do Jutica



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
- ESTADO DO AMAZONAS -
CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DA COMARCA DE TEFÉ-AM.
OSVALDO SIMAS NÓVO
OFICIAL

CERTIDÃO

OSVALDO SIMAS NOVO, OFICIAL DO CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DA COMARCA DE TEFÉ, / ESTADO DO AMAZONAS, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ETC...

Certifica a requerimento verbal da parte interessada e em virtude de atribuições que me são conferidas por Lei, / que revendo o Arquivo do Cartório do Segundo Ofício a seu cargo, dele no livro nº B-2; Fls. 267; sob o Nº 892, de REGISTRO CIVIL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS consta o Registro Seguinte: Aos dezessete(17) dias do Mês de Julho do ano de mil novecentos e Oitenta e nove(1989), nesta cidade de Tefé, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, em meu Cartório do Segundo Ofício Compareceu a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE JUTICA e me apresentou um documento do teor seguinte: ESTATUTO- A Associação / de Desenvolvimento Comunitário do Jutica, no Estado do Amazonas, entidade Comunitária com sede na Fazenda Jutica, margem direita / do Rio Solimões, com área base territorial no Município de Tefé, é constituída com a finalidade de, coordenação, proteção, representação de sua categoria econômica e social, da comunidade do mesmo nome, com intuito de colaboração das instituições públicas tudo no sentido de solidariedade social. O referido é verdade dou fé. Data e passado por esta cidade de Tefé, Estado do Amazonas, República / Federativa do Brasil, aos dezessete(17) dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e Oitenta e Nove(1989). E dou fé. Eu Oficial a fiz datilografar subscrevi e assino.-

TEFÉ-AM., 17 de Julho de 1989.-

O OFICIAL.

OSVALDO SIMAS NÓVO
CIC Nº 024763902-20

Fonte: Acervo da Associação Comunitária do Jutica – (Pesquisa de Campo – 03/2016)